

ABOLICIONISMO e AMERICANISMO
EM JOAQUIM NABUCO
uma estética política da emancipação humana

Aires José Rover

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIZAÇÃO DIREITO

Orientador: Prof. Dr. Leonel Severo Rocha

FLORIANÓPOLIS

1991

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação ABOLICIONISMO e AMERICANISMO EM JOAQUIM
NABUCO: uma estética política da emanci-
pação humana

Elaborada por AIRES JOSÉ ROVER

e aprovada por todos os membros da Banca examinadora;
foi julgada adequada para a obtenção do
grau de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, 30 de setembro de 1991

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Presidente

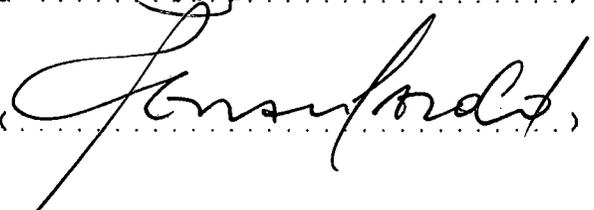
Prof. Dr. Aurélio Wander Bastos - Membro

Prof^a Msc. Vera Regina de Andrade - Membro

Professor Orientador:

Prof. Dr. Leonel Severo Rocha (..... 

Coordenador do Curso:

Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold (..... 

AGRADECIMENTO

Agradeço a todas as pessoas que durante esses dois anos e meio me apoiaram direta e indiretamente na realização desse trabalho, que de sonho tornou-se realidade: Vera, Kátia, Orides, Delmar, Ida, Ana Iara e Margarete Cesconetto. Em especial os funcionários da Biblioteca da cidade de Recife e da Fundação Joaquim Nabuco, bem como o Sr. Leonardo Dantas Silva, da Editora Massangana, que me deram todo o apoio necessário para conseguir as obras de difícil acesso. Agradeço da mesma forma o Prof. Olsen da Veiga pelo seu pronto apoio em me ajudar a trabalhar com o micro-computador, e também a toda equipe da Pós-graduação em Direito que sempre esteve disposta a resolver todos os problemas que surgiram. À CAPES cabe também o agradecimento por ter apostado neste estudante, diga-se, desde o tempo do PET. Por fim, devo dar um agradecimento todo particular ao meu orientador e amigo Leonel que nas horas devidas sempre esteve próximo, nunca deixando de dar o seu incentivo, que foi crucial para que esta dissertação se realizasse no prazo acima dito.

RESUMO

Este trabalho divide-se em três partes que tratam das duas vias políticas pelas quais NABUCO transitou. A primeira centra-se fundamentalmente num estudo preliminar sobre o desenvolvimento sócio-político brasileiro do período histórico que compreende principalmente o governo de D Pedro II, passando pela transição republicana. Procura caracterizar o lento processo de desenvolvimento econômico nacional que não desencadeou o desenvolvimento clássico burguês da sociedade e das relações políticas. Muito pelo contrário, a base de todo sistema político era o patrimonialismo, onde os valores privados e particulares determinavam os valores públicos: a coisa pública era tratada como particular.

A segunda parte, por sua vez, focaliza propriamente uma das questões tratadas pelo trabalho, qual seja, a do abolicionismo em NABUCO. A abolição dos escravos foi o móvel que o levou a produzir uma avançada teoria da sociedade, passando pela crítica ao poder centralizado e absoluto. Entendia ele que não poderia surgir o chamado cidadão sem que já existisse o trabalhador e trabalhador livre. O trabalho escravo, ao contrário, podava pela raiz o desenvolvimento do espaço político próprio à discussão e apresentação de idéias e promoção das mudanças. O empreendimento dessa mudança passaria, naturalmente, pelo Estado, pelo poder organizado, sem contudo prevalecer à ação da sociedade. Porém, isto era impraticável, na medida em que a única força organizada na Nação era exatamente o Estado.

Por isso, qualquer transformação deveria passar necessariamente pelo Estado, e um Estado, no caso do Brasil, irremediavelmente aliado à uma classe dominante atrasada.

A terceira parte enfoca a tentativa de superação da crise pela qual passava o Brasil, bem como o próprio pensador. É a via americanista, o caminho político onde deveriam transitar todos os países americanos em busca de um futuro comum, livre e desenvolvido. Esse processo de união, porém, seria lento e muito difícil, principalmente por causa da posição privilegiada que, naturalmente, tomariam os USA. Este, aliás, em nome da segurança continental, organiza a Doutrina Monroe, instrumento que deveria ser usado na implementação da aproximação internacional e não do inverso.

Do estudo resta a importante lição teórico-prática de um autor que disse verdades que serviam ao Brasil de hoje. A teoria implementava o caminho, a prática desenvolvia a vontade de caminhar. É esta relação que desembocando numa permanente busca do ideal, permite que um liame fundamental ligue os dois momentos da vida de NABUCCO: sua busca, através da transformação educativa e tolerante, de um modelo que compreendesse a liberdade e a fraternidade entre os homens. Enfim, é a sua política (estética) da emancipação de toda a sociedade.

RÉSUMÉ

Ce mémoire est divisé en trois parties, où sont étudiés les deux vies politiques, vécues par JOAQUIM NABUCO. La première partie est centralisée essentiellement sur l'étude préliminaire concernant le développement social et politique brésilien de la période historique comprenant principalement le gouvernement de D. PEDRO II. Elle analyse aussi la transition républicaine. On cherche à caractériser, tout en le dénonçant, le lent procès du développement économique national qui n'a pas déchaîné le développement classique-bourgeois de la société et des relations politiques. Contrairement, tout le système politique était fondé sur le patrimonialisme, dont les valeurs privées et particulières déterminaient les valeurs publiques: le bien public était traité comme un bien privé.

La deuxième partie étudie la question principale abordée par le mémoire, c'est-à-dire, la question de l'abolitionnisme en NABUCO. L'abolition de l'esclavage a été le motif qui a mené NABUCO à produire une théorie de la société, où il fait la critique au pouvoir centralisé et absolu. Il entendait que le citoyen ne pourrait pas surgir, sans l'existence du travailleur -- et le travailleur libre. Le travail esclave, au contraire, coupait par la racine le développement de l'espace politique propre à la discussion et présentation des idées et à la promotion des changements. Ceux-ci passeraient, naturellement, par l'Etat, par le pouvoir organisé, celui-ci, cependant, ne prédominant pas sur l'action de la société. Toutefois, cela était impraticable, vu que le seul pouvoir organisée était exactement ce de l'Etat. Ainsi, toute

transformation, n'importe pas laquelle, devrait passer nécessairement par l'Etat. Cet Etat, dans ce cas le Brésil, était irrémédiablement associé à une classe dominante rétrograde.

La troisième partie met en évidence la tentative de surmonter la crise par laquelle passait le Brésil, ainsi que NABUCO, lui-même. C'est la voie américainiste, le chemin politique où devraient transiter tous les pays américains à la recherche d'un futur comum, libre et développé. Ce procès d'union, cependant, serait lent et trop difficile, principalement à cause de la position privilégiée que naturellement prendraient les états-Unis. Ceux-ci, d'ailleurs, au nom de la sécurité continentale, organisent la Doctrine Monroe, instrument que devrait être utilisé dans l'implémentation du rapprochement international et non pas comme moyen d'intervention dans les Etats Latino-américains.

L'étude montre, enfin, l'importante leçon théorique et pratique d'un auteur qui a dit des vérités qui s'appliquent au Brésil d'aujourd'hui, vu son actualité. La théorie préparait le chemin, la pratique provoquait l'envie de marcher. C'est cette relation que, en débouchant dans une permanente recherche de l'idée, permet le rapprochement fondamental des deux moments de la vie de NABUCO.

Sa recherche continue, à travers de la transformation éducative et tolérante, pour un modèle assurant la liberté et la fraternité parmi les hommes, ce qui on est traduit comme sa politique (esthétique) de l'émancipation de toute la société.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
PRIMEIRA PARTE	
UMA HERANÇA: a sociedade escrava	11
SEGUNDA PARTE	
UM CONCEITO: a obra do abolicionismo	54
TERCEIRA PARTE	
UM IDEAL: a esperança do americanismo	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
BIBLIOGRAFIA	133
ANEXO: Cronologia	145
ÍNDICE REMISSIVO	150

INTRODUÇÃO

Eu me encontrei entre dois séculos como na confluência de dois rios; mergulhei nas águas agitadas de ambos, afastando-me com pesar da velha margem em que nasci e nadando com esperança para a desconhecida margem onde vão aportar as novas gerações. (CHATEAUBRIAND)¹

Nesta introdução procurarei expor as principais preocupações que delimitaram as formas pelas quais fui determinando a exposição conteúdo-forma deste trabalho conclusivo do mestrado. Primeiramente, a minha escolha por NABUCO deveu-se principalmente por ser ele um dos representantes mais autênticos do liberalismo brasileiro.² Ainda por ter sua obra surgido num período considerado importante na história da evolução socio-política nacional, notadamente, na passagem da Monarquia para a República. Por fim, por ser seu trabalho uma visão de alcance universal, impondo até hoje muito de seu entendimento sobre o homem.

Em segundo lugar, meu objetivo central neste trabalho não foi explicar um dado padrão histórico de acontecimentos, mas seguindo a via interpretativa dos fatos históricos que envolveram a vida e obra de JOAQUIM NABUCO, buscar reconhecer um liame que ligasse a sua luta pela abolição da

¹. (Citado em COSTA, João Frank da. Joaquim Nabuco e a política externa do Brasil. Rio de Janeiro : Record, 1968, p 11)

². O liberalismo de NABUCO tem suas raízes fundamentais no pensamento clássico, onde o ideal de indivíduo livre e igual é central. Daí decorre toda a sua luta em torno de reformas estruturais que venham a fundar um verdadeiro mercado de trabalho no Brasil, livre e concorrencial. Porém, o seu pensamento liberal é ambíguo na medida em que se verifica qual é a sua proposta em relação à posição do Estado nesse empreendimento. Para este escritor, o Estado tinha função crucial na construção da nova sociedade, o que era inadmissível para os liberais clássicos.

escravatura no Brasil e a sua luta em defesa de uma unidade panamericana. Dessa forma, minha dissertação é perpassada pela história do Brasil, final do Império e início da República, o que implica que muitos fatos aqui sejam e devam ser colocados, porém, sem a intenção teórica de fazer histografia, mas com a preocupação de integrá-los no movimento histórico característico de um determinado tempo e espaço. A atenção especial está centrada no nó histórico da transformação sócio-política do Império para a República, significando abranger um largo período temporal, sem contar com as diversas interpretações que tentam explicá-lo. Meu desejo foi o de ser o mais linear possível sem ser tentado a tomar a parte pelo todo; sem cair na generalização arriscando-me a cometer erros, naturais quando o tema é muito largo, mas em nome de uma tarefa de não deixar fatos importantes sem o mínimo de explanação. O difícil era concluir e integrar informações diferentes e díspares, que exigiriam tempo e dedicação que aqui não me era possível dispor.

Dessa forma, sendo meu trabalho tão somente uma investigação interpretativa, me atenho mais à questão material do que a temporal, não importando tanto a seqüência dos fatos no tempo, mas sim, como eles se interligaram e resultaram na constituição de uma determinada sociedade, a brasileira, a partir dos escritos de JOAQUIM NABUCO. Além disso o critério de escolha de um fato e não de outro é o de verificar qual teve conseqüências no mínimo imediatas na

constituição do pensamento do autor analisado e do porquê de suas respostas para o problema social brasileiro.

Ademais, muitas das falas daquele pensador aqui transcritas foram de tal forma por mim endossadas que em determinados momentos ficou difícil discriminar até onde ia o meu pensamento e onde começava o do autor analisado. Naturalmente, houve o permanente exercício científico de procurar explicitar as diversas falas, privilegiando a do autor escolhido.

Outro ponto que cabe esclarecer é que privilegiei duas obras bibliográficas que me auxiliaram nas duas grandes divisões que traçaram meu trabalho, a de NOGUEIRA³ e a de COSTA⁴, dois grandes interlocutores de JOAQUIM NABUCO.

Ao analisar a obra e a atuação política de JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE ARAÚJO, desde a escravidão até o americanismo, na busca de seu entendimento da sociedade democrática e na medida em que fui me introduzindo nesse trabalho fui paulatinamente me deparando com a atualidade de suas palavras, dirigidas, por incrível que pareça, ao Brasil de cem anos atrás. Épocas diferentes, mas situações muito parecidas; as preocupações, os desejos, o ideal de um país desenvolvido e rico, os problemas.

³.NOGUEIRA, Marco Aurélio. As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984, 227 p.

⁴.COSTA, João Frank da. Joaquim Nabuco e a política externa do Brasil. Rio de Janeiro : Record, 1968, 324 p.

Monarquista até se convencer da irreversibilidade da República, o eminente abolicionista teve dois grandes ideais: o de um país igualitário e equânime, sem escravos, nem servos, pobres ou destituídos do trabalho; e o de um país integrado no seu continente, sólida e solidariamente preocupado em construir a paz e a prosperidade. Foram dois períodos de muito trabalho e propaganda em situações bem adversas: o primeiro num Brasil escravocrata, absurdamente pobre e politicamente centralizador; e o segundo num Estado estranho a ele (os Estados Unidos), e com fortes tendências discriminadoras em relação aos latino-americanos. Porém, nos dois casos sua inteligência e vontade estavam acima das dificuldades, de tal forma que isto não o impediu de realizar uma obra sem solução de continuidade: até mesmo seu período de verificação histórica da realidade nacional ("Um estadista do império) teve uma vertente eminentemente política. Obra política no sentido de geradora de novas reações no mundo, seja ela realizada na Câmara dos Deputados, como historiador, como diplomata ou literato. No próprio entender de JOAQUIM NABUCO essa vertente política é acima de tudo marcada pelo interesse intelectual, estético e humano, as três grandes facetas do seu caráter político. Por isso, ele não foi o que se poderia dizer um político nos moldes tradicionais, mas um político cosmopolita.⁵

⁵ (NABUCO. Minha formação. Introdução por Gilberto Freyre. Brasília : Universidade de Brasília, 1963, p 42)

Sua trajetória política girou em torno da construção da Nação brasileira, uma utopia⁶ que apontava para uma sociedade democrática, cuja base se assentaria em relações minimamente iguais e livres entre os indivíduos, abarcando a universalidade das atividades humanas. Por isso sua concepção de democracia partia de um desejo político universal de se buscar um regime que não elimine a possibilidade da autonomia com heteronomia, da liberdade fundada num mínimo de ordem, essencialmente tolerante. A virtude da tolerância demarcaria as ações dos indivíduos e dos Estados, constituídos a partir da diversidade de opiniões. Admití-la é fundamental para o desenvolvimento da democracia e da humanidade. Enfim, a política (como a religião) teria o objetivo prático de "elevar a condição moral do homem",⁷ de emancipá-lo. Esta teria também o significado de um processo de busca e realização dos interesses da totalidade da Nação, que em última análise é realizar os interesses da comunidade ou o que a opinião pública reflete como tais. Essa concepção é o cerne da obra político-social de JOAQUIM NABUCO. No abolicionismo sua preocupação foi instituir uma nova relação de trabalho, livre e economicamente fundamental para o desenvolvimento social, político e cultural de um povo. A abolição da escravatura seria o instrumento imediato para iniciar uma vasta transformação da sociedade brasileira, na direção da democracia, o que não se deu com o desenvolvi-

⁶Projeto que visualiza um lugar ainda não existente, mas perfeitamente acessível e que como algo plantado no futuro vai informando e delimitando as ações dos sujeitos da história.

⁷(NABUCO. Minha formação, p 91)

mento econômico, mesmo princiante e frágil do início do século. No americanismo os interesses fundamentalmente seriam os mesmos, mudando-se apenas os sujeitos da ação ou o seu objeto, a relação entre os Estados.

Dessa forma, a primeira parte deste trabalho busca revelar a sociedade brasileira, a sua evolução até a chamada sociedade imperial e que transitou para a republicana. Algumas características estruturais que acho importante, tais como o desenvolvimento econômico e intelectual, o aumento da população e a participação desta nos negócios do Estado são expostos. A segunda parte aborda propriamente no pensamento de JOAQUIM NABUCO, tentando delinear uma concepção mínima do modelo social que do seu trabalho de abolicionista decorria. Ali fica claro sua preocupação com algumas idéias, tais como a do "trabalho" como fundamento da sociedade, de liberdade como autonomia individual e do Direito como instância de proteção da ação humana e da política, lugar de realização de todas estas idéias.

A idéia de sociedade, passaria por um sentido estrito, o povo, e por isso, o que está sujeito à ação educativa e administrativa do governo e por um sentido amplo, a instância formada pelo político e pelo social. O âmbito social abarca as relações econômicas e as relações autônomas de grupos populares. O âmbito político refere-se às ações do governo em suas funções de legislar, judicar e administrar, cujo sujeito é a elite política ou a parte burocrática da

elite nacional. Mas, todas as discussões sobre a sociedade brasileira em JOAQUIM NABUCO passariam pela constituição da mesma na base da divisão do trabalho como um meio de satisfazer as suas necessidades materiais, muito bem demonstrado nas reflexões sobre o trabalhador nacional. Dessa forma, tal conceito de sociedade definiria mais as relações entre os elementos componentes e as leis subjacentes nessas relações do que, propriamente, os elementos que a formam.

Do seio dessa sociedade brotaria a capacidade política de domínio que nada mais é do que a capacidade de alguns setores dominantes da sociedade de consolidar um Sistema Político de domínio,⁹ através de determinadas decisões políticas, possíveis entre outras, e numa determinada época. Dessa forma, existem condições materiais que condicionam até um rígido determinismo de fatores não políticos, como os econômicos nas decisões políticas, mas estas não se restringem a eles, cabendo às elites e a atores determinados um grau mínimo de liberdade nos encaminhamentos da evolução social.

A parte III do trabalho aborda a fase americanista de JOAQUIM NABUCO. Fica difícil neste ponto estabelecer uma conexão causal mais direta com a fase abolicionista. Ademais, minha conclusão parte da idéia de que há uma superação relativa, pois o objeto circunstancial das mesmas são dife-

⁹ CARDOSO E PALETTO apresentam este conceito no livro "Dependência e desenvolvimento na América Latina", citado em CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Brasília : UNB, 1981, p 20 (Coleção Temas Brasileiros: V. 4).

rentes. O seu ponto de vista passa agora pela observação das relações internacionais entre Estados soberanos e de como elas determinariam o desenvolvimento das sociedades nacionais. Neste âmbito, a Doutrina Monroe poderia ser um instrumento importante para se empreender a cooperação democrática, ou seja, o processo de aproximação internacional. Isso ocorrendo, os reflexos se sentiriam, política e economicamente, na evolução interna das Nações, em especial as americanas. Este processo deveria ser atravessado por uma vontade de crescimento conjuntamente sustentado (interesse conjunto de desenvolvimento) onde os mais capazes economicamente financiariam os mais pobres e arcariam com os possíveis problemas de percurso. Empreender-se-ia paulatinamente o desenvolvimento de um mercado econômico emancipador do homem, possibilitando o desenvolvimento de um espaço público internacional de paz tendendo à universalidade dos Estados. O interesse pela humanidade foi aquilo que efetivamente lhe deu condições de ver uma possibilidade internacional de desenvolvimento conjunto, e lhe garantiu forças para superar a desilusão que o atingira com a queda da Monarquia.

Dessa forma, JOAQUIM NABUCO representava a síntese de uma cidadania universal. Esta significava o seu interesse pelas mais diversas culturas, notadamente aquelas que o marcaram profundamente em alguns momentos de sua vida. É o caso do amor a Portugal e seu poeta CAMÕES, por vários momentos proclamados por sua voz nos quatro cantos do mundo; também

ocorre com as influências que teve do mundo europeu, notadamente a França e a herança estética que dela recebeu. Seguindo a influência francesa, que em seu espírito centraliza e domina todas, está a influência inglesa, por ele definida como, essencialmente moral e política, tradicional e pragmática. Este caráter político de seu olhar não permanece situado apenas na Inglaterra, mas também circula pelos Estados Unidos, porém marginalmente. A avaliação das duas culturas, mesmo que vinculadas, parte de lugares diferentes. Tudo nos Estados Unidos pareceu-lhe "nítido", como na Inglaterra tudo lhe parecera "sólido"; na França, "elegante".⁹

Seus olhos, portanto, buscavam resolutos as mais puras e perfeitas civilizações, sem contudo esquecer as pobres repúblicas latinas, afeitas às revoltas e à instabilidade política. Para com elas teria um misericordioso desdém, marcado pela esperança de um futuro comum e grandioso, com o Brasil na vanguarda. Resta um último momento universal que cintilava e coroava todos os outros: a religião católica, que lhe influenciou desde o berço, passou radical pela abolição e onde buscou a tranquilidade dos últimos momentos de sua vida. Se todas essas influências ainda não fossem o bastante para nos convencer do universalismo que informava a sua "praxis", resta apenas dizer nesse sentido que os seus dois grandes ideais pelos quais deu sua vida eram eminentemente ideais endossados por toda a humanidade e eram essen-

⁹ (NABUCO. Pensamentos soltos. Camões e Assuntos Americanos. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, p 456. (Obras Completas: X)

cialmente políticos. Eis aquilo que o encaminha ao interesse estético, ou seja, um interesse politicamente engajado, mas conduzido pelo espírito artístico em direção às grandes metas.

Disso tudo cabe dizer que a compreensão que tive do trabalho de JOAQUIM NABUCCO está associada necessariamente às expectativas de sua época, sem o que aquela obra ficaria isolada na história e deslocada do seu tempo, desencadeando críticas, feitas pela posteridade, injustas e imbuídas ideologicamente dum vontade justificadora de uma situação que se desencadeou após o desaparecimento do autor.

Por fim afirmo que "a aprovação do presente trabalho acadêmico não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta".¹⁰

¹⁰. Conforme decisão do Colegiado do CPGD/UFSC, transcrita na "Convergência".

PRIMEIRA PARTE

UMA HERANÇA: A sociedade es- crava

"O significado racional de um fato não é inerente ao fato em si mesmo, mas à perspectiva teórica que lhe serve de moldura."¹¹

Em 1808, com a vinda do regente JOÃO DE BRAGANÇA ao Brasil, a população do Rio de 60 mil passa para 150 mil habitantes, no âmago de um processo de internacionalização. Também neste ano dá-se a abertura dos portos. Esta veio, paradoxalmente, agravar a situação da população livre mas pobre do país, visto que para uma maior acumulação que se impunha, há a substituição cada vez maior do trabalho livre pelo escravo, assumindo o tráfico africano proporções nunca vistas. Além disso, há a liberalização do mercado, agora mais do que nunca externo, base do sistema colonial. Mas era mediado por Portugal, onde ocorre a concorrência dos comerciantes e traficantes de outras nações, em detrimento dos nacionais.¹² Politicamente, a presença da Corte nos últimos anos do período colonial teria tornado possível a solução monárquica no Brasil e em consequência a unificação do país e um governo relativamente estável.

A nível mundial é a partir da metade do século que uma nova filosofia de poder se afigura predominante, onde o

¹¹ (URICOECHEA, Fernando. O minotauro imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro : Difel, s/d, p 17)

¹² O Banco do Brasil, fundado nesse mesmo ano, é controlado pelos portugueses do Rio de Janeiro.

interesse pela democracia dá lugar a uma vontade frenética de enriquecer, baseada na filosofia econômica do "laissez faire" ou do chamado "individualismo", seguido de perto pelo Estado liberal. Como no Brasil ainda não existia base social para que na economia também se verificasse o mesmo, o modelo adotado aqui é o "patrimonialismo",¹³ ou seja, do domínio do particular sobre o geral; do tratamento da administração pública como propriedade senhorial. Enfim, o modelo era fundamentalmente autoritário.

O Estado é o aparato capaz de se organizar burocraticamente, ou seja, numa estrutura hierárquica e funcional (controle interno), e que detém o monopólio do Direito Positivo e de seus instrumentos coercitivos (polícia e exércitos) e persuasivos, ou seja, capaz de fazer valer os procedimentos legalmente determinados e socialmente aceitos e esperados (Controle externo). Por isso arrisco-me a dizer, que em face deste conceito, o Estado brasileiro tem seu marco constitutivo minimamente desenvolvido quando de sua independência, pois é a partir dela que uma nova identidade política na Nação brasileira passa a existir, via aqueles controles.

Em 1844 a Tarifa ALVES BRANCO visava proteger as atividades econômicas nacionais, dinamizando os primeiros traços de desenvolvimento econômico que surgem no Brasil. A

¹³ Sobre patrimonialismo ver FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político. 4ª ed. Porto Alegre : Globo, 1977. 2 V.

década de cinquenta é marcada pelo desenvolvimento dos transportes. Em 1850 começa a tráfegar a primeira estrada de ferro brasileira, do porto de Mauá a Fragoso. Em 1867 ocorre a primeira viagem do trem da The S.P. Railway Company Limited de curto trajeto, transportando o café da cidade de Jundiaí ao porto de Santos. Eis a Província de São Paulo dando o primeiro passo para a desmontagem de seu cenário ainda colonial. No ano de 1868 é criada a Ferrovia Paulista, pelo então presidente da Província SALDANHA MARINHO,¹⁴ capitaneada e patrocinada pelos cafeicultores paulistas. O Estado, todavia, foi o maior financiador direto desses empreendimentos, através de investimentos estrangeiros. Somente em 1880 é que o BARÃO DO PINHAL, ANTÔNIO CARLOS DE ARRUDA BOTELHO, cria a Companhia Rio Claro, a primeira ferrovia a ser construída sem subvenção governamental, às expensas tão-somente dos cafeicultores da região paulista.

Dessa forma fica claro que existiam até então uma única via de investimento, o Estado, que mediava os interesses estrangeiros, direta ou indiretamente. A Inglaterra, através do BARÃO DE MAUÁ, investe forte no Brasil, com o qual os cafeicultores paulistas aliaram-se. O Barão queria modernizar o Brasil em tempo recorde, os cafeicultores precisavam de transporte ferroviário e a Inglaterra tinha os engenheiros e empresários. Esta obra modernizante não foi efetuada, portanto pelo Império, mas pelo capital

¹⁴. Foi um dos fundadores do Partido republicano.

internacional em busca de novos mercados. Isso demonstrava que o sistema produtivo nacional mais do que nunca passava a se subordinar à estrutura do capitalismo internacional.

A Inglaterra, por sinal, é a que consegue conquistar o mercado brasileiro tão carente de investimentos. Ela precisa tirar os seus lucros deste lado do mundo; Porém, com a aguda crise do algodão em 1861, as conseqüências são desastrosas para a manutenção do "status quo". Essa crise dura até o ano seguinte e marca a decadência inglesa, em face do avanço dos Estados Unidos no mercado brasileiro. Em 1870, por exemplo, o Estado do norte passa a ser o maior comprador dos produtos brasileiros.⁴⁵

No ano de 1878 ocorreram alguns fatos de importância para o aprimoramento da sociedade brasileira em seu âmbito econômico. É o caso da votação da assembléia legislativa de São Paulo contra o tráfico interprovincial, passo importante para se admitir um novo tipo de relação de trabalho e, portanto, uma nova forma de ver o trabalhador, como homem que sendo livre, também deve participar da construção nacional. Da mesma forma a décima quarta emenda que em 1865

⁴⁵ O comércio total entre os Estados Unidos e o Brasil correspondia a um valor de 31.000.000 dólares, enquanto o dos outros países sul-americanos equivalia a 29.000.000 dls. Em 1890, os respectivos valores eram 70.000.000 para o Brasil, 14.200.000 para a Argentina e 6.400.000 para o Chile e em 1905, 100.000.000, 15.300.000 e 11.000.000. Em 1870, assinalava-se que os Estados Unidos já importavam quatro vezes mais do que exportavam no Brasil. Em 1905, essa diferença tinha atingido mais de oitenta milhões de dls e este saldo nunca foi inferior a 50.000.000 nos vinte anos precedentes. De 1867 a 1905, o saldo total a favor do Brasil tinha atingido mais de 1.785.000.000 dls. No comércio exterior dos Estados Unidos, o Brasil ocupava o sexto lugar, após a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França, o Canadá e Cuba. Mas, enquanto éramos o terceiro fornecedor dos americanos, só éramos seu vigésimo comprador. O desequilíbrio aumentava a cada ano. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 206)

proibia a qualquer Estado tirar a vida, a liberdade ou a propriedade a qualquer pessoa, sem o devido processo. Neste ano ela passou a ser interpretada pelo órgão superior de justiça de tal forma que "pessoa" também envolvia as pessoas jurídicas, dando-se um tremendo estímulo ao crescimento e à expansão das companhias, tornando-as, por várias décadas, imunes à regulamentação. O desenvolvimento econômico e social, no sentido de avanço das forças econômicas e por conseguinte, da formação de um mercado de trabalho maior, era sentido em todos os âmbitos.¹⁶

Em compensação, o desenvolvimento político da sociedade brasileira mantinha-se paralisado. As elites continuavam a determinar os destinos da maioria. Era por um lado a elite política, gerada pela política colonial portuguesa, caracterizada pela homogeneidade ou socialização, no que se refere à ideologia e ao treinamento, mas não tanto em relação à origem social; e por outro, a elite agrária, a base social daquela anterior. Esta socialização passava pelo processo de educação formal universitária, pela ocupação e a carreira política, marcadas essas três etapas pelo treinamento nas tradições do mercantilismo e absolutismo portugueses, voltado deliberadamente para as tarefas de governo. Este processo, todavia, sofreu modificações na medida em que a sociedade imperial evoluía, ou seja, conforme a geração da

16.A produção de café em São Paulo neste ano é de 12.371.613 arrobas. Em 1854 foi de 3.579.035; em 1836 foi de 556.649. A produção, de 1870 a 1875 foi de 3 milhões e meio de sacas; de 1900 a 1905, passou para 12 milhões e meio. (COSTA, Joachim Nabuco, p 208)

elite política que se tornou predominante em determinada época. Desta forma há a "geração de Coimbra", que predominou exatamente durante a fase de consolidação política do Sistema imperial, isto é, até 1853, época da "conciliação" e das conseqüências da "revolução praieira". Depois, a "geração brasileira", formada nas novas Escolas Nacionais de Direito,¹⁷ começa a romper com o isolacionismo intelectual português, mas permanecendo distante de qualquer radicalismo e próximas do pragmatismo (BENTHAM) e ecletismo (VICTOR COUSIN).¹⁸ Porém, a vida intelectual e política brasileira iria começar a mudar significativamente com a introdução de outras correntes européias de pensamento, particularmente o positivismo e o evolucionismo.

A socialização via a homogeneização ideológica reduziria os conflitos interiores à elite¹⁹ e fornecia "a concepção e a capacidade de implementar um determinado modelo de dominação política."²⁰ Este modelo significou na história nacional alguns encaminhamentos e decisões centrais daquela elite, tais como: 1) fazer a independência com a Monarquia representativa; 2) manter unida a ex-colônia; 3) evitar o predomínio militar, apelando ao civil e 4) centralizar as rendas

¹⁷ Em 1828 há a instalação da Academia de Direito do Largo São Francisco em São Paulo e em 1830, a Escola de Direito em Olinda, posteriormente transferida para Recife.

¹⁸ Essa elite iria reproduzir-se em condições muito semelhantes à geração portuguesa, concentrada a sua formação naquelas duas escolas, e ao passar pela magistratura, ao circular por vários cargos políticos e por várias províncias.

¹⁹ Entre produtores para o mercado interno e os do mercado externo, entre latifundiários de uma região e outra.

²⁰ (CARVALHO. A construção, p 21)

públicas.²¹ Dessa forma, o compromisso e a adaptação sem rupturas foram as características básicas da atuação e formação da elite política imperial, unida em torno da acumulação primitiva de poder ou do monopólio e organização do poder político, possível somente com esse acordo mínimo realizado entre elites e que foi a base da constituição da sociedade e do Estado brasileiros, autoritários e não liberais,²² através da manutenção do homem escravo e não da construção do indivíduo abstrato, formalmente determinado pela lei e participante da representação política. O homem que no mundo da casa pertencia à instância dos desiguais, no mundo público jamais poderia ser admitido como cidadão.

À formação das elites corresponde a formação do Estado nacional, fundado na incapacidade de representação dos diversos interesses, haja visto a inexistência dos mecanismos para tal ou mesmo, e por isso, da não formação dos atores sociais. Conseqüentemente, há a constituição do Estado como o único ator social, e que em última análise, mantém uma situação de extrema desigualdade social. As sociedades latino americanas eram da mesma forma estáticas, com nenhum mecanismo de representação dos seus interesses mais gerais, que determinaram historicamente e conseqüente-

²¹ (CARVALHO. *A construção*, p 20)

²² "As principais características da sociedade liberal são o distanciamento crescente entre sociedade e Estado, a separação entre público e privado, a liberação dos homens das rígidas hierarquias tradicionais, o estabelecimento de relações sociais com base na competição entre indivíduos livres e iguais, a divisão e conflito permanentes entre as frações da classe dominante e a construção do Direito como valor maior na determinação do indivíduo e do cidadão." (PAZ, Octávio. *L'Amérique Latine et la démocratie. Esprit: Amériques Latines à la une*, Paris, v.10, n.82, p 12-32, oct, 1983.)

mente a criação de aparatos estatais hegemônicos e auto-referenciados. Ademais, a grande diferença entre o Brasil e os demais vizinhos latinos foram antes a estabilidade, coesão e homogeneidade da elite imperial, que garantiram um domínio regional relativo daquele e que patrocinou o alto grau de desentendimento entre eles.

Desta forma, toda evolução política no velho Império foi muito bem controlada, haja visto a capacidade das elites de construir um Estado todo poderoso e uma sociedade deveras fragilizada. Tudo era centralizado, a princípio na metrópole, depois no aparelho de Estado sob o controle da Coroa. Além do mais, o aparato do Estado funcionava como fonte de parasitismo para as elites, (empreguismo) que dividiam entre si os cargos, preferencialmente entre aquelas que passavam para um segundo plano na órbita do econômico. A partir desta opção se determinou qual o tipo de burocracia deveria se formar (preocupação intra-estatal) e qual deveria ser o tipo de justiça que se queria empreender (preocupação extra-estatal). Os Partidos, que eram meros reflexos dessa política, mas que se colocavam ideologicamente em planos opostos, não conseguiam se distinguir nas suas ações práticas, fundamentalmente autoritárias ou espontaneístas.²³

23. Na maioria das vezes o Partido que deteve o poder no Império foi o Conservador e quando o Liberal nele conseguia ater-se fazia o mesmo jogo. Até a abdicação, são os Conservadores que dominam a cena política do primeiro reinado, um longo desfile de choques entre o poder absoluto do Imperador e os nativistas. Em 17 de julho de 1823 assume um ministério conservador com a queda dos ANDRADAS, ou seja de JOSÉ DONIFÁCIO ANDRADA E SILVA, "o patriarca", o timoneiro da independência e seus irmãos, que faziam parte dos nativistas.

Em novembro de 1823 ocorre a dissolução da Assembléia Nacional Constituinte do Brasil, cujo projeto traduzia bem as condições políticas dominantes. Afastando o perigo da recolonização, excluindo dos direitos políticos as classes inferiores e praticamente reservando os cargos da representação nacional aos proprietários rurais; concentrando a autoridade política no Parlamento e proclamando a mais ampla liberdade econômica, o projeto consagra todas as aspirações daqueles proprietários, oprimidos pelo regime de colônia, e que a nova ordem política vinha justamente liberar. O caráter classista desse projeto se revela na discriminação dos direitos políticos. Os proprietários rurais, principais responsáveis pela independência, reservavam-se todas as vantagens políticas dela.²⁴

Após a dissolução da assembléia, o Imperador nomeia uma comissão que deve em quarenta dias apresentar um projeto constitucional.²⁵ É aí que se cria o Poder Moderador, exercido pelo Imperador e a quem cabia a escolha dos senadores, a livre nomeação dos ministros, a sanção e veto dos atos do poder legislativo, etc. Porém, todos esses poderes não davam garantias de estabilidade ao seu detentor que

²⁴ Com este fim, adota o projeto uma complicada hierarquia de direitos políticos: Para os que votavam nas assembléias primárias (As eleições eram de dois graus) existia a condição de possuírem rendimentos líquidos anuais não inferiores ao valor de 150 alqueires de farinha de mandioca (Toda população trabalhadora não se encaixava nesse nível); para os eleitores de segundo grau, que escolhiam os deputados e senadores, exigia-se um rendimento do valor de 250 alqueires; finalmente, para os Deputados requeria o projeto constitucional, 500 alqueires e 1000 para os senadores.

²⁵ Teve seu principal organizador a pessoa de CARNEIRO CAMPOS, Marquês de Caravelas.

em seus 8 anos de governo, serviu à tarefa de transição para a formação do Estado Nacional.

A elaboração daquela Constituição teve influência significativa do pensamento liberal conservador do francês BENJAMIM CONSTANT, notadamente do seu livro "Principes de politique applicables à tous les gouvernements représentatifs et particulièrement à la constitution actuelle de la France", publicado em 1814.²⁶ Nota-se sua influência principal na formulação das competências do Poder Moderador e por consequência, dos demais poderes, de tal forma que fosse resguardada a fundamentação de toda legitimidade de poder naquele primeiro. Descansa aí um conservadorismo que não aproximava o parlamentarismo brasileiro ao inglês, que por sua vez, baseava aquela legitimação na casa representativa dos interesses da comunidade inglesa.

Somente no ano de 1826 o Parlamento é convocado por D. PEDRO I, premido pelas aperturas do tesouro. Este não dava ouvidos aos reclamos da opinião pública e ao mesmo tempo não ousava dissolver o parlamento, rasgar a Constituição e francamente instituir o absolutismo. Havia o compromisso de adaptação e coexistência que perpassava toda a sociedade imperial e que refletia a situação do país em que um governo constitucional e uma constituição liberal tinham que coexistir com oligarquias rurais e com o trabalho es-

²⁶ Ver comentário de AURÉLIO WANDER BASTOS em CONSTANT, Benjamin. Princípios políticos constitucionais. Organizado por Aurélio Wander Chaves Bastos. Tradução por Maria do céu Carvalho. Rio de Janeiro : Liber Juris, 1989, 191 p.

cravo. "Não há despotismo na América que não coexista com uma constituição liberrina"²⁷ A Coroa serviu muito bem para essa triste tarefa de mediação autoritária.

O poder moderador se constituía como uma força de imposição, bem demonstrada quando era dissolvida a câmara de maioria contrária ao gabinete²⁸ de tal forma que até 1847 o chefe de Estado cumulava a chefia de governo, ou seja, do ministério. Ademais, as maiorias parlamentares eram expressões da orientação do poder executivo e não o contrário, como nos verdadeiros parlamentarismos. Estes eram motivos políticos que impunham ao desenvolvimento do parlamentarismo no Império um estágio permanentemente embrionário, consequência também das bases teóricas de CONSTANT que não admitia a distinção entre chefe de Estado e Chefe de Governo. Sua distinção recaía entre o Poder Real (moderador) e o poder do gabinete (executivo), distinção essa que deixava aberto, no caso brasileiro, o caminho ao poder discricionário do Rei. Porém, essa primeira fase do Império foi antes de tudo um período de transição, onde as elites (notadamente a portuguesa e a nacional) ainda lutavam entre si e buscavam encontrar uma forma de conciliar os seus interesses. Foi executando essa tarefa que D. PEDRO I abdicou do poder.²⁹

²⁷ (HABUCO. Porque continuo, p 8)

²⁸ "(...)nos casos em que exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente outra que a substitua". (Art. 101, item V da Constituição de 1824)

²⁹ Em 5 de abril de 1831 instala-se um novo ministério, o mais reacionário de todos. É a última tentativa do Imperador de contornar a revolta da oposição brasileira. É a gota d'água que termina com a expulsão de D. PEDRO I no dia 7, que dá a medida dos limites de resistência de formas absolutistas de organização do poder, nesse momento. O período de menoridade inicia com a sua abdicação, tido como o golpe final da independência. O povo e a tropa estavam reunidos no Campo de

Dessa forma, a primeira fase do governo regencial foi um período crucial para a formação do Estado brasileiro, na medida também que muitas insurreições tiveram de ser controladas.³⁰ Nessa tarefa avulta a figura do ministro da justiça, o Padre DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ, autoritário e enérgico ao extremo, de tal forma que impediu que a revolta popular fosse vitoriosa, utilizando-se principalmente da guarda nacional.³¹ A oposição à regência de FEIJÓ que se fazia personalista e acima dos interesses da classe dominante chega ao seu auge. A maioria do Parlamento estava disposta a dar por terra com um governo que perdera por completo sua confiança. Em 19 de setembro FEIJÓ passa a regência a seu substituto legal, o ministro do Império, PEDRO DE ARAÚJO LIMA. Porém, as revoltas produziram conseqüências na forma como eram conduzidas as ações de poder. Exemplo disso foi avanço do "movimento da Praia" em Pernambuco³² que se sentiu na Câmara quando da apresentação de projetos de nacionalização do

Santana. Aquele é novamente logrado, visto que tinha lutado para os outros, diga-se, para os proprietários rurais, constatando que as reformas por que aspiraram continuavam no mesmo lugar: esquecidas depois da vitória como antes dela. 7 de abril, como disse OTTONI, foi uma "journée des dupes". (PRADO JR. Evolução, p 65)

³⁰ Em 1817 ocorre a Insurreição Pernambucana, que proclama a independência da região recebendo mais comentários da imprensa francesa que a própria independência do Brasil. Mesmo baseada em princípios liberais não declaram a abolição do trabalho escravo. Em 1822 inicia-se a revolta dos cabanos, que ocorreu em Pernambuco e Alagoas e que se estendeu até 1835. Em 2 de dezembro de 1833, data dos festejos comemorativos do aniversário de D. PEDRO II, ocorrem distúrbios entre "nativistas e restauradores". Foi o último suspiro destes, visto que a sociedade militar, ex-sociedade conservadora, foi dissolvida e o tutor imperial destituído e preso.

³¹ Em 1831 forma-se no Rio a "sociedade Defensora da Liberdade e da independência Nacional", conservadora por excelência, propunha-se garantir a situação política criada pelo golpe do dia 7, tanto contra a reação do Partido português, como também, e principalmente, contra o extremismo revolucionário que se desenhava. Por sua influência nasce a guarda nacional, recrutada entre cidadãos de importância, e que serviu de contrapeso às tropas regulares, de duvidosa fidelidade ao governo. Ver URICOECHEA. O minotauro.

³² Este motivou a dissolução da Câmara, o que fez que em 29 de setembro de 1848 se constituísse novo gabinete reacionário, de ARAÚJO LIMA, futuro Marquês de Olinda.

comércio e posterior reformas sociais, que efetivamente não se concretizaram.

Essas tentativas de reformas sempre estiveram presente nas revoltas naquele período. O fato é que por um lado estes movimentos não tinham profundidade social bastante para empreendê-las e por outro, as elites detinham tamanho controle sobre o todo nacional que era praticamente impossível levar a cabo reivindicações sem que elas não fossem mediadas pela Coroa. Dito de outra forma, enquanto as elites procuravam apenas discutir ao máximo os problemas nacionais, era a Coroa que em nome delas tomava uma decisão. Significa dizer que os problemas não eram solucionados, mas apenas amordaçados, como foi a questão da escravidão, que permaneceu secundária em todos os movimentos e reformas efetuadas.

Se naquele âmbito, o escravo não fazia remexer o ardor moral do revoltoso, imagine dos políticos, legítimos representantes da elite rural dominante. O combate à SARAIVA pelos abolicionistas, em 1885, mesmo sendo seu projeto mais liberal que o de DANTAS, foi uma das poucas vezes que procurou-se evitar a paralisação da luta abolicionista, empreendimento este não realizado. A Coroa não podia permitir essa oposição e prefere recuar chamando ao governo o Gabinete COTEGIPE, em 20 de agosto. Entretanto, a abolição não podia ser evitada, e com ela, um sem número de conseqüências, como

foi a queda da Monarquia. Como disse este primeiro ministro, "não é a República que vem, é o Império que vai".³³

Com a abolição a imigração interna de escravos cresceu, do nordeste para o sudeste, devido principalmente à cultura do café. Em 1891 as plantações de café se expandem do Rio de Janeiro para São Paulo, derrubando florestas e movimentando milhões de lavradores, antes escravos e também imigrantes estrangeiros.³⁴ O nordeste que já estava em decadência sofre uma grande seca, motivo a mais para a concentração populacional em São Paulo e Rio. São Paulo é o carro chefe econômico. A urbanidade³⁵ parece se tornar uma realidade ao lado da indústria, que tem na farmacêutica nacional a ala de frente.³⁶

Com o acordo duaneiro de 1891 entre o Brasil e os Estados Unidos, onde os dois Estados se concedem reciprocidade tarifária, há a ascendente marcha do imperialismo norte-americano na América latina e com ele do americanismo. Disto, ocorre a guinada do Brasil para a América, em detri-

³³ ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. Pequena história da formação social brasileira. Rio de Janeiro : Graal, 1981, p 417.

³⁴ O ritmo imigratório começa a crescer depois de 1871, atingindo em 1886, 30.000 indivíduos; em 1887, 55.000; em 1888, 133.000.

³⁵ Para trabalhar a questão da urbanização ver CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.

³⁶ É inaugurado o serviço de bondes elétricos de São Paulo, uma empresa canadense inaugura no ano de 1901 a segunda usina hidrelétrica do Brasil, possibilitando a industrialização de São Paulo. Instala-se a light, (A ela serviram em sua fundação, personalidades eminentes como BERTHARDINO DE CAMPOS, EPITÁCIO PESSOA, RUI BARBOSA E CLEMENTE MARIANI. PERCIVAL FARQUHAR, empresário norte-americano em associação com ALEXANDRE MACKENSIE, advogado e gestor dos interesses canadenses de São Paulo, instala a light do Rio de Janeiro em 1904) que posteriormente foi vendida ao Brasil por mil vezes o seu valor.

mento da Inglaterra, em face das necessidades econômicas do sistema agro-exportador nacional que exigia um grande mercado internacional comprador. A Inglaterra não podia satisfazer plenamente à esta imposição.³⁷

Num contexto mais geral, o chamado imperialismo mercantilista, que se orientava principalmente no sentido de engrandecer o poder e a riqueza do Estado, acumular ouro nos cofres públicos, para que o governo pudesse manter exércitos e equipar armadas, passa a dar lugar ao novo imperialismo que se afigura a partir do ano de 1870.³⁸ Se caracteriza pelo interesse ávido por territórios ricos em cobre, ferro, petróleo, manganês e trigo, e pelo encorajamento à emigração em larga escala para as colônias, onde era abrigado o excesso de população das metrópoles. Além do mais, se antes o interesse se dava em torno de territórios do hemisfério ocidental e às ilhas tropicais, depois foram a África e a Ásia os teatros principais do imperialismo. Este, que representava o surgimento da segunda revolução industrial, tinha como meridiano uma industrialização que se alastrava por muitos outros países além da Inglaterra, determinando extensa competição por mercados e por novas fontes de

³⁷ A partir de 1850 o capitalismo inglês passa a sua forma superior, o chamado imperialismo, e que ainda marcava o mercado brasileiro. Este imperialismo no Brasil se refletiu no monopólio inglês da exportação de café, importando 33% do total; o Império, por sua vez, passa a importar 55% da Inglaterra; o sistema financeiro é controlado pelos bancos Baring e Rothschild, ingleses.

³⁸ Segundo HOBBSBAWN, esse ano é marcado pelo início de um processo global depressivo da economia, o que evidentemente desencadeou uma série de táticas de mercado para sair-se da crise, como ocorreu a partir do ano de 1857. (HOBBSBAWN, Eric J. A era do capital (1848-1875). Tradução por Luciano Costa Neto. 3ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, (Coleção Pensamento crítico: 12), p 174).

matérias-primas. A despeito do problema de encontrar saída para o excesso de produtos manufaturados, o governo da maioria dos países acabou cedendo à pressão dos capitalistas que reclamavam tarifas protetoras. Resultou daí uma produção ainda mais elevada e a conseqüente procura de novas colônias como mercados de escoamento para os produtos que a metrópole não consumia. Foi também conseqüência do aumento da população bem como de um nacionalismo exacerbado.

No seio dessa transformação mundial o Brasil sofre diretamente a influência da imigração estrangeira e a entrada de capital estrangeiro que financiam os vastos lucros da elite agrária brasileira, e com ela, o desenvolvimento nacional. O governo, de sua parte, amplia a concessão de vastas extensões de terras para as empresas colonizadoras, proibindo, todavia, que em qualquer programa se concedam lotes a brasileiros, em proporção superior a 10%. O mesmo tipo de incentivo é conseguido pelos industriais que conseguem a aprovação de algumas medidas de proteção alfandegária à produção nacional. À sombra delas começam a surgir indústrias em geral instaladas pelos representantes das firmas importadoras, quase todos imigrantes. Em 1908 começa a imigração japonesa, que nos anos seguintes cresce intensamente. Note-se que em 1910 a população brasileira alcança vinte e três milhões.³⁹ Três milhões nascidos no exte-

³⁹ Em 1900 ocorre o terceiro recenseamento geral do Brasil, que registra uma população de 17.384.340 habitantes; um milhão e cem mil deles eram portugueses, espanhóis, italianos e alemães recém-chegados.

rior e a maioria se situando na grande SP; este é uma explicação para a forte produção industrial de SP, que passa o Rio em termos gerais.

As condições de desenvolvimento dos meios de produção para o mercado internacional para produtos agrícolas, que vinha se desenvolvendo rapidamente,⁴⁰ levava às extremas especializações ou mesmo à monocultura. O Brasil não teve como ficar de fora desse modelo econômico, prevalecendo o modelo de produção agro-exportadora. Porém, ele se revela incapaz de reunir capital e técnica necessários para promover um verdadeiro desenvolvimento industrial autônomo do tipo empresarial capitalista, marcado que estava desde sua origem pelo caráter excludor da maioria agrária da população brasileira. Mesmo porque vivia, ele próprio, em crises periódicas, nas quais apelava para subsídios do Estado, que por sua vez dependia também da agricultura de exportação.⁴¹ A velha República dava o poderio hegemônico ao empresariado rural, seja o arcaico dos coronéis, seja o moderno dos cafeicultores. Mas, era exercido de fato através de agentes patriciais que tiravam seu poder do desempenho de cargos políticos, gerais e eminências. Todos eles liberal-reacionários.

⁴⁰ A partir de 1840 com o desenvolvimento dos meios de transporte a longas distâncias, o nível de comércio internacional cresceu enormemente.

⁴¹ Era ela que gerava 70% das rendas do governo através dos impostos de exportação e importação. (CARVALHO. A construção, p 179)

A representação política como método pedagógico e pragmático de construção de uma cultura foi desde sempre relegada ao último plano, e mais como nunca na carta jurídica do Império, que criou um simulacro de instituições representativas, onde a Coroa, com sua parte imponente hipertrofiada, é o único elo capaz de resguardar a vontade nacional, maculada pela fraude e pela manipulação das facções.

O Poder político patrimonialista da Coroa significava a sua capacidade de exercer indireta e privativamente a administração da coisa pública, ou seja, dos interesses gerais da população em um dado território, através de uma representação que estivesse permanentemente sob o seu controle.

Segundo JOAQUIM NABUCO, o ideal da Monarquia se rege na forma em que o governo, a instância de representação formal dessa população, centralizada na pessoa do Rei, se divide em duas partes, a "eficiente", ou seja, sua tarefa é o exercício efetivo da direção através dos dois poderes constitucionais, executivo e legislativo, e a "imponente", quer dizer, aquela que visa "produzir e conservar o respeito das populações",⁴⁸ o poder político como um poder de representação que toma um feitio simbólico.⁴⁹

⁴⁸ (NABUCO. *Minha formação*, p 35)

⁴⁹ "Pode-se afirmar que a ação do Imperador vinha a suprir neste ponto o papel dos órgãos mais normalmente autorizados a dar expressão à vontade popular e tinha função semelhante à de um corpo eleitoral, do corpo eleitoral que o Brasil não conhecia." (S B HOLLANDA, citado em LESSA. *A invenção*, p 45)

Esse controle sobre a sociedade brasileira pela Coroa externava-se nas várias formas como ela buscava assegurar a lealdade, a imparcialidade e a eficiência administrativa de sua máquina administrativa. O exemplo significativo desse controle foi a formação da burocracia judiciária desde a colônia. Fazia-se um grande esforço para que os desembargadores encarnassem a autoridade do Rei na colônia, pondo-os acima da sociedade, garantindo-lhes uma posição de respeito inabalável através do prestígio, riqueza e "status" social. A sociedade, por sua vez, não tinha como tornar-se autônoma, mesmo momentos de crise do Sistema fossem comuns. Mas, este nunca era atingido frontalmente: "Faltavam mecanismos bem definidos para a expressão de interesses grupais no Sistema Político do Império português".⁴⁴ A via governamental era o único acesso da sociedade para fazer valer seus interesses.

Como a principal função do tribunal colonial era representar o Rei, a questão do desempenho ficava em segundo plano, visto que a justiça era do interesse do Rei, ou seja, a justiça não detinha um valor universal, mas era uma questão política. Assim sendo, a principal função do tribunal era evitar determinadas ações do corpo burocrático e não realizar justiça. Ou seja, a justiça era administrada segundo os interesses dominantes da sociedade colonial e os interesses da burocracia local, e não segundo ditames uni-

⁴⁴ (SCHWARTZ, Stuart B. Burocracia e sociedade no Brasil colonial: A suprema corte da Bahia e seus juizes (1609-1751). São Paulo : Perspectiva, 1979, p 145)

versais liberais. Isso, todavia, não dava poderes absolutos⁴⁵ à mesma, mas permanecia amarrada à Coroa.

A administração da justiça se organizava como um grupo privilegiado de serviços, que na medida em que foi destituída de sua principal função, a de fazer justiça, ocupou lugar privilegiado no Estado patrimonial que surgia da vontade de Portugal e esta se fazia presente na voz dos juizes formados em Coimbra. Estes tiveram papel preponderante na formação daquele Estado.⁴⁶

Da mesma forma, o sistema eleitoral imperial serviu muito bem para empreender um maior controle sobre a sociedade, agora bem especificadamente, em sua representação de interesses na estrutura estatal. A incapacidade de representação é o seu fundamento.⁴⁷ Esse sistema passava pelo voto censitário que ocasionava um alto controle político onde o apoio de um chefe partidário regional determinava a eleição do deputado; as eleições indiretas em dois turnos: o eleitor, definido basicamente por critério de renda, escolhia um colégio de delegados; a permanência da câmara depen-

⁴⁵ "Abusar do cargo para atingir objetivos pessoais era uma violação das obrigações profissionais de um juiz que, do ponto de vista social, tinha muito menor impacto que outras formas de corrupção que envolvessem a troca de favores e recompensas entre um magistrado e um outro membro da sociedade. O abrasileiramento da magistratura era a corrupção dos objetivos puramente burocráticos..." (SCHWARTZ. Burocracia, p 261).

⁴⁶ "O tremendo impacto do Direito Romano, na forma que lhe deu o Estado burocrático romano em sua última fase, revela-se claramente no fato de que por toda parte a revolução da administração política na direção do emergente Estado racional foi levada adiante por juristas". (citado em CARVALHO. A construção, p 33)

⁴⁷ Por exemplo em 1886 registrava-se apenas em 150 mil a população de eleitores, cerca de 1% da população de 14 milhões. (Registro de VISCONDE DE OURO PRETO, senador do Império.) Em termos educacionais a coisa muito se parecia: "Havia um verdadeira abismo entre essa elite (política) e o grosso da população em termos educacionais." (CARVALHO. A construção, p 64)

deria de uma maioria que daí se formasse e que detivesse o apoio do Imperador, senão ela se dissolveria;⁴⁸ e, o candidato poderia sofrer o controle do poder legislativo que poderia não lhe conferir o diploma de parlamentar, ou seja, não o aceitar como um de seus membros, o que era chamado de "depuração", expediente este sempre utilizado quando se desejava afastar oposicionistas indesejáveis.

O voto censitário⁴⁹ e a eleição indireta, bem como a distinção entre votantes e elegíveis estavam expressos constitucionalmente.⁵⁰ Naturalmente, aí estava a marca do conservadorismo de CONSTANT, justificado para as circunstâncias anárquicas que envolviam a França na época em que foi pensado, mas não para um Brasil na contra-mão das reformas sociais e políticas. Enfim, parece que aquela influência foi decisiva para emperrar a construção de uma sociedade mais emancipada, beneficiando a exclusão da maioria no processo político e dando um modelo conservador para as elites. Erigiu-se um Estado aristocrático constitucional, essencialmente conservador⁵¹ sob o comando da Coroa.

⁴⁸ Muito normal num parlamentarismo, onde aquele poder não ultrapassasse os limites constitucionais.

⁴⁹ "Somente a propriedade assegura o ócio necessário à capacidade dos homens para o exercício de direitos políticos." (CONSTANT. Princípios, p 118). Ocorre ainda que mesmo incluindo-se no nível mínimo de renda, analfabetos e acatólicos não votaram, até a reforma de 1881.

⁵⁰ Os votantes tinham como critério de restrição a exigência de renda anual acima de 100\$000; os eleitores (que podiam participar de um pleito) eram os eleitores com renda anual acima de 200\$000.

⁵¹ As grandes instituições no Império são conservadoras, como o Conselho de Estado, os Tribunais Superiores, o Senado... (CONSTANT. Princípios, p 42).

Em 1846 ocorre a Reforma Eleitoral, que sob o pretexto da desvalorização da moeda passou a calcular o censo eleitoral na base metálica, elevando por este artifício ao dobro do antigamente exigido o mínimo de renda para o exercício dos direitos políticos. Em 1881⁵² com o ministério SARAIVA sai outro Projeto de Reforma Eleitoral, que procurava obter a máxima regulação sobre o processo eleitoral, exigindo a diminuição do eleitorado e o aumento de mecanismos capazes de garantir a honestidade de todas as etapas. Esta lei implicou numa redução drástica do eleitorado.⁵³

As contradições da Coroa eram proporcionais à alta potência e possibilidade de intervenção que ela detinha sobre a sociedade. Exemplo disso foi a questão religiosa⁵⁴ que faz com que o Império se indisponha com a Igreja. Este fato foi bem aproveitado pelos republicanos. Ele se expunha publicamente, parecendo liberal, mas em sua essência era conservador. Ademais, essa questão caracterizou a existência de incompatibilidades entre o Estado e a Igreja e o claro desafio por parte desta em relação ao controle daquele. Foi

⁵² Em 1855 é aprovada a Lei dos Círculos; em 1875, a Lei do Terço, que visava dar garantias à expressão eleitoral das minorias; em 1879 o gabinete SINIMBU elimina as eleições primárias, mas considerou eleitores os que detivessem renda anual de 400\$000. Esta reforma conduziu à última do Império, a de 1881.

⁵³ A Diretoria Geral de Estatística do Império, em 1874 estimava a população eleitoral brasileira em torno de 1.114.066 pessoas. Com a Lei Saraiva este número cai para 157.296, algo como 1,5% da população global. Claro, o salário médio era de 144\$000 anuais e a exigência da lei era de 200\$000 líquidos. (LESSA, Renato. A invenção republicana. Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1988, p 31).

⁵⁴ Ocorreu em 1872 quando os bispos de Recife e Belém proibem a participação dos padres na maçonaria, o que foi bem visto pela Santa Sé. Ocorre, todavia, que o Conselho do Estado os condena a prisão, haja visto a defesa da liberdade religiosa que a Monarquia pretende empreender, inusitadamente.

mais um episódio em que se demonstrou o debilitamento ideológico da Coroa e tornou mais patente a proposta da separação igreja-Estado, almejada pelos republicanos.

Da mesma forma a questão militar ou melhor, as várias questões, principalmente a última das questões militares revelou o distanciamento paulatino do exército do compromisso constitucional de sustentar a Monarquia. Isso tornava claro a perda do monopólio legal do uso do poder por parte daquela que devia sustentar o poder político como o único a representar a Nação. Ao contrário, outros setores, notadamente o militar, passaram a ocupar um lugar simbólico privilegiado que para a elites era politicamente confiável e necessário na tarefa de alcançar um maior esforço no desenvolvimento econômico do país, mantendo, é claro, o acesso ao político restrito a ela.

A questão da escravidão, sem dúvida, foi a maior dentre todas no período vivido pelo autor analisado, sendo ela móvel importante em sua escolha política, e para a própria compreensão da futura sociedade brasileira. O primeiro dos atos considerados marcos nessa luta de emancipação do homem brasileiro foi a Lei Eusébio de Queirós, de 4 de setembro de 1850, que declarou definitivamente ilegal o tráfico de escravos. Vale aqui notar que esta resolução não foi tomada por livre vontade e consciência dos latifundiários que enriqueciam-se, direta ou indiretamente, com

o tráfico, mas principalmente, devido o terror inglês⁵⁵ que tornou muito arriscado empreender este negócio.

A consciência nacional da barbárie que era a escravidão sempre permanecia delimitada em ações fadadas ao fracasso como o foi em 1866 com PIMENTA BUENO, Marquês de São Vicente, ao apresentar cinco projetos de reforma sobre a escravidão, um dos quais prescrevendo sua extinção. Só em 1871 é que se dá um pequeno passo em direção à liberdade do negro com a "Lei dos nascituros" ou "Lei do ventre livre". É aprovada pelo ministério RIO BRANCO graças a coalizão parlamentar de magistrados com proprietários rurais do nordeste que irritou profundamente os proprietários do sul e ocasionou o início do desgaste do regime imperial. Depois com o governo DANTAS,⁵⁶ em 1884, há a concessão da liberdade aos sexagenários.⁵⁷ Enfim, ocorre a abolição, ato de um ministério conservador que aproveitou-se da presença da princesa. Tudo feito sem a mínima preocupação com o futuro daquela população, sem a participação da mesma, nem das elites que dela dependiam. A Coroa com essa decisão fica marcada de morte. Durará apenas um ano e pouco.

⁵⁵ A Inglaterra, por sua vez, já abolira o tráfico de escravos em 1807.

⁵⁶ O sacrifício de DANTAS decorre, principalmente, da aliança do Imperador com os conservadores (para desincompatibilizar-se com a sociedade agrária) e da coligação entre liberais dissidentes e conservadores, que não aceitavam o seu projeto, porque nele estavam medidas que representavam concessões ao regime escravista. Para substituí-lo, PEDRO II convoca SARAIVA, alto dirigente do Partido Liberal e conhecido por suas posições conservadoras, mas que, conseguindo o apoio dos antigos companheiros, conseguiu enfim aprovar o projeto de reformas.

⁵⁷ Nesta ocasião ocorre o conflito típico entre os dois estratos do Partido Liberal. A reação liberal da província de São Paulo e Minas Gerais ao projeto do liberal DANTAS foi grande.

A luta dos verdadeiros abolicionistas era demasiadamente inglória. Por um lado uma total desorganicidade social que pudesse empreender qualquer tipo de pressão. Por outro as elites política e econômica empenhadas em não romper o "status quo" existente, ou seja, desejosas em manter a sociedade numa minoridade permanente, sem capacidade de decidir por nada e portanto, obrigada a delegar tal tarefa. Este regime, por exemplo, buscava em 1879 garantir recursos de segurança⁵⁸ e se organizar através do trabalho semi-servil asiático. Essa opção pareceu demasiado forte para os abolicionistas que conseguiram evitar que fosse adotada pelo governo. Isto, porém, era sinal de que os escravistas estavam na dianteira. Ademais, o ano seguinte é marcado por uma conjuntura de estagnação da luta política abolicionista.⁵⁹

É difícil entender como poderia se organizar uma real emancipação dos negros se não havia nenhum projeto político com base material que vislumbrasse a emancipação de toda a sociedade brasileira e capaz de uma fundação histórica. A elite política responsável para tanto se constitui num todo amorfo conservador onde Partido algum detinha uma

⁵⁸.Substituição da pena de galés pela de prisão celular.

⁵⁹.Em 9 de Junho CRISTIANO OTTONI discursa no Senado denunciando as atividades repressivas dos clubes da lavoura. Este pertencia ao grupo dos emancipacionistas, que não admitiam modelo diferente de investimento que as alforrias, ao contrário de como os abolicionistas desejavam, através de propaganda.

ideologia que fosse seriamente acatada por seus partidários, onde os liberais apóiam os conservadores e vice versa.⁶⁰

O positivismo se desdobrava num evolucionismo espontâneo. Seus adeptos não acreditavam em qualquer movimento que quebrasse o progresso harmonioso da sociedade, arriscando-se a gerar a anarquia. Por isso, esta doutrina difundiu-se mais como estado de espírito do que uma religião ou filosofia da humanidade. Por outro lado, na Escola Militar o seu lado moralista se transmuta em direção do pragmatismo, mais aberto à atividade política e não tão preocupado com as leis naturais. Este, através da manobra de adaptação permitiu o despertar de forças eruptivas contrárias ao regime, principalmente através da Escola Militar, e favoráveis à insurreição republicana. Aqueles que se prenderam doutrinariamente à filosofia positivista de modo rígido, não permitiam essa intromissão na evolução natural e ordeira da sociedade, e portanto, deixaram nas mãos dos militares a função de inventarem a República do Brasil e com ela, os limites das grandes transformações que se exigiam.

Dessa forma aquele positivismo avançaria mesmo com BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES,⁶¹ na Escola Militar do Rio (1880), visto que o lema ordem e progresso se prestava muito bem para justificar o seu autoritarismo e defender os

⁶⁰ "Não há nada mais parecido com um "saquarema" (conservador) do que um "luzia" (liberal) no poder." (Fala de HOLANDA CAVALCANTI citado em RODRIGUES. Conciliação, p 12)

⁶¹ No ano de 1867 o positivismo passa a se manifestar através do jornal acadêmico "A República", da Academia de Direito de São Paulo.

seus interesses corporativos. Dessa forma, a solução jurídico-política decorrente desse apostolado era a da "ditadura republicana na qual o autoritarismo seria justificado pelas qualidades intelectuais dos seus promotores."⁶²

A evolução dos Partidos Políticos no Brasil imperial é analisada de diversas formas, notadamente por duas correntes; uma afirmando a inexistência de qualquer identidade ideológica entre os componentes das diferentes agremiações que se organizaram, outra afirmando que havia pelo menos alguns traços diferenciadores que eram característicos. Dentro do que me interessa vale apenas afirmar que existiram permanentemente duas correntes de pensamento que se organizavam e determinavam suas identidades teóricas pela contraposição das idéias com o lado oposto.

Dito isto, um primeiro momento daquela evolução é iniciado com o surgimento do Partido Conservador no ano de 1840 a partir da união entre ex-restauradores e ex-moderados sob a liderança do liberal BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS. Depois surge o Partido Liberal, no mesmo ano e em contraposição àquela união, defendendo a idéia da organização descentralizada do Poder, da Justiça e do Direito. Isso significa que a preocupação dos dois blocos era a mesma só que entendiam diferentemente a forma como empreender aquela construção: o Estado brasileiro. Ainda, os quadros desses Partidos eram caracteristicamente diferentes: os profissio-

⁶². (ALBUQUERQUE. Pequena história, p 437)

nais liberais concentravam-se no Partido Liberal enquanto que no Conservador perfaziam o maior número os funcionários públicos,⁶³ sem dúvida, os mais interessados na constituição de um Estado forte.

O Partido progressista surge em 1864 e foi consequência do processo de conciliação iniciado em 1853.⁶⁴ Seu maior líder foi NABUCO DE ARAÚJO, um conservador dissidente que tentou discutir a reforma das funções judiciais e policiais.⁶⁵ Foram, contudo, os liberais históricos os que tentaram avançar aquela discussão e por isso mesmo, os causadores do futuro rompimento. Dessa forma, há a sua dissolução em 1868 com a queda do gabinete de ZACARIAS.

Surge então o Partido Liberal-radical através da unicidade programática das idéias radicais que eram divulgadas desde 1866 pelo Opinião Liberal de RANGEL PESTANA e LIMPO DE ABREU. Publicam seu programa de reformas (certamente o mais radical⁶⁶ do Império) que constava da abolição do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho de Es-

⁶³ (CARVALHO, *A construção*, p 164)

⁶⁴ É um período histórico do parlamentarismo brasileiro em que os partidos conciliam-se em torno do Partido Progressista. Foi um movimento minoritário, visto que inexistia Partidos ideológicos no sentido de haver um mínimo de coerência em torno de determinados interesses que partiam da estrutura social. Decorreu também da vontade de acalmar os ânimos agitados da sociedade exposta à ação intolerante do governo contra a "revolução da praia" (1848-49). Enfim, foi o gabinete do Marquês do Paraná (set/53 a maio/57) que elevou a política da conciliação à oficial.

⁶⁵ A chamada Lei de 1841 tratava dessas funções.

⁶⁶ Em 1869 tentou-se uma união entre a ala radical e a moderada do Partido liberal que modificou aquele programa: marcava este a responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, o Conselho de Estado apenas administrativo, a máxima "Rei reina e não governa", maior liberdade de comércio e indústria, garantias efetivas de liberdade de consciência, reforma do Senado no sentido de supressão da vitaliciedade, reforma eleitoral no sentido de ser direta nas cidades maiores, policial e judiciária, abolição do recrutamento e da guarda nacional e emancipação gradual dos escravos.

tado e do elemento servil, bem como pelo estabelecimento do sufrágio direto e generalizado, do Senado temporário e eletivo, da liberdade de associação e culto, do ensino livre, da polícia eletiva e também, é claro, da federação.⁶⁷ Dessa forma, esta nova agremiação vem a consolidar o distanciamento dos dois grupos que existiam no campo liberal e que se caracterizavam por dois modelos diferentes de liberalismo: um preocupado com a reforma social (radicais) outro com a reforma política (moderados).

A ala radical era inicialmente formada por padres, seguidos pelos profissionais liberais (advogados e jornalistas), alguns magistrados convertidos⁶⁸ e poucos industriais.⁶⁹ A sua maioria provinha do nordeste e Rio de Janeiro. O setor moderado tinha em sua composição os proprietários rurais, os advogados proprietários e os médicos proprietários. Todos estes estavam voltados para o mercado interno, ao contrário daqueles.⁷⁰ Na medida em que a ala nacional da elite política se organizava, o setor burocrático que junto com o Estado se formava, no bojo de um acordo autoritário, foi sendo lentamente substituído por profissionais liberais, particularmente aqueles advogados, que como já visto, formavam tanto a ala liberal como a conservadora.

⁶⁷ (NOGUEIRA. *As desventuras*, p 75)

⁶⁸ SILVEIRA DA MOTTA, TAVARES BASTOS, FRANCISCO FURTADO, NABUCO DE ARAÚJO, SARAIVA, DANTAS.

⁶⁹ OTTONI e MAUÁ.

⁷⁰ Ver CARVALMO. *A construção*, p 175.

Historicamente, portanto, dois momentos principais delinearão as discussões e implementações que movimentavam o liberalismo da sociedade brasileira imperial do século XIX: 1) o debate dos anos 30 e 40 que girava em torno da maior descentralização política, da autonomia provincial e local, em face das pressões dos donos de terra (é o tipo liberal rural) e 2) o caracterizado como urbano e que circulou pelos anos 60 daquele mesmo século. Às velhas demandas por maior descentralização foram introduzidas as novas reivindicações de liberdade civil, participação política e reforma social.⁷¹ Essas reivindicações exigiam um novo tipo de Estado, menos paternalista e interventor. Era a concepção do Estado liberal: "não deveria ir além dos limites naturais; não deveria substituir à sociedade, antes deveria limitar-se a cuidar da justiça, da polícia, da ordem e dos impostos".⁷² Porém, essa bipartição da doutrina liberal custou caro ao Partido Liberal, pois não contribuiu em nada na aprovação e implementação prática de medidas ou reformas sociais. Isso significa que os moderados conseguiram impedir reformas que estavam inscritas no próprio programa do Partido.

A preocupação com a representatividade e cidadania, mesmo exposta e discutida anteriormente aos anos 60, teve expressão e desenvolvimento somente a partir destes, devido ao maior crescimento urbano e aumento populacional

⁷¹ Exemplo típico deste tipo de encaminhamento foi o trabalho de SILVEIRA DA MOTTA e o manifesto de 1869 do recém-criado Correio Nacional.

⁷² (Citado daquele manifesto em CARVALHO. *A construção*, p 160)

com instrução superior. Este e somente este ambiente era propício para a idéia dos direitos individuais que no Brasil veio marcado por grandes contradições, devido principalmente à falta da homogeneidade em torno deste ideal. Veja-se os modernos paulistas, republicanos e escravistas, ou seja, só se importavam com a questão da federação, da organização do poder.

Em dezembro de 1868 nasce o Partido Republicano,⁷³ através do "Manifesto Republicano", elaborado por QUINTINO BOCAIUVA, o Patriarca da República, SALDANHA MARINHO E SALVADOR MENDONÇA que contou com 53 assinaturas e para cuja veiculação foi criado o jornal "A República",⁷⁴ que sai três vezes por semana. Apesar das qualificações profissionais urbanas dos assinantes, eram em sua maioria homens ligados à propriedade rural decadente, do nordeste ou Rio de Janeiro.

O seu manifesto representava a discordância com a ala moderada do Partido liberal, ou seja, afirmava o pensamento liberal clássico urbano, preocupado com a verdade democrática da representação e os direitos individuais, mesmo que defendesse a idéia do federalismo, preocupação do liberalismo mais rural. Portanto, faziam parte da ala radical do Partido Liberal.

Porém, esta opção por uma sociedade mais participativa e um Estado menor não desencadeou uma atuação prática

⁷³ É fundado o "Clube Republicano" em nov/1870.

⁷⁴ Em 1871 o jornal passa a ser publicado diariamente, com BOCAIUVA na chefia.

e radical neste sentido, demonstrando a inexistência de uma sólida base social desse Partido sediado no Rio de Janeiro (no que aliás, sucedeu-se de modo muito diferente com o paulista) e conseqüentemente, a sua vinculação ao acordo tácito de acumulação de poder. Isso vinha a marcar contraditoriamente o seu projeto inicial de maior participação social.⁷⁵ Representou muito bem o chamado idealismo utópico (ao contrário do idealismo orgânico representado pelo Partido Conservador). É o tipo de liberalismo alienado, baseado em teorias e concepções estranhas à realidade nacional, um pensamento importado. O Partido Republicano de São Paulo pode ter sido, dentro dessa concepção liberal, uma exceção, enquanto o do Rio de Janeiro, permaneceu maculado pelo seu caráter inorgânico.

Em 1874 surge o Partido Republicano de São Paulo, cujos chefes são PRUDENTE DE MORAIS, CAMPOS SALES e FRANCISCO GLICÉRIO. Estes, na briga entre JARDIM E BOCAIÚVA, preferem o segundo. O primeiro mostrava-se francamente revolucionário, em face do positivismo evolucionista do segundo. O movimento escolhe a publicidade como o meio mais eficaz para efetuar sua luta. Ostensivo na proposta de federação, incisivo na crítica ao poder pessoal do Imperador e mudo quanto à abolição, eis o Partido que surgia.⁷⁶

⁷⁵ "Si no se tiene un control público de las decisiones, el corporativismo, es decir, el interés de la particularidad dentro del aparato del Estado, va a primar y va a impedir que exista esa mediación necesaria que posibilite el control democrático." (CARDOSO, Fernando Henrique. La sociedad y el Estado. Revista de economia política, Nº 5, enero, junio, 1984, p 35).

⁷⁶ Em outra região e no mesmo caminho surge o "Partido Republicano Riograndense" fundado por PINHEIRO MACHADO. É o ano de 1879.

Verifique-se, contudo que sua índole pragmática o encaminhava a criar uma sólida estrutura organizacional com base nos municípios. Em abril de 1873 realiza-se o "Congresso Republicano de Itú"⁷⁷, onde 17 municípios se achavam representados⁷⁸ e lá organizaram um comitê executivo permanente para coordenar as atividades dos mesmos. Era um lugar eminentemente escravista, repleto de senhores rurais, não preocupados com doutrinas, de tal forma que apenas dois documentos importantes foram produzidos: um abstendo-se em relação à questão escrava, outro defendendo a organização autônoma da província. "A principal preocupação dos paulistas não era o governo representativo ou direitos individuais, mas simplesmente a federação, isto é, a autonomia, estadual".⁷⁹

O Partido Republicano, era inexpressivo na vida política nacional até 1877 quando consegue colocar três deputados provinciais, e com o apoio dos liberais. Viriam eles, em sua maioria, a refletir a sua pouca compreensão da totalidade dos problemas brasileiros, quando punham como grande questão a República e não a própria constituição da sociedade, que passaria pela libertação dos negros brasileiros. Aproveitariam eles deste problema para apenas empreender seu projeto que era apenas político e não social. Em ou-

⁷⁷. Coincidiu este ocorrido com a inauguração da Ferrovia Ituana. Mais do que uma convenção republicana, esta foi uma reunião do poderoso grupo paulista, que começava a se articular para tomar parte do poder.

⁷⁸. No Congresso da capital estavam presentes 29 municípios. Os dois realizaram-se no mesmo ano.

⁷⁹. (CARVALHO. A construção, p 162)

tro caminho SILVA JARDIM assumiu publicamente a campanha abolicionista num comício em Santos, em janeiro de 1888.⁸⁰

Em Julho de 1879⁸¹ realiza-se o Congresso Republicano que decidiu que a partir do dia 14 nenhum republicano poderia possuir escravos. Pelo exposto, a base de apoio do movimento era exatamente os grandes proprietário e que eram contra a abolição.⁸² Dois anos depois, com OURO PRETO na chefia de gabinete, há a apresentação de uma reforma global⁸³ que vai ao encontro às propostas republicanas, mas que não é aceite, visto que destruiria as bases da oligarquia dominante.

A proclamação da República foi feita, mas sem entusiasmo social que marcasse uma esperança de melhora, nem mesmo pelos seus organizadores.⁸⁴ O Diário de notícias, fo-

⁸⁰ Naquela ocasião também anuncia o apoio dos republicanos aos militares descontentes com o desprezo que a Monarquia lhes tinha.

⁸¹ Em dezembro surge no Rio a "Gazeta Nacional", folha republicana dirigida por J. J. ALMEIDA PERNAIBUCO e redator ARISTIDES LOBO, onde circulam SALDANHA MARINHO, UBALDINO DO AMARAL, MATIAS DE CARVALMO, SILVA JARDIM (chefe político) e EVARISTO DE MORAIS (discípulo).

⁸² Ver MARTINS, Ana Luiza. República, um outro olhar. São Paulo: História-Contexto, 1989.

⁸³ Em 11 de junho de 1889 OURO PRETO apresenta o projeto defendendo a elasticidade do Sistema imperial e afirmando ser necessário empreender "com ousadia e firmeza largas reformas na ordem política, social e econômica, inspiradas na escola democrática; reformas que não devem ser adiadas para não se tornarem improficuas. O que hoje bastará, amanhã talvez será pouco." (OURO PRETO, citado em LESSA. A invenção, p. 32). Propunha: 1) direito de voto aos alfabetizados; 2) autonomia provincial e municipal; 3) liberdade de reunião, de culto e de ensino; 4) fim do senado vitalício; 5) reforma no Conselho de Estado; 6) nomeação do Presidente Provincial pelo Imperador, através de lista tríplice; 7) casamento civil obrigatório; 8) máxima redução dos direitos de exportação; 9) incentivo à imigração estrangeira (mão de obra livre); 10) lei de terras que facilitasse sua aquisição; 11) redução dos fretes e desenvolvimento dos meios de comunicação; 12) incentivo às instituições de crédito, sobretudo para a lavoura; 13) elaboração de um código civil. (MARTINS. República, p. 65)

⁸⁴ No dia 11 de Novembro reúnem-se na casa do MARECHAL DEODORO DA FONSECA sete republicanos, entre eles FRANCISCO GLICÉRIO, QUINTINO BOCAIUVA, ARISTIDES LOBO, BENJAMIM CONSTANT (militar e professor), MAJOR SOLON E RUI BARBOSA, marcando o golpe para o dia 20 de novembro. Porém, com base em boatos (da captura de DEODORO, que fez com que o movimento se apressasse em procurá-lo, e poste-

lha de RUI BARBOSA, em editorial rebuscado, não apresentava nenhuma palavra de louvor à República, informando apenas que "o exército e a armada reivindicando direitos em cuja conculcação se comprazia o governo imperial, depuseram ontem o gabinete com ascenso geral da população desta cidade..." E o povo? Ora, "assistiu àquilo bestializado" como naquela ocasião disse ARISTIDES LOBO.⁸⁵ Este era mais um exemplo entre os vários comentários comedidos da imprensa sobre o ocorrido e que demonstrava a sua aceitação, até que aos poucos todos "tornaram-se fiéis ao novo regime, exceção feita a monarquistas residuais"⁸⁶ Os conservadores, entre o medo da República e o medo da anarquia, preferiram submeter-se àquela, como o afirmara RIO BRANCO, dando por consumada a nova situação.

Dessa forma, a Proclamação da República foi decorrente de um processo de deterioração acelerada da Coroa, a partir do término da guerra do Paraguai e do movimento dinamizador decorrente do impacto inicial do desenvolvimento capitalista. Neste contexto, a Coroa não podia se beneficiar da abolição, que pressuporia uma flexibilidade para realizar reformas e se auto-reformar, coisa que o Sistema não tinha. Este demorou demasiado para adoptá-las e não soube conquistar adesões, necessárias, pois seu paternalismo perdia sua eficácia bem como as práticas de controle político deixavam de

riormente, da escolha pelo Rei de um ministro opositor àquele marechal, que enfim se decidiu por aceitar a proclamação já realizada no parlamento) ela foi antecipada em cinco dias.

⁸⁵ (MARTINS. República, p 17)

⁸⁶ (NOGUEIRA. As desventuras, p 61)

funcionar. Em última análise, a República foi um arranjo político que refletia um pacto que reunia os interesses dos antigos e novos setores. Entre estes estava o elemento militar, o novo exército, saído da guerra do Paraguai e "educado no positivismo e encharcado de vontade política".⁸⁷ O povo, o exército e a armada nacional instituem o governo provisório, simples agente temporário da soberania nacional.⁸⁸ Este governo provisório garante o direito a vida, propriedade e demais direitos políticos e individuais, salvo as limitações exigidas pelo bem da pátria e pela legítima defesa do governo provisório, 1) abole a vitaliciedade do senado e o Conselho de Estado;⁸⁹ 2) dissolve a Câmara dos Deputados; 3) acata todos os compromissos nacionais já contraídos. O governo provisório estava constituído sobre o "poder moderador" dos militares. Antes de criticar a República pela República, os verdadeiros liberais, reclamavam mesmo era do poder militar.⁹⁰ Este teve que se conter e conciliar-se na medida do possível com o pensamento civilista predominante,

⁸⁷ (NOGUEIRA. *As desventuras*, 1987, p 62)

⁸⁸ Era assim composto: DEODORO na chefia; ARISTIDES DA SILVEIRA LOBO, interior; RUI, fazenda e justiça, BENJAMIM CONSTANT, guerra, EDUARDO WANDERKOLK, marinha e QUINTINO BOCAIÚVA, relações exteriores, agricultura, comércio e obras públicas.

⁸⁹ Em novembro de 1841 cria-se o Conselho de Estado, através da lei do dia 23. Eis a "arca da tradição", como disse JOAQUIM NABUCO, ou o "lugar por excelência da corrupção", como disse PRADO JR.

⁹⁰ JOAQUIM NABUCO teve sempre forte sua voz contra o regime militar republicano, e especial cuidado com o governo civil que se instalou em seguida. A mesma preocupação passa por RUI BARBOSA em 1909 quando concorre à Presidência contra o candidato governista, marechal HERMES DA FONSECA. Sua campanha eleitoral, em que inaugura os comícios pedindo votos ao povo, se converte numa memorável campanha civilista contra o retorno do predomínio da farda na política republicana. Não se elege, naturalmente. É então que RUI, ressentido, lembrando-se de que foi monarquista até 1889, elogia a Monarquia parlamentar, que não padeceria do gravíssimo mal republicano, de entregar a Presidência à mediocridade. Ver ROCHA, Leonel Severo. *Loi et liberté: la pensée politique de Rui Barbosa*. Tese de doutorado, Paris : EHESS, 13 01 89.

fundado sob uma vontade federalista; onde, teoricamente, o problema da participação e representação, passaria a ser encarado de forma diferente. É a partir dessas pressões que em 1891 é aprovada a Constituição da República e logo em seguida, instaura-se um governo civil. Mas, mesmo com todos os acordos que foram realizados, o regime que se instalava não podia correr ao largo do caráter jacobinista de sua prática política, incapaz de concretizar-se numa real instância representativa dos diversos setores que passavam a surgir e a exigir maior participação.

A maioria dos intelectuais brasileiros era monarquista, o que não evitou que se adaptassem ao novo regime. Porém, sempre tornava-se público algum tipo de contrariedade aos encaminhamentos políticos da República como foi em 1893 com a publicação do livro "A ilusão americana" de EDUARDO PRADO, liderando os protestos monarquistas contra a aproximação com os Estados Unidos.

Mas, a modernidade chegava lentamente. Querendo ou não, as elites nacionais tinham que conviver com as consequências do crescimento econômico e da sua política agrária latifundiária e por isso, imigracionista. No geral, esse desenvolvimento e o aumento da urbanização possibilitavam a esperança de um mínimo de avanço para a grande massa que a partir desses anos passou a se concentrar nas cidades. Já não era possível àquelas elites controlar e determinar as necessidades da maioria. Espaços novos de contraposição pas-

saram a ser expostos em público. Isso, decorreu do desenvolvimento da urbanidade que exigia a satisfação das antigas necessidades nunca resolvidas e fazia brotar outras mais em face dos novos setores que passaram a fazer parte da vida nacional.

No âmago desse desenvolvimento, a exigência educacional da sociedade aumentava, tendo em vista a diversidade das exigências que se apresentavam para garantir aquele crescimento. A maioria pobre continuava marginalizada; porém, espaços um pouco mais iguais se constituíram, permitindo que uma classe mediana passasse a consumir mercadorias tipicamente metropolitanas.⁹¹

A classe trabalhadora também iniciou a sua luta em prol de uma vida um pouco mais digna do ser humano. A luta pelo salário, por melhores condições de trabalho, bem como pela liberdade de expressar o seu pensamento em torno de uma teoria, passou a desafiar os caciques que não admitiam que a questão social fosse tratada de modo razoável: para eles ela era apenas um problema policial. No âmbito da publicização dessas idéias o processo foi muito lento e quase espontâneo.⁹² Aliás, o ideário anarquista que dominou o movimento

⁹¹ Em 1900 são criadas a "Escola Politécnica de São Paulo" e a "Escola de Agronomia de Piracicaba". Em 1908 a "Escola de Agronomia do Rio de Janeiro". Em 1901 é criado em SP o Instituto Butantã. Também começa a circular no RJ o "Correio da Manhã", diário de grande influência na vida política e cultural do país nas décadas seguintes, até ser fechado pela ditadura de 1964. Em Salvador é fundada a "Faculdade de Direito da Bahia" (1901).

⁹² É publicado a primeiro de maio de 1901 o Manifesto do Clube Democrático Socialista, "Os filhos do trabalho", de São José do Rio Pardo, redigido por EUCLIDES DA CUNHA, pregando a abolição dos privilégios quer de nascimento, quer da fortuna, quer da força; em 1908 o jornal italiano

operário em todo esse período de sua formação,⁹³ período esse que pode coincidir com o período da primeira República, encaminhou, na medida de sua relatividade, à espontaneidade daquele processo.

MANOEL BONFIM no ano de 1906 cria o Partido Operário Independente e tenta, com JOSÉ VERÍSSIMO e ROCHA POMBO, fundar uma universidade. A confederação Operária Brasileira (COB) surge em 1908, afinal, organizada pelos anarco-sindicalistas, reunindo cinquenta sindicatos de SP, do Rio, da Bahia, do RGS e de Pernambuco. Lança seu próprio jornal, "A Voz do Trabalhador", que dura vinte números. Doutro lado ANTÔNIO PICCAROLLO, intelectual italiano, redige um manifesto para o Centro Socialista Paulista que é um dos primeiros documentos de análise realista da situação dos trabalhadores brasileiros.

Iniciativas intelectuais que visavam entender melhor a vida nacional passaram a informar a opinião pública nacional. É o caso da publicação de "Os Sertões", de EUCLIDES DA CUNHA, escrito a propósito da guerra dos Canudos. É

"Fanfulla", de SP, alcança tiragem diária de quinze mil exemplares; a de "O Estado de São Paulo" era de vinte mil.

⁹³ Em 1901 é publicado o primeiro número da revista anticlerical e anarquista "A Lanterna", que duraria até 1935, sempre fiel ao ideal anarquista. Sai em 1902 o "Manifesto do Partido Socialista Brasileiro" propõe, entre trinta e seis medidas, a supressão do exército, o armamento do povo e a extinção do dinheiro. O agitador anarquista ORESTE RISTONE funda o "semanário La Bataglia" e CURVELLO DE MENDONÇA publica o romance dos anarquistas: "regeneração". Surge também "Kosmos", revista moderna servida por um brilhante corpo de intelectuais. Teve vida curta, mas ainda deu para editar as crônicas de OLAVO BILAC, saudando com entusiasmo a revolução russa de 1905 e denunciando os assassinatos em massa ordenados pelo czar. Os anarquistas italianos de São Paulo novamente entram em ação com o "círculo de KARL MARX" que edita o periódico "Le Paroli Dei Socialisti". Neste ano de 1905 os jornais "Novo Rumo" e "A Terra Livre" lembrando a revolta popular de 1905 em São Petersburgo, pedem o salário de um dia de trabalho em favor dos proletários russos.

um amplo debate do caráter de nacionalidade. Na mesma medida é publicado o "Relatório ADOLFO ROSSI" sobre as condições de trabalho e de vida dos colonos italianos em SP, que resulta na proibição pelas autoridades italianas, da emigração subsidiada para o Brasil. As condições eram desumanas. Também MANUEL BONFIM publica em Paris "América Latina: males de origem", onde ataca veementemente a ideologia referente às raças inferiores e denuncia isto como um mecanismo de dominação ideológica do imperialismo europeu e norte-americano.

Opondo-se, no ano de 1905, ao projeto de trazer para o Brasil os negros norte-americanos, NINA RODRIGUES começa a publicar na Bahia sua principal obra, "Os Africanos no Brasil". Com ela se inauguram os estudos científicos do negro brasileiro, embora nela expressem, fundamentalmente, a amargura e os preconceitos raciais contra o negro, de que ele co-participa com toda a intelectualidade brasileira.

De outro ângulo, SILVIO ROMERO publica, em 1906, "O alemanismo no sul do Brasil", chamando a atenção para o risco que sua expansão poderia representar. Revela um surpreendente servilismo, intelectual criticando vergonhosamente a obra de MANUEL BONFIM acima citada. É neste contexto que JOAQUIM NABUCO se contrapõe e defende a imigração alemã como um fator importante para o desenvolvimento da sociedade brasileira. A questão racial permanecia assunto permanente naqueles anos. Em 1907 é especialmente indignante para os

intelectuais positivistas, um artigo de VON IHERING, diretor do Museu Paulista, recomendando o extermínio dos índios, por serem perigosos ao avanço da colonização européia e incapazes de progresso e civilização. Isso tudo devido às dificuldades por que passavam os colonos alemães em Santa Catarina.⁹⁴

No âmbito jurídico e dentro dessa discussão sobre a vida nacional RUI BARBOSA publica "A Réplica", abrindo e alimentando por anos uma Polêmica, tão fértil como célebre, sobre a redação do Código Civil, de autoria de CLÓVIS BEVILÁQUA e de ortografia revista por ERNESTO CARNEIRO RIBEIRO, antigo professor de RUI. Em 1905 aparece o "Apontamentos de Direito Operário", do socialista EVARISTO DE MORAES, o primeiro livro nacional sobre a matéria. Pioneiro, defendia o direito de greve, o sindicato, a regulamentação do trabalho da mulher e do menor.⁹⁵ Em 1908 GUSTAVO DE LACERDA, mulato catarinense, faz no Rio um jornalismo combativo. Funda a "Associação de Imprensa", que em 1913 passaria a chamar-se ABI, cujo estatuto foi escrito por ele.

O positivismo continua a informar várias ações, notadamente, aquelas que brotam dos quartéis. A lei da va-

⁹⁴ Ver página 112 e 113.

⁹⁵ Neste debate que a partir daí nasce, socialistas e anarquistas se enfrentam no "primeiro Congresso Operário Brasileiro", realizado no RJ. Em suas conclusões, nas quais saíram vitoriosos os anarquistas, o Congresso se posiciona contra qualquer Partido político operário, contra contatos com o governo ou o patronato e a favor da ação direta pela tomada do poder. Ali se comprometem a criar a Confederação Operária do Brasil, para a luta pela jornada de oito horas e contra o alcoolismo.

cina obrigatória contra a varíola provoca um levante de ins-
piração positivista⁹⁶ na Escola militar do Rio, em 1902, sob
a liderança do senador LAURO SODRÉ. Quase derruba o governo
RODRIGUES ALVES. O povo não lutava contra a vacina, mas con-
tra o desalojamento.⁹⁷ Centenas de presos nos tumultos são
deportados para o Acre, prática que daí por diante se torna
habitual. Os políticos e os militares revoltosos são
anistiados, entre eles o tenente EURICO GASPAR DUTRA.

Contudo, o comportamento político das elites per-
maneceu intolerante e foi exatamente por isso que mantive-
ram-se no poder. Métodos legais ao nível do Direito legiti-
mavam novos e constantes atos repressivos que visavam o con-
trole da massa social que crescia. Foi o caso de uma lei
especificamente destinada a legalizar a prática do banimento
de líderes sindicais estrangeiros e da expulsão de brasilei-
ros para os seringais da amazônia ou para as tropas e fron-
teira. Isso ocorre em 1906 com o aval do Congresso
brasileiro.

Todas as armas foram utilizadas. Aquele que perma-
necia sem voz, pouco teve como mudar a situação, submetido
às ações paternalistas ou policialescas do Estado republi-
cano controlado pela política das elites regionais. Porém,
esse controle político fundado nessa conciliação dominante e

⁹⁶. CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON cria, inspirado em AUGUSTO COHTE, o Serviço de
Proteção aos índios (SPI). Graças a isto, centenas de povos indígenas foram salvos do extermínio.

⁹⁷. Em 1904 a política de deflação do governo provoca crises de desemprego, agravadas
no Rio de Janeiro, pelas medidas de saneamento que desalojam a população dos bairros inteiros de par-
dieiros do centro da cidade, demolidos por OSWALDO CRUZ.

provisória e que concordava essencialmente em manter a massa desarticulada e empobrecida, não podia continuar por muito tempo. Essa mesma massa iria ser em dado momento tão expressiva, mesmo que sem voz, que alguma resposta política deveria ser dada. Seguindo o modelo patrimonialista e excludente de poder que vinha desde a Monarquia, um novo ator político, agora tendo como coadjuvante a massa urbana, deveria ser gestado, e o foi. As bases do populismo estavam sendo plantadas.

SEGUNDA PARTE

UM CONCEITO: a obra do abo- licionismo

"No juri, na escola, nos bancos, nas companhias, ninguém zela o seu interesse. Não se constroi nada senão para abandonar depois, nada se conserva em vista do futuro, não se guarda nenhuma tradição, as gerações prendem-se umas às outras por laços cada vez mais fracos, a vida social é representada por um mínimo de memória histórica e de consciência coletiva, por um rudimento apenas de solidariedade."⁹⁸

Por mais tradicional que fosse a sociedade em que NABUCO viveu e atuou, os novos ventos da cultura européia e americana sopravam por estes lados. Naturalmente, foram assimilados e filtrados pela cultura nacional, como foi o positivismo, por exemplo. A sociedade brasileira, observe-se, estava para ser construída e sua dependência de uma modernidade econômica era enorme. O passo preponderante parecia ser a constituição do mercado livre que, assim, tornava a questão escravista, o grande problema daquele fim de século. Nem mesmo o marco da independência⁹⁹ política produziu mu-

⁹⁸ (NABUCO, *Porque continuo*, p 18)

⁹⁹ Em 1816 com a morte da RAINHA B. MARIA, o regente, que ainda permanecia no Brasil, torna-se o Rei de Portugal, D. JOÃO VI. Somente em 1821 é que D. JOÃO retorna a Lisboa, sob os termos peremptórios das Cortes que exigem sua volta. O Brasil vendo-se isolado novamente pela metrópole, mas tendo interesses próprios, expansionistas, declara independência em setembro do ano seguinte. Independência do Brasil, que não é mais que o termo final do processo de diferenciação de interesses nacionais distintos e contrários aos da metrópole. Foi um arranjo político de bastidores comandado pelos proprietários rurais aliados à D PEDRO I, inimigo das Cortes constituintes portuguesas, que se unem contra a burguesia mercantil da metrópole e nacionais. Após a independência, a reação portuguesa fez-se sentir claramente em sua oferta de poder absoluto ao Imperador, despertando-lhe a natural solidariedade com os compatriotas. E assim, apoiados no Imperador, os portugueses residentes no Brasil são os adversários da independência e permanecem no poder, enquanto os nativistas se debatem na oposição, divididos entre o "Partido" e os "Democratas radicais".

danças sociais profundas, (não digo políticas, que houve) pois não significou qualquer mudança estrutural na sociedade, haja visto que a escravidão continuou de pé e sob o controle dos mesmos senhores latifundiários, agora nacionais. Tão clara era essa inércia que os diversos movimentos revolucionários no Brasil não se deram conta da chaga que representava a escravidão. Esta estava tão impregnada na cultura e práticas nacionais que aqueles organizavam ideários avançados (politicamente) para sua época, mas incoerentes quanto àquela. Porém, o respaldo moral e político vinha diminuindo gradualmente por força das pressões econômicas internacionais e pela dinâmica social nacional, até o ponto em que se admitiu a extinção do tráfico. Este foi o primeiro passo para o irromper explosivo da questão abolicionista, questão esta tomada pelo monarquista pernambucano como central para a solução dos diversos problemas da sociedade brasileira.

O desenvolvimento social e em consequência, as formas de exercício e representação do poder político, foram até então abortados, visto que o seu elemento mais característico inexistia: a mediação, a representação. Como diz JOAQUIM NABUCO "com a escravidão não há governo livre, nem democracia verdadeira; há somente governo de casta e regime de monopólio. As senzalas não podem ter representantes, e a população avassalada e empobrecida não ousa tê-los".¹⁰⁰ A es-

¹⁰⁰ (NABUCO. O abolicionismo, p 106)

cravidão representava uma situação estrutural em que as relações sociais se fundamentam na violência e na coação, a partir das relações de trabalho, impondo seu "status" até na mais elementar relação entre os indivíduos. Conseqüentemente, ela não permitia o mínimo de solidariedade grupal, que é condição política fundamental para o desenvolvimento social, ainda mais quando esse grupo é significativamente uma das maiorias na formação da sociedade. A inexistência de solidariedade grupal ocorria por três fatores básicos e fundamentais: 1) "a falta de unidade étnica; 2) a dispersão geográfica e 3) o baixo nível cultural dos escravos",¹⁰¹ que caracterizam a relação instrumental que o sistema tinha com o escravo, um mero objeto produtivo. Daí surgia o mais elementar passivismo e fatalismo, principalmente por parte do negro não escravo, visto como mero instrumento para a produção, descaracterizado como sujeito ou agente social, separado de qualquer atuação que envolva sua emancipação.

Dessa forma, para JOAQUIM NABUCO o problema não era restrito ao político "strictu sensu", mas era eminentemente social, humano, fundante de um modo de vida, pois "a grande questão para a democracia brasileira não é a Monarquia, é a escravidão"¹⁰² que de sistema agrícola e territorial tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte.¹⁰³ A conseqüência era a instituição da lei do

¹⁰¹. (NOGUEIRA. As desventuras, p 91)

¹⁰². (NABUCO. Minha formação, p 115)

¹⁰³. (NABUCO. Campanha abolicionista no Recife (1884). Recife : Massangana, 1988, 205 p. (Série Abolição: 8), p 30)

mais forte, do trabalho visto como algo ruim e degradante; mesmo considerando-se a natureza próxima dos contatos entre os indivíduos, qual seja, paternalista, patrimonialista, fundado sobre o valor da não-liberdade que marcava o desenvolvimento e a liberdade do conjunto social. O desaparecimento da dignidade do trabalho era causa e consequência de uma situação real da sociedade, da não existência "de classes operárias fortes, respeitadas e inteligentes, onde os que empregam trabalho estão habituados a mandar escravos. Também, os operários não exercem entre nós a mínima influência política".¹⁰⁴

A dignidade do trabalho é o maior dos valores que poderia informar o Direito, o fundamento formal da sociedade. Este dá os parâmetros das relações, delimitando a capacidade política do homem entendido como cidadão e a capacidade econômica e social do homem entendido como trabalhador e consumidor. O homem porque é um ser criador tem o direito fundamental ao trabalho, e trabalho livre, e ninguém, poderia se opor a tão fundamental asserção categórica. Portanto, o Direito, nessa função de delimitador formal das capacidades do ser humano, deve proteger as atividades que permitem o desenvolvimento daquele desejo de auto-determinação e estas passam necessariamente pela defesa da igualdade e liberdade humanas: "O direito da minoria, o

¹⁰⁴. (NABUCO. Abolicionismo, p 155)

direito de um só (em relação à sua religião), é tão perfeito e completo como o direito de todos."¹⁰⁵

NABUCO, percebendo a importância política da escravidão na manutenção de um regime conservador e atrasado, concluía acertadamente que a escravidão impedia também a idéia do desenvolvimento econômico, seja na agricultura, na indústria.¹⁰⁶ Aqui se instalavam facilmente os ditames liberais de defesa do trabalho livre, do benefício do uso racional da terra e da indústria. Eles representavam novas iniciativas, valorização do indivíduo e do capital, a defesa da idéia do desenvolvimento e portanto, de um futuro melhor.¹⁰⁷ Esse desenvolvimento passa pela concepção de trabalho que a sociedade lhe outorga. Como visto acima, entende ele que a escravidão em face do trabalho "não só impede seu aperfeiçoamento, como o transforma em algo repulsivo, estigmatizando-o como atividade menor. Ao mesmo tempo, rebaixa o trabalhador, desorganiza sua vida familiar e degrada as relações entre os homens".¹⁰⁸ Eis aí o âmago da cultura escravista.

¹⁰⁵. (NABUCO citado em LEÃO. Nabuco, p 59).

¹⁰⁶. "Onde a escravidão chega queima as florestas, minera e esgota o solo, e quando levanta as suas tendas deixa atrás si um país devastado em que consegue vegetar uma população miserável de proletários nômades." (NABUCO. O abolicionismo, p 143) "Portanto, não havia como não verificar as influências da escravidão sobre a nacionalidade, o território, a população, a sociedade e a política." (NABUCO. O abolicionismo, p 102)

¹⁰⁷. "O caráter da sua cultura é a improvidência, a rotina, a indiferença pela máquina, o mais completo desprezo pelos interesses do futuro, a ambição de tirar o maior lucro imediato com o menos trabalho próprio possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes." (NABUCO. O abolicionismo, p 142)

¹⁰⁸. (NOGUEIRA. As desventuras, p 104)

Portanto, a idéia de desenvolvimento passava pela industrialização da economia que, em última análise era abortada pela escravidão. Esta, mais que qualquer outra atividade, representava o avanço do capitalismo¹⁰⁹ e com ele, clarões liberais quanto à organização do trabalho. A vida agrária, ao contrário, estava impregnada de escravidão, do modo não-livre e não-criativo da organização do trabalho. A necessidade de fundar um novo modelo social, exigia que se partisse do meio rural, lugar central na reconstrução do país. Para JOAQUIM NABUCO era necessário uma reforma agrária que destruísse a escravidão, ela que eliminando completamente a dignidade do trabalho, eliminava perversamente o futuro de toda uma Nação. Esta, sem o olhar no futuro se impregnava da total irresponsabilidade quanto à sua ação no presente. Ideologicamente, esta forma de ver o mundo abarcava toda sociedade e de todas as maneiras, seja pela imposição e violência, seja pela busca de um consenso através da cooptação ou favor. Estava fechado o ciclo vicioso.

Essas constatações demonstram a consistência da obra teórica de JOAQUIM NABUCO, bem como condicionam o seu programa de ação. Porém, como todo homem prático envolvido numa complexa situação política e social, tinha suas limi-

¹⁰⁹ "Não há dúvida de que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil à terra, benéfico ao distrito onde ele está encurvadado, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país e elevar o nível de todo o povo." (NABUCO. O abolicionismo, p 187) Está, pois, singularmente retardado em nosso país o período industrial, no qual vamos apenas agora entrando. Assim, a escravidão acaba por matar cada uma das faculdades humanas de que provém a indústria: a iniciativa, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro." (NABUCO. O abolicionismo, p 155)

tações teórico-práticas. Como liberal não podia admitir, seja na abolição, seja na reforma agrária, o radicalismo da desapropriação sem que fosse cumprido o ritual moralmente necessário de algum tipo de indenização aos proprietários. Via ele a necessidade da destruição desse modelo perverso que regia a propriedade rural como um todo, mas seus princípios liberais fundados sobre o valor da propriedade, legal e moralmente protegida de qualquer perigo, eram predominantes.¹¹⁰ Essa proteção estava fundada no princípio categórico de que aquela propriedade privada estivesse sendo efetivamente utilizada, ou seja, "cada um só deve possuir a terra, que pode cultivar."¹¹¹ Significa que a propriedade devia desempenhar uma função social fundamental que, por sua vez era negada pelo sistema escravista. Dessa forma, a reforma agrária sustentada por NABUCO marcava a tendência de instalação de um modelo onde predominaria a pequena propriedade, muito mais democrática.¹¹²

Também, a visão que JOAQUIM NABUCO tinha da relação do Estado Monárquico com o problema escravo é aquela

¹¹⁰ "Não há nada na propriedade da terra que a torne imoral, ilegítima e criminosa, para ser ela assim tirada aos que empregaram nela os seus capitais." (NABUCO. Nacionalização do solo: apreciação da propaganda para abolição do monopólio territorial na Inglaterra. Rio de Janeiro : Lamoureux, 1884, p 8)

¹¹¹ (NABUCO. Nacionalização, p 12)

¹¹² "A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado da pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra à propriedade, como não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões, a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é complemento da outra. Acabar com a escravidão não basta; é preciso destruir a obra da escravidão. (...) Sei que falando assim, serei acusado de ser um nivelador. Mas não tenho medo de qualificativos. Sim, eu quisera nivelar a sociedade, mas para cima, fazendo-se chegar ao nível do art. 179 da Constituição do Império que nos declara todos iguais perante a lei." (NABUCO, Campanha abolicionista, p 49)

que mais lhe foi criticada. O seu radicalismo social parecia não se compatibilizar com a sua moderação política, pois aquele negaria o papel da Coroa como instituição organizadora da sociedade. Na prática, isto seria optar pela anarquia pois a Coroa era a única organização existente que poderia realizar aquela tarefa. Tirando a sua paixão monárquica, que o manteve até a morte monarquista de coração, JOAQUIM NABUCO admitiria posteriormente a incapacidade daquele Sistema de realizar a contento as transformações necessárias, e conseqüentemente, a tarefa de fundar uma nova sociedade. O Brasil estava órfão. Havia a necessidade de substituir o acordo de poder que não mais servia.

Em face desta compreensão estratégica da reforma social, JOAQUIM NABUCO apresenta projetos de reformas à Câmara: na proposta de 1880 defende a abolição com indenização futura (1890), vislumbrando especial função na constituição de um período de transição educativa para toda a Nação, escravos e patrões;¹¹³ Já na proposta de 1885 defende a instalação da Monarquia Federativa do Brasil. Estava clara sua preocupação em conciliar a reforma do trabalho, insuficiente em si mesma e a reforma política baseada na emancipação das províncias. A Monarquia, com o Poder Moderador e o princípio

¹¹³ NABUCO raciocinava que a escravidão deveria ser eliminada de qualquer modo e de que naquele momento somente o pagamento indenizatório poderia viabilizar a mudança. Só que os Partidos achavam que "o Brasil não era rico bastante para pagar a libertação moral do seu território". Assim, resistiram ao movimento e eliminaram a possibilidade de se organizar uma preparação do homem escravo para a liberdade. (NABUCO. Minha formação, p 92)

de hereditariedade,¹¹⁴ com o parlamentarismo e o federalismo, seria garantia de liberdade política, estabilidade e união nacional. Entendia ele que eram bases que a República não tinha como empreender, visto que seus defensores não pressupunham a reforma essencial do trabalho. Muito pelo contrário, como a mudança foi feita pelo alto, a tendência foi legitimar ações que privilegiassem a manutenção das diferenças, ou seja, a "indústria do monopólio".¹¹⁵ Dessa forma, a elite política sob o regime republicano, continuava a não entender a importância e urgência dessas reformas, fechando-se num gradualismo doentio.

Ademais, entendo que os traços da mentalidade gradualista marcam todo o processo de evolução social no Brasil. A extinção do tráfico veio a ser um impulsionador econômico importante, bem como um agilizador dessa forma tradicional de pensar. Em face da proteção dos interesses das regiões onde as forças produtivas avançavam, legitimou-se internamente o tráfico interprovincial, beneficiando essas regiões em detrimento do norte e nordeste, bem como organizou-se a luta pelo patrocínio governamental à imigração estrangeira de mão de obra livre. Noutro momento houve um pro-

¹¹⁴ "Durante seu inteiro reinado não permitiu uma só vez qualquer interferência na liberdade de imprensa. (...) O Imperador ansiava para que todo erro se tornasse público e fosse discutido contra seus Ministros, acreditava na rotação dos partidos políticos e garantia essa rotação." (NABUCO, J. Pensamentos soltos, p 439)

¹¹⁵ (...) emissões colossais, destinadas a vitalizar não a lavoura e as indústrias, mas uma única indústria bem pouco republicana, a indústria do monopólio." (NABUCO. Porque continuo, p 13)

cesso de maquiagem do problema escravista com a questão da imigração chinesa.

Estava ela diretamente vinculada ao interesse latifundiário de substituir a escravidão negra por um processo de trabalho também escravo; este escravo seria o servo chinês. Entre os que se opuseram estava JOAQUIM NABUCO e MIGUEL LEMOS; este representando a visão positivista, aquele o ponto de vista ocidental.¹¹⁶ Partindo da concepção de mundo ocidental, JOAQUIM NABUCO não escapa da observação conservadora e preconceituosa de que o chinês é um povo inferior. Contudo, sabe ele que os motivos que levaram o governo SINIMBU¹¹⁷ a defender o projeto dos "cules" aprovado posteriormente em lei, não se fundavam numa necessidade econômica estrutural, mas serviam apenas aos interesses da elite agrária que não queria abrir mão de nenhum espaço. Ao contrário, JOAQUIM NABUCO levava em conta a necessidade de um processo mais amplo de construção da sociedade brasileira que era incompatível com aquela imigração, estrutural e momentaneamente inadequada para a transição à transformação das relações de trabalho. "O período de transição há de ser quando não houver no país mais escravos e ficar reduzido a seu braços livres".¹¹⁸ Dessa forma, a transição para uma sociedade livre deveria ser um processo posterior à libertação dos es-

¹¹⁶ Discurso parlamentar de 3 de setembro de 1879. (NABUCO. Discursos parlamentares. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: XI)

¹¹⁷ O Ministério Senador CANSASÃO SINIMBU, a quem JOAQUIM NABUCO reserva uma postura hostil, assume em 1879.

¹¹⁸ Discurso de 3 de setembro de 1879.

cravos e contrária a qualquer outro tipo de servidão. Isto significa que antes da transição já teria havido um longo processo de transformação e preparação para a fase de transição para uma sociedade livre. Seria o "transabolucionismo"¹¹⁹, o processo que integraria definitivamente o negro liberto, complementar ao processo de abolição que os prepararia para a liberdade, para o trabalho, para a criatividade.

Portanto, o problema da escravidão é essencialmente um problema ético-social para JOAQUIM NABUCO, de tal forma que ele chega a subestimar o problema do preconceito racial, chamando-o de social, visto que "o homem de cor (fora da escravidão) achou todas as avenidas abertas diante de si",¹²⁰ sendo que as dificuldades apresentadas a esse sujeito eram determinadas socialmente e não devido às diferenças raciais. Ora, aquilo que passava a se constituir socialmente no Brasil era uma massa disforme e fragmentada ao lado de um imenso território, cuja única instituição eficiente era a Coroa.

Um todo social tutelado pelo Estado, uma tutela imprescindível, mas destruidora. O grande orador observou perspicazmente que esse lugar hegemônico ocupado pelo Imperador minava as forças nascentes de baixo para cima. Negava-se a olhar de frente as exigências sociais, assumindo a

¹¹⁹ Gilberto Freire (NABUCO. Minha formação, p 14)

¹²⁰ (NABUCO. O abolicionismo, p 70)

filosofia da gradualidade e do aliancismo com setores conservadores e dominantes. Dessa forma, somente as mudanças pelo alto, tardias e póstumas eram possíveis.

As boas oportunidades são perdidas como em 1886. Naquela data JOAQUIM NABUCO fez forte propaganda liberal¹²¹ em defesa de DANTAS que foi abandonado pelo seu Partido, o Liberal ao qual teceu críticas veementes, bem como e principalmente, a D. PEDRO II. Noutra momento conclamou a recomeçar a campanha abolicionista, sem contudo renegar a causa monarquista. Procura, dessa forma, dar impulso à questão mais importante do liberalismo que é a luta em torno do reforma social, coisa que efetivamente a Coroa em sua vontade de poder não conseguiu estruturar o seu olhar privilegiado sobre a sociedade.

É por isso que o processo abolicionista, mesmo significando um avanço, teve espaços conservadores, porque tardio e sem nenhum controle sobre os seus efeitos. No entender de NABUCO ele fez uma grande vítima, exatamente aquela que detinha o poder de conduzi-lo soberanamente. É claro, esta não foi a única causa de sua desestruturação. O medo de envolver a sociedade num movimento radicalizante de proporções além do que ela permitiria, fez dissipar-se qualquer oportunidade de salvação para a Coroa, que de crise em crise vinha sobrevivendo. Para JOAQUIM NABUCO o ano de 1875

¹²¹Foram impressos nos opúsculos "O erro do Imperador" e "O eclipse do abolicionismo". Os dois fazem parte do livro "Campanha da imprensa".

é o que marcou o pico e o início da queda do Estado monarquista.¹²² Segundo ele, é o ano em que terminou a última e tardia expressão de perfectibilidade da Coroa, o Ministério RIO BRANCO, que mais do que ninguém, tinha o "prurido das reformas, não talvez por inclinação própria, mas para desar-mar a oposição liberal".¹²³

A posição reformista de JOAQUIM NABUCO exigia mudanças profundas na estrutura social, econômica e política. Esta exigência, contudo, não imprimiu nele o radicalismo político necessário para empreender uma ação mais abrangente com a opinião pública de ataque ao Sistema Político e suas mazelas. Ele parecia compreender não ser possível tal ação. Desde o início sabia que o governo manipulava magistralmente todas as reformas, de tal forma a evitar a perda do poder daquelas elites que em última análise sempre achavam um meio de evitar as mudanças estruturais necessárias para se erigir a nova sociedade.

Finda a escravidão, não houve uma ação eficiente e revolucionária (que tivesse nascido do seio da sociedade) que pudesse destruir essa base social patrimonialista. As práticas predatórias, a nível econômico e social apenas se amoldaram à nova situação encontrando um espaço apropriado para sua sobrevivência. Esta se deu predominantemente através do Estado. A Monarquia podia ser sacrificada, mas este

¹²² Note-se que em 1870 o capitalismo internacional começa a passar por uma séria crise econômica.

¹²³ (NABUCO. Minha formação, p 39)

deveria cumprir com o papel de arregimentar primordialmente aqueles aristocratas sem terra e secundariamente, resolver o problema de uma pequena parcela da classe média que surgia, mas que não tinha mercado para competir. Faltava uma classe social capaz de dar suporte ao desenvolvimento e crescimento da sociedade brasileira e também, ao movimento liberal de pensamento que dele brotava. Faltavam interesses políticos bem definidos, liberalmente definidos. Existia apenas o Estado, a Coroa.

Sendo este o único organismo que mantinha uma estrutura de controle interno e externo, a tendência era que ele continuasse acima da sociedade e se fortalecesse, não importa se sob a Monarquia ou outro regime. Por isso NABUCO dizia que "todos os caminhos conduzem ao emprego público"¹²⁴ e neste não restaria espaço algum para qualquer ação livre e autônoma. Toda estrutura social girava em torno da máquina estatal, centralizada e autoritária. Assim, mantinha-se a dominação das elites que desarticulavam os espaços sociais, impedindo o surgimento do mínimo de capacidade de representação dos mais elementares interesses da massa social que surgia. Essas elites mediavam os seus interesses através do governo: "O governo que temos é o absoluto, porque o único poder real, que existe no país, é o trono."¹²⁵

¹²⁴ (NABUCO. O Abolicionismo, p 159)

¹²⁵ (NABUCO. Nabuco e a República. Organizado e introduzido por Leonardo Dantas Silva. Recife : Massangana, 1990. (Série República:) P. 1 a 33: O povo e o trono, p 11)

Em razão disto, o reconhecido americanista admite partir de uma visão interior ao Estado, talvez única possibilidade de efetiva reconstrução da sociedade brasileira, proclamando e defendendo uma reforma global das instituições tais como o fim do senado vitalício e do Poder Moderador, a reforma eleitoral,¹²⁶ a reforma agrária, etc. Em relação à organização do Estado, sua proposta recaía sobre o federalismo, entendido como uma forma descentralizada de organização do poder, através da participação dos Estados membros. JOAQUIM NABUCO que sabia das dificuldades estruturais para que um tamanho projeto passasse, sabia que a reforma tinha que ser paulatina e gradual e fundamentalmente assumida pelo "poder eficiente".

Quando da proposta do último ministério parlamentarista do Império, a questão do federalismo era posta como crucial, e no entender de JOAQUIM NABUCO deveria ser a principal resposta àqueles que apenas desejavam uma única mudança: a estrutura do poder, a sua divisão e descentralização com as províncias. Esqueciam-se do povo.¹²⁷ Por isso fez ele um apelo ao visconde de Ouro Preto para que encarnasse a política da federação, numa tentativa de se evitar o mau pior com a queda da Monarquia. Aquela reforma era impor-

¹²⁶ JOAQUIM NABUCO reconhece desde há muito a desvantagem representada pelo voto censitário e pelos novos círculos que, transformando os deputados em procuradores das influências eleitorais do seu distrito, tendiam a compor câmaras escravistas. Por isso defende o sufrágio universal.

¹²⁷ "Eu sou o primeiro a dar testemunho de que o Partido republicano foi inicialmente um movimento de pura aspiração democrática; o primeiro grande contingente, todavia, que ele recebeu, o da escravidão, fê-lo perder de vista o povo; e o segundo contingente, o do exército, que o tornou vencedor sem combate, fê-lo perder de vista a própria República." (NABUCO. Porque continuo, p 7)

tante, pois no seu entender nela estava o ideal de um Estado de Direito, coisa que não foi perpetrada pela República, posta teoricamente por ela como essencial. O regime republicano estava acima da lei: "A reforma essencial, que era limitar o arbítrio do poder, essa retrocedeu tanto que não é dado sequer imaginar no futuro condições em que o governo deixe de ser superior, para voltar a ser subordinado à lei."¹²⁸ Regido pelo Direito e confiado a quem melhor pode desempenhar suas funções¹²⁹ (determinado pelas circunstâncias das situações), estes são os pré-requisitos necessários para uma boa atuação gerencial do Estado. Governo da lei e dos melhores.

Porém, nada daqueles reformas realmente essenciais foi possível ao nível que NABUCO almejava. Como já verificado, o regime instalado pela escravidão corrompia tudo, mesmo as melhores reformas, desde que feitas isoladamente. Dessa forma, a instância da política estava abortada e fechada em si mesma, permitindo o desenvolvimento econômico e político em bases conservadoras, ou seja, sem a democratização do mercado, sem a participação efetiva da maioria da população na construção do Estado brasileiro. Em consequência, as relações de trabalho foram encaixadas às novas exigências econômicas de mercado livre,¹³⁰ sem contudo responder às exigências emancipatórias da sociedade.

¹²⁸ (NABUCO. Porque continuo, p 10)

¹²⁹ (NABUCO. O abolicionismo, p 71)

¹³⁰ "A escravidão não consentiu que nos organizássemos; sem povo as instituições não tem raízes, a opinião não tem apoio, a sociedade não tem alicerces. Sim, os poderes políticos deste

Acredito que tal cultura de cooptação e favor determinou todo o futuro da sociedade brasileira, organizando um novo tipo de regime, o republicano, que qualitativamente não se diferenciou do anterior, mas se constitui como forma predominante nos países dependentes do terceiro mundo. A evolução da representação política das camadas populares deu-se sempre através de táticas de controle. Este se objetivava: 1)no impedimento da ampliação das alianças; 2)na delimitação do espaço de disputa nos órgãos de Estado e 3)no desgaste e cooptação dos órgãos representativos e das oposições, ensejando esses três instantes num governo das diversas formas de pensar o mundo. A consequência era uma total desarticulação social sob um regime autoritário e centralizador, permitindo à camada dominante, a possibilidade de empreender um crescimento econômico sem, contudo, resolver o problema da desigualdade social.

É neste contexto que se dá a desarticulação do movimento abolicionista. As controvérsias e conseqüentes atuações políticas fragmentadas marcaram época, notadamente o período 1879-1888.¹³¹

JOAQUIM NABUCO que sabia da importância do desencadear de uma mudança nesse sentido, confiou até o fim no

país nunca exprimiram nem podem exprimir, a vontade nacional, porque esta não existe; não podem exprimir a consciência da Nação brasileira, porque essa consciência está ainda com muito poucos e a mão? não está formada; eles exprimem tão somente a perpetuidade e a tradição do único poder independente que há entre nós, a Monarquia". (NABUCO. Campanha, p 31)

¹³¹. Oito ministérios se sucedem neste período, sem contudo caracterizar-se por abolicionistas, muito pelo contrário. De 1885 a março de 1888 governa o gabinete conservador e anti-abolicionista declarado de COTEGIPE. Porém, a abolição é declarada por um governo conservador.

papel que devia empreender a Coroa na construção da nova sociedade, porque estava ele certo da impossibilidade de reformas que viessem de baixo para cima, pois ele sabia da falta de coesão social, do desagregamento dos indivíduos na sociedade brasileira em decorrência do regime escravocrata. Tinha ele, contudo, esperança no processo educativo como em 1884 até o seguinte, quando da campanha eleitoral no Recife,¹⁹² em que JOAQUIM NABUCO procura promover a educação política popular com vistas ao alicercamento de um futuro Partido Abolicionista, onde defende a necessidade de uma reforma global fundadora de uma igualdade social de todos os brasileiros. Essa reforma passaria necessariamente pelo pagamento da dívida moral que toda a Nação tinha para com os negros, principalmente através da educação moral da raça negra liberta, "(...) ainda mais degradada talvez do que oprimida (...)".¹⁹³ Dessa forma, sua atuação na Câmara foi eminentemente suprapartidária, haja visto o seu apostolado a favor dos negros escravos, que estava acima das pequenas questões teóricas discutidas pelos Partidos. Ademais, na prática eles se indiferenciavam. Eticamente falando, seu

¹⁹² Em agosto de 1878 ocorre a Sessão Acadêmica no Teatro Santa Isabel, em Recife em que mesmo fazendo uma campanha meramente formal, demarca em discurso seu norte de atuação política: "A grande questão escravidão". Em setembro JOAQUIM NABUCO é eleito deputado em último lugar pela Província de Pernambuco, eleição essa assegurada pelo seu pai antes de morrer e pelo BARÃO DE VILA BELA, chefe político de Pernambuco, graças às eleições indiretas em dois turnos. A partir daí, inicia a campanha abolicionista. Em dezembro é a sua posse. Em janeiro de 1885 JOAQUIM NABUCO vence finalmente no segundo pleito, mas devido à reação conservadora, é depurado. Mas, em 7 de Junho será eleito com maioria em todas as seções eleitorais em consequência de uma vaga pendente no quinto distrito eleitoral de Pernambuco, não disputada pelos candidatos liberais que desistiram em seu favor. Em janeiro de 1886 ocorrem novas eleições, devido a dissolução da Câmara, onde a disputa eleitoral será infrutífera para JOAQUIM NABUCO

¹⁹³ Fala de JOAQUIM NABUCO informando os resultados de sua visita ao Papa LEXO XIII. (NABUCO, Minha formação, p 158)

projeto chegava a ser de um radicalismo socialista, sem ser liberal. Era um "socialista ético", como diria GILBERTO FREIRE.¹³⁴

O futuro e a sorte do trabalhador em geral era preocupação fundamental de JOAQUIM NABUCO, mesmo que as soluções por ele propostas não fossem formuladas de forma sistemática, não sendo isto motivo para que a sociedade se silenciasse e se negasse a dar solução ao grave problema social que ora se batia contra o Sistema como um todo. "Abolida a escravidão, resta proteger o escravo livre (...)" e para tanto, todos os setores sociais devem cumprir sua tarefa, e em especial, a Igreja.

Por outro lado, mantinha-se firme na convicção de que "o trabalho sem a instrução técnica e sem a educação moral do operário, não lograria abrir horizontes à Nação brasileira".¹³⁵ Esta passaria por um processo pedagógico abrangente, haja visto que não haveria serviço maior do que empreender essa tarefa árdua, todavia, a mais dignificante de todas, tendo em vista o desenvolvimento da própria sociedade e dentro dela o espaço privilegiado que ocupará o operário.¹³⁶ que naturalmente passaria pelo engrandecimento

¹³⁴ Fala de Gilberto Freire (NABUCO. Minha formação, p 7)

¹³⁵ (NABUCO citado em MENEZES, Geraldo Bezerra de. A visão de Nabuco. Jornal do Brasil, primeiro caderno : opinião, 7.6.91, p 11.)

¹³⁶ Ao falar aos artistas pernambucanos em discurso no Campo das Princesas, na tarde de 29 de novembro de 1884, NABUCO prediria em poucas palavras: "Eu bem sei que vós não pesais pelo número, e não influís pela fortuna, e além disso estais desarmados por falta de organização; mas como na frase revolucionária de SIEYÈS, podeis desde já dizer: 'O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? tudo!...' " (NABUCO. Campanha abolicionista, p 140)

das ciências: "Aumentar a velocidade com que cresce a ciência é de longe o maior serviço que se poderia prestar à raça humana."¹³⁷

Porém os problemas eram maiores que a sua persistência. Por fim, restou-lhe apenas o papel da crítica, tanto do Reino quanto dos Partidos, em especial o Republicano¹³⁸ e depois, regime republicano. Critica os Partidos que não são capazes de ver na reforma social e dentro dela o movimento abolicionista, e reforma político eleitoral (a participação política) o seu caráter urgente e universal, muito mais importante comparando-se com a questão política da forma de governo: deixando ao futuro a solução do outro problema, que é o problema monárquico.¹³⁹

Essa sua tática decorria de seu monarquismo e este era filho de sua estética-política que lhe imputa o dever de defender o homem em sua totalidade, em sua inclusão no mundo político, não isolado e marcado pela diversidade. Este era o objetivo da política, cujo agente (o político) jamais pode-

¹³⁷ "Aumentando o número de homens capazes de manejar os delicados instrumentos da ciência, de compreender-lhes as várias linguagens e de aproveitar-lhes os mais altos sentidos, as Universidades trabalham mais depressa que qualquer outro fator para esse dia de adiantados conhecimentos que, no futuro, hão de transformar por completo a condição humana." (NABUCO. Pensamentos soltos, p 463.)

¹³⁸ Fez críticas tanto "ao poder pessoal, aos partidos constitucionais, à inépcia administrativa dos governos, à artificialidade dos adereços parlamentaristas dos Estado, ao sistema eleitoral...liberando-o da visão politicista dos republicanos, concedia-lhe maior espaço e melhor ângulo para abordar a questão do trabalho, e à base desta, o conjunto dos problemas nacionais." (NOGUEIRA. As desventuras, p 101)

¹³⁹ "O Partido Republicano daria prova de falta de sinceridade e inteligência se não se juntasse conosco, para formarmos uma união democrática federal que reservasse a questão da forma do governo do Estado para depois que as províncias tivessem adquirido a forma eletiva pura." (Discurso de Setembro de 1880.)

ria se dar ao luxo de ser um mero espectador. Sua estética era eminentemente prática, sua política, ativa. Esta fórmula estético-monarquista foi-lhe dada pelo espírito político inglês e particularmente, pela leitura de BAGEHOT e de sua constituição (inglesa), que magistralmente afirmava a superioridade do governo de gabinete com um Rei como chefe de Estado, ou seja, do parlamentarismo inglês. Portanto, o seu ideal monárquico passava muito mais pelo ideal parlamentarista, com um chefe de Estado tradicionalmente empossado, do que pela defesa da Monarquia brasileira marcada pelo poder (i)moderado e pelas castas parasitárias que o adulavam. Nada mais natural, pois, que JOAQUIM NABUCO venha a afirmar que morreria monarquista, tamanha a sua fé no parlamentarismo e suas vantagens, "ainda mais preciosas em tempos difíceis, do que nos tempos calmos."¹⁴⁰ Sem dúvida, sua crença na ilustração do rei e no lugar sagrado que ele ocupava foi determinante para dar o mesmo peso ao "poder imponente" (visto adiante) que aquele representava. Fica, assim, exposto um NABUCO conservador que negava o ditame mais contundente da democracia que afirma o lugar do poder como um espaço vazio, simbólico.

A reserva de poder necessária para operar, principalmente nos tempos difíceis, depende do equilíbrio entre a parte "eficiente" (poder executivo) convenientemente esco-

¹⁴⁰ (NABUCO, Minha formação, p 35)

lhida e fundada sobre uma atuação elástica do parlamento¹⁴¹ e a parte "imponente" (poder encarnado) com seus cerimoniais, "necessários para governar e satisfazer a imaginação das massas, qualquer que seja a cultura da sociedade".¹⁴² Seria a parte cujo posto mais elevado da hierarquia ficaria fora de competição eleitoral, para reservá-la em sua tradição e poder de persuasão. A Monarquia, nessa função, desempenharia a força do mito que envolve e mantém unida toda uma Nação em torno das decisões que o governo tomasse, as mais transparentes. Para JOAQUIM NABUCO essa parte do Estado era fundamental, pois dela dependia a manutenção e desenvolvimento da imaginação simbólica de uma Nação, de sua religião, arte e sociedade. Em outras palavras, do Monarca passaria o consenso social tão necessário para o aprimoramento e desenvolvimento de um Estado, sem que caísse em superstição, pois a fidelidade aos representantes diretos precederia "a fidelidade à realeza, e dessa regra não faz exceção a própria dinastia, que sente como a Nação".¹⁴³ No caso do Brasil, JOAQUIM NABUCO notava que existia apenas este poder "imponente" e por isso mesmo, qualquer reforma não poderia passar sem ele. Aquele conservadorismo acima falado, portanto, tinha motivos para existir e era devido a um

¹⁴¹ No presidencialismo todos os arranjos estão previstos de modo determinado e de quase impossível modificação. Exemplo disso é o mandato do presidente, nomeado por um período inderrogável, mesmo que a legitimidade que o tenha sustentado em sua posse, tenha se esvaído entre decisões e pacotes mau digeridos pela Nação.

¹⁴² (NABUCO, Minha formação, p 36)

¹⁴³ (NABUCO, Minha formação, p 88)

projeto inicial conservador, mas que estava direcionado a um fim democrático.

No panfleto "Por que continuo a ser monarquista" afirma ele a ingratidão dos republicanos que queriam derrubar a Monarquia com o apoio da propriedade, injustamente ressentida. Certamente, aqueles capitalizaram inescrupulosamente eventuais descontentamentos escravistas, haja visto a ligação íntima entre os proprietários paulistas e o Partido Republicano de São Paulo. Conservadoramente ou não, o certo é que a Monarquia representava o pouco de avanço que aquela sociedade tinha tido e que o amadurecimento e aprimoramento daquela era a tarefa urgente que toda a sociedade devia se impor, não a instalação de um regime que ao seu ver, desembocaria num período de ditadura militar.¹⁴⁴ O ressentimento de JOAQUIM NABUCO contra a República que o embalava a criticá-la permanentemente, é fundamentalmente voltado contra o regime militar e as suas consequências políticas. Mas, sabia ele que a situação do país exigia reformas que a Coroa não era capaz de fazer, e que, por consequência, sua queda era não só inevitável como necessária: "Falo da

¹⁴⁴ "Eu era monarquista porque a lógica me dizia que não se devia absolutamente aproveitar para nenhuma fundação nacional o ressentimento do escravismo; por prever que a Monarquia parlamentar só podia ter por sucessora revolucionária a ditadura militar, quando a sua legítima sucessora evolutiva era a democracia civil; por pensar que a República seria no Brasil a pseudo-República que é em toda a América Latina. Eu dizia que a República não poderia funcionar como governo livre, e que desde o dia em que ela fosse proclamada, desapareceria a confiança, que levamos tantos anos a adquirir sob a Monarquia, de que a nossa liberdade dentro da lei era intangível." (NABUCO. Por que continuo a ser monarquista: Carta ao diário do commercio. Londres : Abraham Kingdon, 1890, p 4.)

revolução sem ressentimento, porque no estado a que tínhamos chegado reputo um bem para todos a queda da Monarquia."¹⁴⁵

Esse seu realismo político decorria de seu entendimento sobre a forma de governo, não uma questão teórica, mas prática, relativa ao tempo e à situação.¹⁴⁶ A Monarquia, mesmo sendo a melhor forma de governo, tendo em vista a situação brasileira, deixa de sê-lo, disvirtua-se, perde seu potencial de reformadora social. Um novo modelo se fazia necessário, adaptado a esse tempo, que preencha a condição política mínima de ser tolerante, de respeitar e desenvolver a diversidade, enfim, a capacidade política de representação. Ora, isto não era o ponto forte da República brasileira, já aliada aos militares, nem era o caso de importar instituições de outros países que cresceram segundo os seus elementos históricos.¹⁴⁷

JOAQUIM NABUCO passava a viver uma situação em que as reformas tão necessárias não eram realizadas¹⁴⁸ e em que o Estado Monarquista, no momento o único com respaldo político e social, sem contar a capacidade política de representar o poder político, para principiar uma reforma da sociedade, é substituído por um governo militar provisório e instável, sem a mínima legitimidade social. Tendo em vista o novo governo civil que se instalava com PRUDENTE DE MORAIS e o

¹⁴⁵ (NABUCO. Porque continuo, p 13)

¹⁴⁶ (NABUCO. Minha formação, p 54)

¹⁴⁷ (NABUCO. Minha formação, p 86)

¹⁴⁸ Nem vislumbradas pelo programa republicano, notadamente o paulista, que em última análise determinou o encaminhamento prático da tomada de poder.

prazo anterior de interregno militar, JOAQUIM NABUCO não mede palavras contra a República assim posta, identificando-a quase sempre com o despotismo, sem deixar de calibrar bem suas investidas: o jacobinismo militar. Às vésperas dessa posse, ao escrever ao amigo HILÁRIO DE GOUVÊA, demonstra-se preocupado com os tumultos que os militares poderão desencadear ao governo civil. Fica claro que a parte imponente havia sido mau substituída pelos militares e a parte eficiente relegada ao mesmo opróbio que no Sistema monárquico, com exceção da representação regional patrimonialista que se fortaleceu e durou até a década de 30.

A emancipação dos negros foi o último ato de valor da Monarquia, mas um ato isolado e sem as devidas preocupações que evitassem a pobreza, o desemprego, o descontentamento e a imigração dos negros libertos. A sociedade nacional não foi capaz de impor-se um liberalismo minimamente racional que permitisse que essas mudanças se dessem dentro de um processo controlado, até mesmo para que sua elite econômica tirasse algum proveito mais racional e a longo prazo daquele contingente de mão de obra, agora tornada livre. Da mesma forma, JOAQUIM NABUCO se vê impotente diante do encaminhamento tomado pela história nacional, mesmo detendo naquele instante uma capacidade de liderança muito grande; desta forma, prefere refugiar-se na vida privada.¹⁴⁹ A impotência da Nação reflete-se nele em igual medida.

¹⁴⁹. (NOGUEIRA. As desventuras, p 65)

Como é possível concluir, mesmo com a abolição e a posterior proclamação da República, o momento estrutural da sociedade brasileira não sofreu nenhuma ruptura que envolvesse a emancipação do homem brasileiro em direção à cidadania. As transformações foram apenas superficiais o que possibilitou a permanência e manutenção daquela desigualdade originária. O seu ideal de liberdade tinha sido atingido fortemente pela investida republicana, como o foi em toda a América Latina. "Não somos os Estados Unidos." A ambição de um país livre era impraticável nas repúblicas latinas, onde "é essencial desistir da liberdade para obter a ordem."¹⁵⁰ Em sua opinião a ordem, a lei, a autoridade eram necessárias, mas jamais poderia se constituir a partir da perda da liberdade e da dignidade humana, bem como da dignidade do governo que deve desenvolvê-las, pois o fim não justifica os meios; estes determinam aquele. Eis aquilo que JOAQUIM NABUCO mais temia na República, notadamente aquelas que brotaram em solo latino: o alto grau de intolerância política e social que passa por todo o conjunto nacional e que beira o fanatismo.

A República brasileira desterrou JOAQUIM NABUCO, mas não lhe tirou a esperança de liberdade. "Posso dizer que sinto hoje a triste consolação deste desterro na própria pátria não me dizendo republicano". Mas, isso até o ponto em que esta mesma pátria vem ao seu encalço, necessitada que estava de seus serviços diplomáticos. O período inicial de

¹⁵⁰ (NABUCO. Porque continuo, p 14)

adaptação já tinha se transcorrido; a República já era civil e NABUCO já vislumbrava um novo caminho de luta. Mais abrangente e com conseqüências não imediatas em relação ao desejo maior de ver este país com um povo livre e igual, o americanismo se coloca como uma nova esperança.

Porém, da mesma forma que seu sucesso foi reconhecido quando da abolição, fica claro seu fracasso como reformador social, atividade interrompida pela República. Fica, todavia a sua voz em defesa da liberdade de consciência que vai no caminho mais amplo da busca emancipatória do homem brasileiro. Como católico acha absurdo a falta de liberdade do indivíduo na escolha do que mais íntimo produz o homem, a sua religião. Mesmo em seus momentos iconoclastas nunca endossou esse absolutismo, mesmo que tenha defendido a separação de Roma e a instalação de uma Igreja católica brasileira, enquanto uma religião de consciência. Defendia aí com toda sua força e arte a liberdade religiosa, sinônimo marcante de sua concepção democrática de poder, baseada na tolerância política (sem ser subserviente) e na diversidade das atuações (sem negar o mínimo de ordem e de legalidade, de autoridade e de imparcialidade). Para isso a separação Igreja-Estado¹⁵¹ é condição primeira para que essa consciência, através da liberdade religiosa fosse desenvolvida. Esta mais que qualquer outra fonte de poder de persuasão e edu-

¹⁵¹ Proclama-se inimigo de todo catolicismo político, que se alia a todos os governos absolutos, sabedor ele das relações corrompidas que existiam entre a Coroa e a Igreja. Ora, no entender de JOAQUIM NABUCO esta Igreja brasileira deveria ser a primeira a desejar isso e muito mais.

cação, é fundamental para e no desenvolvimento cultural brasileiro e é claro de que nenhum movimento social há de jamais ser feito no Brasil, se não contar com o auxílio e a cooperação da mesma.¹⁵²

¹⁵² Por isso não teve dúvida em escolher o encontro com LEÃO XIII para pleitear apoio ao movimento abolicionista brasileiro, do que ir aos Estados Unidos para encontrar seus colegas abolicionistas.

TERCEIRA PARTE

UM IDEAL : a esperança do ame- ricanismo

é preciso primeiro, educar-se para tole-
rar a diversidade na espécie humana. O
mundo estaria muito perto do fim se to-
das as nações falassem a mesma língua.¹⁵³

O americanismo é a nova via prático-teórica de JOAQUIM NABUCCO, que o conduz a uma estratégia onde as relações internacionais são a via dos encaminhamentos cujo pressuposto axiológico é a crença na força (desses encaminhamentos) em dinamizar o desenvolvimento nacional e garantir zonas de paz e progresso.¹⁵⁴ Tinha por pressuposto quando defendia a aproximação internacional com os Estados Unidos a premissa de que somente em um continente de paz pode ser empreendido um desenvolvimento sustentado, maduro e marcado pela busca do bem-estar da maioria da coletividade.

Neste contexto internacional muito valeu de informação para o autor analisado a chamada Doutrina Monroe.¹⁵⁵ O seu slogan mais comum afirmava que seria uma ameaça à paz e

¹⁵³ (NABUCCO, Pensamentos soltos, p 470)

¹⁵⁴ A situação internacional na referida época era tensa, pois o capitalismo se desenvolvia abruptamente e com ele a necessidade de novos mercados, ou seja, de territórios que servissem aos interesses hegemônicos. Na Europa esse processo era bem claro, e tendo em vista a concorrência acirrada, a iminência de uma guerra era facilmente denotada. A Europa vivia em estado permanente de guerra econômica).

¹⁵⁵ Decorre da doutrina isolacionista dos Estados Unidos que viam na América a possibilidade de escapar à todos os defeitos do velho mundo, não importando-lhe, inicialmente, a conquista de outras glebas. Além do mais, esta surge imediatamente após a organização da quádrupla aliança (Áustria, Rússia, Inglaterra, Prússia e França) devido ao receio de que esta, utilizando-se de seu poder combinado, poderia impor o jugo espanhol às repúblicas do hemisfério ocidental que já tenham declarado sua independência, e posteriormente, se voltasse contra ele próprio.

à segurança¹⁵⁶ do continente americano e por consequência, mundial, qualquer tentativa por parte das nações européias de estender seu sistema ao novo mundo.¹⁵⁷ Ela passa a ser assim conhecida a partir do pronunciamento do presidente americano Monroe, no ano 1823. Seu lema era: "A América para os americanos".

Essa situação legitimaria, portanto, qualquer ação protetora de qualquer país americano que se sentisse ameaçado pelos interesses europeus. Naturalmente que os Estados Unidos foram aqueles que, sendo o seu formulador, se ppuseram primeiramente como guardiães da soberania do continente, que poderia ser alvo dos europeus desde a opção norte-americana de influir e controlar zonas de poder internacional, antes monopólio daqueles.¹⁵⁸

¹⁵⁶ Ela foi o abrigo que "criou a segurança" necessária e "influenciou beneficemente no desenvolvimento de nações em fase de crescimento. Minha impressão é que para todos os países da Europa e da América o problema externo tende cada dia mais sobrepujar os problemas internos e estamos caminhando para uma época em que a sorte de todos eles, sem exceção, tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito da influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de forças como sejam a Tríplice e Dupla Aliança, o Império Britânico, a doutrina de Monroe, etc." (COSTA. Joaquim Nabuco, p 104)

¹⁵⁷ Note-se que a Europa através de controles e alianças, formava um todo com a África e a Ásia e o instrumento para manter essa hegemonia passava pela conquista, portanto, pelo conflito internacionais. Como o continente europeu estava se voltando para a guerra, JOAQUIM NABUCO observava que, ao contrário, o continente americano tinha tudo para tornar-se uma zona neutra, guiada pela consciência americana de paz e desenvolvimento. (Citação de uma entrevista de JOAQUIM NABUCO ao "Chicago Tribunal" em 10 de julho de 1905 feita por COSTA. Joaquim Nabuco, p 106)

¹⁵⁸ A partir de 1898 a orientação da política externa norte-americana passa a ser de conquista de espaço onde os europeus detinham o poder. Foi nesse ano que pensando em seus interesses econômicos e estratégicos na China, os Estados Unidos destroem a armada espanhola no porto de Manila, seguindo-se a anexação das Filipinas, caminho que parecia obrigatório (mas não o foi) para se chegar à China. Nessa busca de maior poder no extremo oriente, Ele interveio com tratados e políticas que evitassem o avanço do poder russo, principalmente, mas também do Japão, França e Alemanha. Por exemplo, em 1905 ROOSEVELT interveio na guerra russo-japonesa e organizou uma conferência em 1906 na Espanha, para que dirimisse as diferenças entre Alemanha e França sobre o Marrocos (francamente aliada à segunda).

Desse modo, ao meu ver, em nome do ideal monroísta de proteção conjunta do continente, os Estados Unidos cometeram muitas arbitrariedades, umas pensando mais no "status" internacional que envolviam os seus vizinhos mais próximos, outras mais no conjunto das nações americanas. Dentro desta última opção, em 1867 expulsou os franceses do México, em 1895 interviu nos limites entre Venezuela e a Guiana Inglesa (contra os interesses da Inglaterra) e em 1903, evitou o bloqueio alemão à Venezuela. Mais no estilo da defesa de seu território, promoveu expansão do mesmo, como no ano de 1845, em que o Texas foi anexado, bem como o Novo México, Arizona e Califórnia, em 1848. Em 1901, com relação ao Canal do Panamá, a meu ver, o abuso foi ao extremo de se promover uma revolta contra os legítimos soberanos do istmo, os colombianos, e isto, com o consentimento dos ingleses, anulando-se o tratado de 1850, que dava a estes direitos iguais em qualquer canal que fosse aberto naquela região.

Essa política de intervenção direta dos Estados Unidos foi melhor delimitada em 1904, com a possibilidade de intervenção da Europa na República Dominicana.¹⁵⁹ ROOSEVELT afirmava a legitimidade das intervenções em Estados (soberanos) americanos em que a delinquência ou a impotência crônica pusesse em perigo o continente e reafirmava a vocação dos Estados Unidos como o único Estado constituído de

¹⁵⁹ Em 1904 com a possibilidade de intervenção da Europa na República Dominicana, ROOSEVELT aprimorou doutrina MONROE, legitimando intervenções em Estados soberanos americanos, mas que a delinquência ou a impotência crônica urgia a ação do único Estado constituído de poder de polícia internacional sobre aqueles, evidentemente, os Estados Unidos.

poder de polícia internacional sobre aqueles. Assim, a intervenção indireta que era usada em relação aos sul americanos, poderia se tornar direta na medida em que se preenchesse aquela primeira condição. Ora, isso de fato não ocorreu, pois a ordem imposta aos seus vizinhos foi suficiente para garantir o projeto expansionista, de conquista dos mercados europeus. Sua influência na América do sul permaneceu forte, mas indireta, cumprindo com a função específica de manter longe das virgens e ricas regiões americanas a intervenção européia. Isto todavia, causou forte reação por parte dos latinos pró-europa. Daí, a consequência mais natural nos países hispânicos, sem nenhuma tradição de amizade com o Estado ianque, foi manter em absoluta suspeição aquela doutrina e todas as intenções norte-americanas. O Brasil foi a exceção, mesmo que tenha havido vozes contrárias à americanização do continente.¹⁶⁰

Em relação à política externa dos Estados Unidos, JOAQUIM NABUCO, ao contrário da opinião generalizada na sua época, não acreditava no caráter opressivo daquela doutrina, não de forma tão simplista e imediatista como era posto pelos países Latino-americanos. Sabia ele, além do mais, que não interessava aos Estados Unidos optar pelo avanço em território estrangeiro para garantir sua expansão, pelo menos naqueles que não representavam diretamente algum perigo na

¹⁶⁰ EDUARDO PRADO fez sucesso com seu livro "A ilusão americana" onde atacava o americanismo e defendia a cultura e a história da Nação latina. Escrito entre setembro-outubro de 1893, foi apreendido em dezembro do mesmo ano, uma hora depois de ter sido posto a venda, pela polícia de FLORIANO.

manutenção de seu status de Nação dominante no continente, como era o caso dos países da América Central.¹⁶¹

Esse privilégio estaria no fato de que com o avanço da economia norte-americana, os seus aliados se beneficiariam da mesma forma, mesmo que as bases dessas relações fossem sobre um imperialismo econômico. Portanto, acreditava JOAQUIM NABUCO que o imperialismo norte americano além de ser naturalmente decorrente de sua gradeza econômica, não era de natureza política, como fazia crer a ação política de Washington na América Central.

É em face daquela função maior da Doutrina Monroe de proteger o continente como um todo que JOAQUIM NABUCO constitui o móvel inicial do seu americanismo, qual seja, a sua preocupação com a proteção do território brasileiro, proteção que deveria ser redobrada, haja visto o princípio internacional que se afirmava na época¹⁶² e que garantia a soberania adquirida e conservada de território efetivamente ocupado. Ora, o Estado brasileiro tinha muitas dificuldades em controlar e ocupar o seu vasto território. Nabuco sabia da tendência mundial de um novo colonialismo europeu que legitimara a partilha das riquezas africanas entre os Esta-

¹⁶¹ Tendo em vista isto, JOAQUIM NABUCO não tinha nenhuma dúvida em afirmar que era "necessário que as Repúblicas Americanas não julguem o papel que os Estados Unidos viveram e têm que representar para defender a Doutrina MONROE, como ofensivo, de modo algum, ao orgulho e dignidade de quaisquer delas, mas, ao contrário, como um privilégio que todas devem apoiar, ainda que seja só com sua simpatia e gratidão." (NABUCO. Discursos e conferências nos Estados Unidos. Tradução por Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro : Benjamim Aguilá, p 146)

¹⁶² JOAQUIM NABUCO mantém essa impressão desde quando aceitou em 1889 a missão de defender o território brasileiro dos interesses ingleses, que diziam ter a efetiva posse do território contestado.

dos daquele continente. Cabia, pois, à América se garantir quanto a essa ação, numa reação absolutamente legítima.

Seu esclarecimento sobre a necessidade, vantagens e importância da aproximação internacional com toda a América, em particular com os Estados Unidos, foi longe o bastante para colocar-se a disposição do governo republicano. Sua relação com a república era, como já visto, de desconfiança, até sua missão na Itália em torno da fronteira Brasil-Guiana Inglesa. Este novo convite lhe dava a chance de empreender nova e principiante atividade em Washington, o que o fez abdicar de Londres,¹⁶³ sem mesmo saber que o posto que ocuparia seria o de embaixador. Enfim ele aceita o convite de RIO BRANCO e assume o posto de embaixador¹⁶⁴ por patriotismo, utilidade pública e por saber do lugar privilegiado que ocuparia no cenário da nova época que despon-tava.¹⁶⁵

Além da importância que a instalação da embaixada brasileira nos Estados Unidos representava para o estabelecimento de uma nova política internacional, JOAQUIM NABUCO tem confiança na política externa empreendida pela República

¹⁶³ A questão do contestado com a Inglaterra não produziu nenhum incidente que o deixasse magoado e disposto a desistir de Londres, o seu lugar preferido.

¹⁶⁴ Washington era até então apenas legação, tornando-se embaixada em 13 de janeiro de 1905. No mesmo dia os Estados Unidos oficializam a constituição da sua embaixada no Rio. Os dois atos foram aprovados pelos respectivos Congressos Parlamentares.

¹⁶⁵ (NABUCO. Cartas a amigos. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: XIII e XIV), Volume II, p 200) "Em nossa vida internacional, ato algum produziu ainda o efeito desse". (NABUCO. Cartas II, p 208)

brasileira em direção ao Continentalismo.¹⁶⁶ É esta opção pelo trabalho diplomático e nele, as possibilidades de avanço do Brasil para um verdadeiro Estado, que o faz retirar-se do isolamento privado auto imposto e acreditar num novo ideal.

Se para JOAQUIM NABUCO sua permanência só dependia da boa resposta política dada à iniciativa brasileira no contexto norte-americano, para o governo brasileiro a nomeação de JOAQUIM NABUCO representava a condição para a consolidação de uma política externa de aproximação com os Estados Unidos. Esta já vinha, aliás, tarde no tempo.¹⁶⁷ Nada melhor, portanto, do que aproveitar o término da tarefa empreendida por JOAQUIM NABUCO, a partir da sentença arbitral,¹⁶⁸ além de retribuir-lhe perante a Nação a sua incansável dedicação e o seu inteligente e injustificado trabalho. Além do mais era importante reservar uma posição privilegiada numa América Latina conturbada, sem representação e força internacional.

¹⁶⁶ É a partir do ano de 1898 que JOAQUIM NABUCO passa a atualizar um de seus princípios norteadores de sua trajetória: importa pouco a opção partidária; "basta ter clara a noção de que nunca se tem o direito de prejudicar a pátria para prejudicar o governo" o que demonstra sua nova posição em face do novo regime.

¹⁶⁷ A América Latina, além de pouco representada, tinha peso insignificante, perante às representações européias. Ademais, a representação mexicana nos Estados Unidos tornara-se embaixada em 1899, dois anos antes da Segunda Conferência Panamericana no México. Dessa forma, o Brasil passaria a ser a segunda embaixada latino-americanos nos Estados Unidos.

¹⁶⁸ JOAQUIM NABUCO manteve o cargo de Ministro em Londres durante a produção dos dossiês sobre o contestado território entre a Guiana Inglesa e o Brasil. ver COSTA, Joaquim Nabuco, p 46.)

¹⁶⁹ Os diplomatas, durante o Império e início da República, eram granjeados da elite política nacional, sob o critério político de escolha, não burocrático, mais patrimonial. Não havia diferenciação na origem social entre seus membros.

De maneira geral, a opinião pública nacional festejava o passo brasileiro de renascer para a política externa, afirmando legitimamente a nossa cultura e civilização, a prosperidade do continente e a paz universal.¹⁷⁰

A resposta da opinião pública internacional, especialmente a da América Latina, foi de desconfiança quanto à aproximação dos dois gigantes americanos, donde o Brasil sairia ainda mais forte em contraposição aos seus colegas hispânicos.¹⁷¹ Por outro lado, a imprensa norte-americana reagiu muito bem à atitude brasileira, da mesma forma como reagira o seu governo.

Em seu discurso de apresentação das credenciais, JOAQUIM NABUCO fala claramente da importância das decisões de grandes nações como os Estados Unidos, cuja história tem demonstrado sua grandeza como Estado e como sociedade. Os caminhos a partir daí traçados serão seguidos pelas outras civilizações, pois instaura-se uma posição de grande poder de influência moral e política. Cabe apenas definir a direção em que essa influência seguirá, que no seu entender, só poderá ser uma, em prol da construção de um espaço neutro, de paz¹⁷² e de livre competição humana. Caberia aos Es-

¹⁷⁰ (COSTA. Joaquim Nabuco, p 63)

¹⁷¹ Na Argentina, em especial, "A Prensa" de Buenos Aires, que costumeiramente criticava ferinamente o Brasil, temia particularmente a organização da marinha brasileira através da ajuda norte-americana. O entendimento europeu não fugia ao receio do expansionismo brasileiro, dentro do esquema de efetivação da Doutrina MONROE. Raciocinava o Jornal inglês "Morning Post" que o Brasil avançaria em seguida sobre o território peruano. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 69)

¹⁷² "(...) não duvido que tenha sido um dos vossos mais poderosos auxílios, porque a pressão em favor da paz, exercida sobre a Europa pela América, é hoje a maior do mundo para impedir a

tados Unidos aproveitar a ocasião e começar a usar esse poder nesse caminho. A resposta a esta questão pelo presidente ROOSEVELT, causou boa impressão a JOAQUIM NABUCO, dado o interesse daquele em afirmar o interesse de patrocinar a aproximação com toda a América.

Por outro lado, os Estados envolvidos no processo de aproximação internacional deveriam iniciar-se na prática de exibirem claramente os seus interesses, os quais, na medida em que aquele processo avance, seriam não apenas internacionais, mas transnacionais. Por isso, um dos procedimentos de JOAQUIM NABUCO como representante da vontade internacional brasileira era identificar-se perfeitamente à política empreendida pelo governo republicano brasileiro, depreendendo os interesses que efetivamente o Brasil tinha em relação aos Estados Unidos. Por isso, mantinha ele contato permanente com RIO BRANCO e num período em que este se silenciou, apelou aos colegas diplomatas para verificar o que estava havendo. Não admitia ele que questões pessoais estivessem acima dos grandes problemas e soluções nacionais.

Naquele mesmo sentido, o seu discurso de posse delineou outra preocupação que fundava o início daquele processo e que caracterizava a posição relativa do Brasil em face dos seus vizinhos. Por isso falou ele da preocupação brasileira de fazer avançar a Doutrina Monroe e ao papel es-

pecial que o Brasil desempenhava e desempenharia no sul do continente.¹⁷³ Esta colocação era especialmente importante em face do sentimento de contrariedade que dominou a imprensa da América Hispânica, efetivamente representativa do pensamento exasperado de seus governos quanto aos norte-americanos, e por conseguinte, contrários à ação brasileira.

Como todo processo que envolve múltiplas e complexas relações, a aproximação internacional exige alguns pressupostos básicos, principalmente em suas fases iniciais. Parece-me que decorre da visão americanista de JOAQUIM NABUCO a constatação de que somente em Estados em que suas sociedades tenham no processo de desenvolvimento elementos comuns, mesmo que as raízes sejam até díspares, é possível aquela aproximação. Disso decorre toda sua análise e interesse pelos Estados Unidos que vem desde sua juventude, que aliás, decorria de seu interesse pelo mundo.

A partir dos anos de 1871 a universalidade de seu espírito, passa a ser determinada pelo seu interesse na cultura e política norte-americana. Naquela ocasião o jovem JOAQUIM NABUCO via com algum ceticismo a sociedade norte-americana que se constituía democraticamente.¹⁷⁴ Considerou o desenvolvimento dos Estados Unidos algo representativo do absurdamente novo, de uma nova forma de construir um grande Estado, como se nada existisse antes dele, mesmo conside-

¹⁷³ Discurso de JOAQUIM NABUCO em 24 de maio de 1905 (COSTA. Joaquim Nabuco, p 73)

¹⁷⁴ Naquele ano os Estados Unidos passavam por uma época de disputa eleitoral para presidente, repleta de golpes, e também num período de dificuldades econômicas.

rando as similitudes com o caráter inglês: "sois um povo sem raízes, no sentido de que ninguém está preso ao solo".¹⁷⁵ Culturalmente, tinha ele a impressão de que o conjunto da sociedade inglesa era superior à norte-americana, haja visto a tradição político-cultural que os Estados Unidos não tinham. Este fato aliado à circunstância de que o norte-americano tolerava facilmente a corrupção,¹⁷⁶ porque preocupava-se mais em desenvolver o lado material da vida, o tornava medíocre politicamente. Porém, esse desenvolvimento criava uma estrutura onde a opinião pública, organizada através do associacionismo, era central para manter sob controle os encaminhamentos do governo, pois a sociedade norte-americana como um todo, sabia de sua potência e importância.¹⁷⁷

A publicidade era o âmago da democracia norte-americana, e JOAQUIM NABUCO concordava com essa premissa. Aquilo que lhe causava estranheza era a transformação do político numa instância menor, submetido ao olhar do privado, bem como não concordava com o entendimento de que os valores do político, vistos no extremo oposto, fossem considerados

¹⁷⁵ (NABUCO, Pensamentos soltos, p 458)

¹⁷⁶ A corrupção política decorre do espírito prático e de realidade do americano, que molda o espaço político pelos valores privados. A vontade de criar e acumular riqueza organizou a liberdade americana e especialmente, a liberdade de tornar tudo público, especialmente, os valores privados. JOAQUIM NABUCO constata, daí, que a consciência pública americana é inferior à privada porque esta se publicizou: "Todo homem é um homem público, e ele todo." (NABUCO, Minha formação, p 101) Ele não vê com bons olhos esse fato, haja visto que o seu critério de avaliação da ação política é essencialmente moral e não utilitário: "A temperatura moral do futuro, a julgar pela americana, deve ser muita baixa." (NABUCO, Minha formação, p 99)

¹⁷⁷ "O americano sabe que há no seu país uma opinião pública, desde que cada americano tem uma opinião sua. É uma força latente, esquecida, em repouso, que não se levanta sem causa suficiente, e esta raro se produz; mas é uma força de uma energia incalculável, que atiraria pelos ares tudo o que lhe resistisse, partidos, legislaturas, Congresso, Presidente." (NABUCO, Minha formação, p 107)

absolutos, uma religião.¹⁷⁸ A cultura americana optava pela primeira. Esta tinha suas vantagens pois dava mais força à liberdade de pensamento, fundamental para a emancipação humana.

Segundo JOAQUIM NABUCO o Brasil tinha que aprender muito com os Estados Unidos e muito pouco havia de comum. O que nos ligava àquela sociedade, por outro lado, era o caráter de novidade, o absurdamente novo que marcava o espírito brasileiro, não nossa "imaginação histórica",¹⁷⁹ que era europeia. Tínhamos em comum o ideal que se fazia, que estava por se fazer, como tudo o mais nessas glebas. Mas, os Estados Unidos tinham a sua própria velocidade e sua própria fundação: "O pessimismo francês não existe neste país de otimistas" sempre preocupado em crescer, "de povoar o seu imenso território".¹⁸⁰ Esse otimismo que brota a partir da necessidade de empreender uma tarefa há pouco iniciada é o otimismo do novo e afirma que "nós pertencemos à América pelo sedimento novo, flutuante, do nosso espírito",¹⁸¹ mesmo que o brasileiro não tenha aquela cultura prática norte-americana, regida magistralmente pela sua índole de governar-se a si mesmo. Isso, porém, não era um obstáculo intransponível. Na medida em que se realizasse a aproximação com os Estados Unidos, e esta era a solução mais prática,

¹⁷⁸ "A política, arte religiosa, converte em crime de sacrilégio o menor ato de liberdade individual." (NABUCO. Minha formação, p 100)

¹⁷⁹ (NABUCO. Minha formação, p 44)

¹⁸⁰ (NABUCO. Minha formação, p 101)

¹⁸¹ (NABUCO. Minha formação, p 44)

criar-se-ia as condições para desenvolver aquela capacidade de negócio tão necessária para fundar e manter um governo que nos servisse, sem ter que apelar para as suas benesses. Estas decorriam das grandes contribuições norte-americanas para a civilização, como bem afirmava JOAQUIM NABUCO, a imigração,¹⁸⁸ a democracia, a igualdade de condição social entre todas as classes da Nação, o respeito à mulher e o sistema peculiar de educação.¹⁸⁹

A conclusão de que o primeiro passo em direção do americanismo era a aproximação com os Estados Unidos decorria da premissa pela qual para haver uma união durável entre as nações era preciso também um equilíbrio material e espiritual entre elas. Pelo menos os principais Estados deveriam estar no mesmo estágio econômico ou senão encaminhar neste sentido. Por isso um rápido desenvolvimento das nações latinas era necessário, em face do fosso que se abria com os Estados Unidos. Esta equipolência internacional necessária, mas inexistente, seria a garantia de que o imperialismo econômico que passava a existir fosse barrado, e ainda não se tornasse em político. Ademais, ela patrocinaria um

¹⁸⁸ "Os Estados Unidos criaram-se pela imigração voluntária e não pela conquista." (NABUCO. Pensamentos soltos, p. 451) "O contato convosco viria mostrar aos demais países americanos o segredo de conquistar os imigrantes que chegam e de atraí-los em maior número. Nenhum ensinamento lhes poderia ser mais útil, porque, se soubessem e conseguissem transformar seus imigrantes em verdadeiros cidadãos, estaria resolvido para cada um o seu grande problema nacional." (NABUCO, Pensamentos soltos, p. 466)

¹⁸⁹ "A educação americana destaca-se entre as demais por ser livre de convencionalismo. (...) Só vós apontais a confiança em si mesmo como o maior dos ensinamentos. E, com surpresa de toda a humanidade ensinai essa independência pessoal não só aos homens, mas também às mulheres." (NABUCO. Pensamentos soltos, p. 457)

"conhecimento e compreensão recíprocos" imprescindíveis a estabilidade de qualquer relação entre Estados.

As opiniões públicas nacionais teriam o papel de, vinculadas às diversas realidades nacionais (organicidade), formar uma opinião pública panamericana (acima das suas especificidades) capaz de vigiar as ações dos seus governos. Naturalmente que este estágio dependeria de uma maturidade política e econômica que só a força do processo panamericano dialético e equipendencialmente poderia construir.¹⁸⁴

Havia a necessidade de superar dificuldades, tais como as diferenças de raça, de línguas, de culturas e toda uma série de circunstâncias que mantinham as sociedades latino-americanas num estágio de permanente desigualdade social e instabilidade política. Essa letargia poderia ser barrada também pelo esforço comum de construção de uma consciência e opinião nacional e panamericana. Isto, é claro, exige tempo, mas "quando esta opinião alcançar sua maioria, o pertencer à União das Repúblicas Americanas, será, para todas estas, sinônimo de imunidade, não só contra a conquista estrangeira, mas também contra a arbitrariedade dos próprios governos e a suspensão das liberdades públicas ou individuais."¹⁸⁵

¹⁸⁴ "Uma opinião pública comum a toda a América poderia polir até o máximo de perfeição as instituições políticas de todos os Estados Americanos, mas esta opinião geral ainda está em formação." (NABUCO. Pensamentos soltos, p 469)

¹⁸⁵ (NABUCO. Pensamentos soltos, p 469)

A política externa dos Estados americanos não poderia se dar nos moldes europeus (fundados na razão de Estado), mas buscando antes de tudo os interesses das comunidades através da livre colaboração, de uma vontade geral de participação na construção do continente em bases democráticas.¹⁸⁶ Ficava difícil, todavia, determinar o espaço específico dos países latino-americanos nessa nova ordem, pois não preenchia nem de perto as exigências sociais e políticas para uma verdadeira colaboração com os Estados Unidos; ou seja, não existia aquela equiplôncia internacional imprescindível.¹⁸⁷ O panamericanismo desencadearia um ritmo maior no desenvolvimento daqueles fracos Estados, ou seja, representaria um momento de fundação histórica para toda a América. Mas, nada garantia que esse seria o caminho mais fácil. Aquela situação marginal existente no continente, poderia, ao contrário, desencadear mais facilmente o distanciamento do que a aproximação.

A visão crítica de JOAQUIM NABUCO em relação aos Estados Unidos é, dessa forma, relativamente contundente, seja no âmbito de sua fundamentação social como em sua prática monroísta intervencionista. Esta última fica exposta no episódio da intervenção estrangeira durante a revolta da armada em 1893, quando a opinião de JOAQUIM NABUCO, como monarquista, era de condenação ao "tom peremptório e agres-

¹⁸⁶ "Não creio que a chefia do poder intelectual do homem, ou da Ciência, esteja ainda em mãos da América. Creio, todavia, que a América está na vanguarda de uma melhoria da condição social humana, ao lado de algumas outras nações, que se guiam principalmente por ela."

¹⁸⁷ (COSTA. Joaquim Nabuco, p 112)

sivo de BENHAM"¹⁸⁸ e por conseguinte, da posição dos Estados Unidos em querer manter o status republicano do continente, na base da pressão pela força, já que a revolta se supunha restauradora. Quanto ao primeiro ponto, fica claro que o seu modelo ideal de sociedade não é o americano, prático e fundado sobre valores individuais e de mercado, mas o inglês, nobre e fundido pela força da tradição.

O universalismo de JOAQUIM NABUCO recaía no americanismo, e este como sinônimo da aproximação internacional americana perfazia duas facetas: 1) a obra de aproximação imediata com os Estados Unidos e 2) a aproximação mediata com os países hispânicos, ou seja a realização dos destinos do Brasil em relação aos seus vizinhos. Este, nesse contexto, estava fadado "a alcançar proporções do que talvez os que hoje vivem não podem ter a última idéia".¹⁸⁹ O Brasil sendo grande entre os latinos teria uma grande tarefa, um auspicioso destino, na construção de uma sociedade e um continente novos.

A tarefa de tornar (re)conhecida a teoria do americanismo em sua totalidade era difícil, haja visto que as partes envolvidas tinham seus preconceitos e medos. Do lado

¹⁸⁸. (NABUCO. A intervenção, p 114)

¹⁸⁹. (Citação da Gazeta de Notícias em 24 de julho de 1906 feita em COSTA. Joaquim Nabuco, p 93)

dos americanos havia o preconceito¹⁹⁰ e o desdém em relação aos países latinos; destes havia o medo de um novo imperialismo; havia também a Europa como um terceiro fator influenciador nas decisões que neste continente se tomariam. Essa situação era perfeitamente assimilada pelo novo embaixador brasileiro nos Estados Unidos de tal forma que se impôs a missão de trabalhar o problema naquele Estado. No Brasil era Rio Branco que influenciava os amigos e a imprensa tentando remover o temor e a indiferença que se entranhava na medida do crescimento e intervenções da América do Norte. Sabiam que a tarefa estava apenas iniciando, e que levaria muitos anos, de parte a parte. NABUCO não media esforços; suas conferências eram "obrigação, serviço diplomático e propaganda".¹⁹¹

Apesar do estilo político europeu de avanço e domínio sobre os territórios de nações estranhas à Europa, JOAQUIM NABUCO afirmava que aqui não se tinha nada a reclamar do mesmo, muito pelo contrário, sem contar que partia ele do pressuposto de que era na Europa que todos os países americanos possuíam a sua raiz cultural. Dessa forma, o americanismo não podia ser construído sob a idéia de ser contraposto à Europa.¹⁹² Esta, por sua vez, não teria porque

¹⁹⁰ "(...)nunca ninguém convenceria o livre cidadão dos Estados Unidos, como ele se chama, de que o seu vizinho do México e de Cuba, ou os imigrantes analfabetos e os indigentes que ele repele dos seus portos, são seus iguais. Para com estes o seu sentimento de altivez converte-se no mais fundo desdém que ente humano possa sentir por outro." (NABUCO. Minha formação, p 108)

¹⁹¹ (NABUCO. Cartas II, p 315.)

¹⁹² "Nós não consideramos em absoluto a Doutrina MONROE num espírito de desconfiança e de antagonismo para com a Europa." (COSTA. Joaquim Nabuco, p 110)

que temer, mas que agradecer a construção de um espaço neutro propício aos negócios e à cooperação.

Para JOAQUIM NABUCO a grande diferença no crescimento econômico entre o norte e o sul americano não era motivo para defender o isolamento latino ou para abrir luta aberta contra os Estados Unidos, sem tentar tirar vantagens de uma possível cooperação entre eles e nesta batalha ele não estava só. JOAQUIM NABUCO confiava no eficiente trabalho de aproximação entre nações latino-americanas posto nas mãos de RIO BRANCO, que era abertamente americanista.¹⁹³

Porém, as dificuldades eram grandes quanto à aproximação do Brasil com os países hispânicos, marcada permanentemente por um distanciamento que beirava à desconfiança mútua. No século XIX eram vários os motivos dessa pouca convivência, como por exemplo, a forma monárquica de governo, a escravidão, as diferenças étnicas e linguísticas, a política exterior brasileira caracterizada pela intervenção no Prata, ensejando um suposto imperialismo, um vasto território e seus problemas de fronteiras. Até diplomaticamente havia esse distanciamento: o Brasil nomeava muito mais representantes para as Cortes europeias e para Washington do que para os países latino-americanos.

¹⁹³ Como JOAQUIM NABUCO sua formação foi aristocrática e européia, e da mesma forma desenvolveu um espírito americanista. Isto não significa que a estratégia de um harmonizava-se com a do outro, o que fica demonstrado em reclamações de JOAQUIM NABUCO quanto ao pouco entrosamento que tinha com o ministro do exterior brasileiro. JOAQUIM NABUCO em vários momentos enquanto embaixador nos Estados Unidos reclamou as poucas instruções de RIO BRANCO bem como a intenção deste de tornar seus ministros meros porta-vozes, sem possibilidade de iniciativa; reclamava e sempre ia além do encaminhado por aquele.

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, a situação tende a um início de mudança, ensaiando uma aproximação em face das mesmas condições difíceis, sejam sociais ou institucionais. Ironicamente, esta aproximação significava que o Brasil passava por um período de transição, por uma situação de descontrole governamental, onde a ditadura militar e a anarquia se mostravam ao mesmo tempo. Perde com isso sua posição econômica privilegiada na América do sul. Fica mais parecido à pobre América do Sul.

Porém, no caso das fronteiras, pronuncia-se o distanciamento. Quando RODRIGUES ALVES assume, o Brasil estava isolado em relação aos hispânicos, haja visto a desordem que atravessava a fronteira amazônica: o problema do Acre; a posição beligerante da Bolívia e do Peru; a Venezuela e a Colômbia não tinham interesse em demarcar as fronteiras. Estes problemas, todavia, não afetavam a boa vontade brasileira de assumir uma posição conciliadora e cooperativa com seus vizinhos. RIO BRANCO sabia que a melhor forma de começar a resolvê-los era garantir a legitimidade do arbitramento.¹⁹⁴ A fronteira era a grande questão da diplomacia brasileira.

JOAQUIM NABUCO não emprestava limites ao seu americanismo, caindo até num idealismo, tendo em vista a sua posição pouco crítica em relação aos Estados Unidos. Porém, saber até que ponto JOAQUIM NABUCO foi idealista em demasia

¹⁹⁴ Em 1891 começa o período de arbitramentos que deram solução à maioria dos problemas de fronteiras do Brasil e da América, inclusive os Estados Unidos.

deixando de assumir uma atitude mais crítica fica difícil avaliar. O único critério possível para analisar este problema é verificar em que medida o contexto que o envolvia determinava-lhe uma posição sempre favorável aos Estados Unidos, o que evidentemente também ocorreu com OLIVEIRA LIMA, só que no sentido contrário.¹⁹⁵ Afirmar simplesmente que JOAQUIM NABUCO fechou os olhos para o possível problema do imperialismo devido ao seu idealismo seria ingenuidade, se se não levasse em conta que em especial naquele momento e no posto que ele ocupava, outra atitude, contrária a aproximação e a solidariedade americanas, teria sido um belo desastre. O certo é que os pressupostos eram diferentes. JOAQUIM NABUCO acreditava que a consolidação da aproximação internacional americana, com os Estados Unidos na liderança, somente traria benefícios aos latino-americanos, seja porque garantiria um mínimo de segurança para os negócios, seja porque estes seriam o lugar de maior investimento daquela economia que se agigantava,¹⁹⁶ sem contar o fato de que haveria um intercâmbio cultural vantajoso e certo.¹⁹⁷

¹⁹⁵ OLIVEIRA LIMA acusava JOAQUIM NABUCO de idealista. Era ministro diplomático do Brasil em Caracas, Venezuela, onde governava o ditador Castro. Segundo correspondência com JOAQUIM NABUCO, tinha especial simpatia por aquele Estado e por seu condutor, mais do que por ROOSEVELT. Neste ponto, mesmo sendo defensor dos mesmos ideais que JOAQUIM NABUCO, sua prática e fala assumia ares de contraposição aos pontos de partida dado por JOAQUIM NABUCO. Entendia ele que os Estados Unidos somente empreenderam, em face de todas as tarefas de entendimento como os latino-americanos, a proteção das terras americanas da recolonização pelos europeus. Porém, deste lado positivo da sua atuação depreendia a possibilidade do uso desses meios para subjugar e dominar os Estados Latinos Americanos, reservando-os para os empreendimentos político e econômico norte-americano. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 120)

¹⁹⁶ OLIVEIRA LIMA, como já visto, tinha suas dúvidas quanto à realização de uma possível igualdade entre a "panela de barro e a panela de ferro". Para ele, a fragilidade era maior que o potencial ao crescimento. (citado em COSTA. Joaquim Nabuco, p 126) "Não acho justa a comparação para nenhuma das repúblicas latinas. Numa coesão inquebrantável, nenhuma pode enxergar perigos para o seu nacionalismo. O essencial é que cada país chegue a cristalizar-se; que comunique às suas diferen-

Em relação à aproximação das nações latino-americanas, JOAQUIM NABUCO e RIO BRANCO,¹⁹⁸ cada um de posições políticas e lugares diferentes, tinham claro qual seria o papel do Brasil em face do continente americano, qual seja, o de estabelecer a ligação entre os Estados Unidos e os países Latino-americanos. Esta tarefa dependia da ação nas duas pontas, lá em WASHINGTON, aqui no Brasil.

A política externa brasileira com os Estados Unidos, já vinha desde há muito tempo e tinha profundas raízes no passado. Esta tradicional amizade por parte do Brasil não era correspondida à altura pelos norte-americanos, ao ponto de não se sentirem obrigados a defender o continentalismo, como o Brasil o defendia. A explicação para o fato estaria no rápido crescimento dos Estados Unidos que tendia para um imperialismo no mínimo econômico, fazendo com que os seus porta-vozes continentalistas fossem rapidamente esquecidos, como o foram ALEXANDER HAMILTON e HENRY CLAY, bem como JEFFERSON.

Naturalmente, alguns fatos demonstravam que o Brasil era bem visto pelo governo norte-americano, momentos que representam bem o processo de amizade que existia ou

tes partes a mesma ficção do todo, para formar o padrão de um sentimento nacional comum." (NABUCO, Pensamentos soltos, p 464)

¹⁹⁷ "O único resultado certo que vejo de um intercâmbio constante e vivo entre a América Latina e a vossa pátria é que ficaríamos aos poucos "americanizados"; isto é, sofreríamos, em graus diversos, a infiltração do vosso otimismo, da nossa confiança própria e da vossa energia. Seria um tratamento pela eletricidade." (NABUCO, Pensamentos soltos, p 464)

¹⁹⁸ RIO BRANCO via com certa desconfiança a aproximação com os Estados Unidos, desconfiança que procurava buscar mais o equilíbrio da região, sem desprezar a posição norte-americana.

passou a existir entre os dois países.¹⁹⁹ Porém, o processo de acumulação capitalista baseado no novo imperialismo faz com que os Estados Unidos passem por um crescimento econômico que os tornam hegemônicos no continente. A Doutrina Monroe nasce nesse contexto.

JOAQUIM NABUCO não era cego às atitudes imperialistas norte-americanas, tanto que sabia do vigor com que elas se davam, "ciclônica e sem previsão". Porém, achava ele que seria irresponsabilidade do governo brasileiro empreender qualquer aliança sul-americana que se opusesse à política monroísta. Em primeiro lugar, "havia uma política mundial ativa por toda parte",²⁰⁰ que não deixaria em brancas nuvens qualquer discurso ou ação, por mais isolada que fosse; em segundo lugar, porque ruim com os Estados Unidos, pior sem eles, pois deixaria de existir a garantia de unidade do continente contra os europeus e mesmo, contra as retaliações norte-americanas que certamente viriam.²⁰¹

Se existe um dualismo cultural importante este situa-se entre a cultura latina e a anglo-saxônica,

¹⁹⁹. Por exemplo, quando da independência do Brasil; após a partida do general WEBB do Rio de Janeiro; do incidente WISE ou das dificuldades oriundas de questões marítimas durante a guerra de secessão; quando o Brasil serviu de árbitro em questões internas dos Estados Unidos; quando da visita de D. Pedro ao mesmo Estado; da abertura do Amazonas à navegação estrangeira; da alegria norte-americana de ver o Brasil republicano e conseqüente apoio ao governo FLORIANO contra a revolta da armada em 1898. Disso tudo, pode-se dizer com o "Washington post" que só havia na América Latina três nações afeiçoadas aos Estados Unidos: o México, por interesse, a Venezuela, por gratidão e o Brasil por desinteressada amizade. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 150)

²⁰⁰. (NABUCO, Cartas II, p 300)

²⁰¹. (NABUCO, Cartas II, p 301)

afirmava JOAQUIM NABUCO. Porém, o dualismo a que ele se refere como sendo mais importante e significativo é o existente entre o velho e o novo mundo. Mesmo sendo este uma solidão, em face da inexistência de história e cultura, é nele que o americanista via realizada uma hipótese da renovação da humanidade, através do ideal de paz entre as nações, de cooperação continental, de autonomia social e libertação individual.

Na América Latina a liberdade era tornada licenciabilidade, fazendo-a carente da outra parte da moeda, a ordem, a disciplina. Esta era indispensável para que as sociedades latino-americanas pudessem ser livres: "Bem sei que ordem vem antes de liberdade e que não se pode ter a esta sem que primeiro aquela esteja garantida."²⁰² O governo é o único meio de defesa da sociedade".²⁰³ Sobrava aos latino-americanos energia para lutar, mas lhes faltava a mínima organicidade, unidade fundada num auto-governo, para empreender um governo estável e democrático. O conjunto dos meios eram ineficientes para chegar ao binômio ordem-liberdade. Faltava algo importante, a sociedade, as organizações. Por isso o governo se constituía como fortaleza e aqueles Estados que tentavam uma revolta, que não foram muitas na América Latina, experimentavam o revigoramento daquele e nunca o desenvolvimento daquela.

²⁰² (NABUCO, Pensamentos soltos, p. 439)

²⁰³ (NABUCO, Joaquim. Balmaceda. São Paulo : Instituto Progresso Ed., 1949, (Obras Completas: II), p. 119)

Internamente, a tarefa seria resolver o problema imediato que desencadeia a desordem, desenvolvendo-se a "virtude da tolerância", juntamente com o benefício e o apaziguamento. Aquela virtude, aliás, é própria do seu entendimento do que deva ser a verdadeira política, fundada sobre o interesse humano, emancipatório. No âmbito internacional, caberia criar o ambiente propício para a concórdia e colaboração mútua entre os países hispânicos, Brasil e Estados Unidos. Aqui, ainda mais necessária se faz a tolerância de todas as opiniões.

Mas, a política alternativa latino-americana de aproximação internacional se deu no âmbito do panamericanismo que, no meu entender, infelizmente, procurou eliminar os Estados Unidos e o Brasil. Em diversos momentos da história internacional desse continente, estes dois países foram marginalizados, não sendo convidados para congressos e encontros organizados pelas nações hispânicas.

Não podia haver ambiente fértil para o desenvolvimento de tal americanismo latino, desse panlatinismo. O isolamento da Argentina²⁰⁴ e a discriminação dos dois maiores Estados do continente determinou o premeditado fracasso. Além de quebrar a unidade mínima entre os hispânicos, a

²⁰⁴ A posição da Argentina era de oposição a qualquer entendimento panamericano que envolvesse a retirada da Europa nos seus negócios. Por isso recusa-se a efetivar uma aliança com o Chile, bem como ataca veementemente o Congresso Americano de Lima, em 1864. Em todos os casos, para OLIVEIRA LIMA, a atitude da Argentina era a que mais condizia para a América Latina, pois decorria de uma "clara percepção do futuro político e uma notável consciência do próprio valor." (OLIVEIRA LIMA em seu "Panamericanismo" citado em COSTA. Joaquim Nabuco, p 48)

firme contraposição argentina viria a realizar uma aproximação com o Brasil, no período da guerra do Paraguai, donde surge o tratado da Tríplice Aliança, em maio de 1865.²⁰⁵ As intrigas intestinas na América latina eram determinantes na dificuldade de um entendimento geral. Havia um permanente estado de guerra entre vizinhos, que pouco permitia que JOAQUIM NABUCO pensasse num futuro promissor tomando-se como o ponto de partida apenas o sul do continente. A posição mais sábia nestas circunstâncias não poderia ser outra que a de imparcial juiz que apela não em favor da guerra, mas da mais esperançosa união.²⁰⁶

A cooperação Brasil-Argentina foi efêmera, como também foi o ideal panlatino. Quanto a Argentina, mesmo tendo no Brasil o maior aliado contra o Paraguai, não foi capaz de superar sua desconfiança ao menor gesto brasileiro de aliança com o Chile, mesmo considerando-se a urgente reconstrução do após guerra.²⁰⁷ Se havia o medo com relação à aproximação Brasil-Chile, havia a inveja e desconfiança em relação ao Brasil-Estados Unidos.²⁰⁸

²⁰⁵ Em 25 de dezembro de 1850 é acordado o Tratado entre Uruguai e Paraguai que determinava a pronta intervenção dos paraguaios em defesa dos orientais em caso de qualquer ameaça à soberania uruguiaia.

²⁰⁶ "Se eu tivesse que me pronunciar entre o Chile e a Argentina pronunciar-me-ia contra o agressor, qualquer que fosse o motivo, contra o que preferisse a guerra ao arbitramento. (...) se quer que lhe diga todo o meu pensamento, o que eu desejaria ver era uma aliança pacífica ou tratado de arbitramento perpétuo entre o Chile, a República Argentina e o Brasil, que afastasse a possibilidade de um rompimento entre qualquer delas." (citado em LEÃO. Nabuco, p 40)

²⁰⁷ A "questão argentina" decorreu da celebração dos tratados de paz logo após o término da Guerra do Paraguai; quase descambou num conflito armado.

²⁰⁸ Neste sentido, JOAQUIM NABUCO estando embaixador em WASHINGTON depara-se com a propaganda argentina que visava a auto-promoção e o apoio daquele Estado contra o Brasil. Em 1908 a questão Zeballos, briga dos ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Argentina, cria entre os dois países em clima de guerra que ocupa as Forças Armadas e preocupa a população. Principalmente os

O imperialismo norte-americano tinha duas principais vertentes de atuação. Uma de conquista territorial, outra comercial. O imperialismo territorial americano deu-se no âmbito de sua política externa apenas para a América Central. Não estava mais em jogo a política da conquista, mas a política do comércio.²⁰⁹

O fato era que as relações econômicas intra americanas era fraca, sendo a Europa o grande controlador do mercado latino-americano.²¹⁰ Havia a necessidade, por parte dos Estados Unidos, de fazer intercâmbios externos, já que sua economia interna não permitia mais um auto-sustentamento. A América Latina era o "topos" ideal para tal. Todavia, duas grandes dificuldades se antepunham: a presença européia e o medo sul americano. Para os dois casos havia uma única resposta, que passava a ser dada pela dita nova Doutrina Monroe, que em última análise preveniria o medo de uma situação belicosa generalizada, norte-norte, norte-sul. BLAINE,

líderes operários, advertidos pelos líderes anarquistas sobre o horror da guerra para o povo e sua lucratividade para os ricos. A partir do Tratado Bocaiuva, inaugura-se uma fase de cordialidade com o Brasil. Assinam um tratado de arbitramento geral em setembro de 1905, superando-se a questão da criação das embaixadas Brasil-Estados Unidos e do decreto de 1905, que favorecia a farinha americana por uma redução de 20 % da tarifa alfandegária, desfavorecendo, assim, a Argentina, cujo principal mercado era o Brasil.

²⁰⁹ Esta política vinha a baila devido a conjunturas internas e externas dos Estados Unidos. Internamente, a partir de 1890 os Estados Unidos não têm mais como expandir-se, pois termina o período de reconstrução que se seguiu a guerra da secessão. Externamente, a nova reorganização econômica exigia uma forte procura de novos mercados em outros países e que exigia a conquista de territórios. Os Estados Unidos através da Doutrina MONROE garantia esses mercados na América Latina sem precisar conquistá-la.

²¹⁰ Em 1810 é assinado um Tratado comercial entre Brasil e Inglaterra, assumindo esta uma posição privilegiada no comércio exterior brasileiro, fruto do embate entre velhos e novos interesses, estes mais ligados ao centro dinâmico da vida econômica do mundo, aos impulsos da revolução industrial inglesa. Em 1910 o comércio entre os Estados Unidos e a América Latina era o seguinte: exportação dos Estados Unidos, 111 milhões de dólares; importação 192 milhões; Inglaterra, 244 e 238; a Alemanha, 142 e 166; a França, 70 e 93 milhões de ds. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 179)

secretário de Estado norte-americano, sabia destes problemas e nesta direção encaminhou sua política externa. Não havia sintomas para desconfiar de Washington, dizia ele, procurando defender um programa²¹¹ que demonstrasse esta boa vontade, principalmente comercial. Nesse ambiente realizou-se a conferência de Washington cujo principal resultado foi a criação do "Bureau Comercial das Repúblicas Americanas".²¹² Dessa forma, o novo imperialismo gerava o novo panamericanismo de origem nas necessidades econômicas dos Estados Unidos, sob o comando de BLAINE.

Dominando economicamente a América do Sul e territorialmente (proteção e fiscalização) a América Central, os Estados Unidos garantiam sua supremacia político-econômica no continente, afastando a Europa e garantindo, assim, um mínimo de segurança para os seus negócios. Dessa forma, o econômico como subsistema do Sistema Político Internacional parecia determinar a situação e as diversas decisões em torno da política de aproximação panamericana, ao ponto de haver a identificação desta com a política econômica norte-americana.

²¹¹ Era proposto pelos Estados Unidos e envolvia os seguintes pontos: união alfandegária; estabelecimento de comunicações frequentes; nomenclatura, classificação, faturas consulares, disposições sanitárias uniformes; sistema uniforme de pesos e medidas; proteção das patentes e privilégios comerciais; moeda comum de prata. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 181)

²¹² Mantinha-se sob o controle daquele secretariado e era encarregado de reunir e distribuir informações relativas ao comércio, aos produtos, às legislações, às tarifas dos países americanos. Teve seus poderes aumentados em 1894 e foi reformado na segunda conferência panamericana de 1901. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 182)

Este caráter comercial do panamericanismo foi bem notado por JOAQUIM NABUCO, logo ao chegar aos Estados Unidos. Sabia também que este desejo de domínio comercial tinha que passar pela organização ético-política de um espaço e tempo de paz propício àqueles objetivos. Soa ingenuidade falar simplesmente em intervenção norte-americana por motivos humanitários ou morais. Fica claro, todavia, que para realizar-se o fim último, econômico,²¹³ foi preciso usar-se de meios que impescindiam de uma vontade ou e de um discurso político de justificação, como o foi a Doutrina MONROE. Esta, além de legitimar ações de proteção conjunta em face do necessário avanço do intercâmbio econômico americano, justificou intervenções na América Central, consideradas por JOAQUIM NABUCO decorrentes de uma visão estreita do panamericanismo.

Isso significa, como dizia ROOSEVELT, que os Estados Unidos não intervém de qualquer maneira; depende da forma como se comportam e se conduzem os Estados, "decentemente ou não". Somente estão sujeitos à ação disciplinadora dos Estados Unidos os centros de anarquia e de ofensas à civilização.²¹⁴ Sua carta magna é a Doutrina

²¹³ Em nome da paz econômica, inúmeras intervenções foram feitas: a guerra russo-japonesa; a guerra contra os espanhóis em Cuba, instalando-se lá um protetorado; a sucessão do Panamá, da Colômbia. Nestes dois últimos casos, os Estados Unidos propôs um tratado à Colômbia, por ela não aceito. ROOSEVELT, então, fomentou uma revolta separatista, reconhecendo-a prematuramente e impedindo pelas armas a reação colombiana, adquirindo assim a soberania sobre a zona do canal, agora dita panamenha. (COSTA. Joaquim Nabuco, p 188)

²¹⁴ Este discurso representava um pedido de desculpas, pois ROOSEVELT depois de muito intervir na América Central, procura justificar-se tentando desfazer a má impressão causadas aos Sul Americanos.

MONROE, um pouco modificada. A intervenção nos negócios de seus vizinhos só se daria em último recurso, "beneficamente", sem finalidade de agressão territorial. Os Estados Unidos não podiam permitir, numa situação instável (internacionalmente), que em seus Estados vizinhos reinasse a desordem (internamente) e o calote fosse instrumento comum em suas relações externas. Isso, porém, na opinião de JOAQUIM NABUCO, não era em sua essência a Doutrina MONROE, mas a sua instrumentalização. Ele não concordava com as ações intervencionistas do governo ROOSEVELT, que representaram um "monroismo estreito". O seu era mais largo e voltado para o futuro das nações envolvidas.²¹⁵ Não se extrai daí que o corolário ROOSEVELT, preocupado quase que exclusivamente com os países anárquicos da América Central, deu uma nova forma à política americana; apenas tornou-se mais forte e intervencionista, haja visto seu interesse econômico de estabilidade universal, sob a base dos seus valores culturais. A Doutrina MONROE permaneceu como pano de fundo, distorcida quando instrumentalizada para resolver os problemas da América Central.

Os países do sul, ao contrário, eram considerados, com base naqueles princípios americanistas, civilizados e com exceção de uma ou outra ação intervencionista sem grandes repercussões, não se sentiam diretamente atingidos. O Brasil, por exemplo, em face da sua condição política de es-

²¹⁵ (NABUCO, Cartas II, p 238)

tabilidade e sua posição geográfica, mantinha-se relativamente imunizado contra ações diretas dos Estados Unidos.²¹⁶ Querendo ou não intervir aqui, por duas vezes negaram-se a isso, mesmo sendo-lhes feito o pedido brasileiro, de ajuda na "pacificação" do Paraguai.²¹⁷ Há o caso da Venezuela, onde apenas serviu de árbitro do cumprimento da Doutrina MONROE, quando dos interesses alemães.²¹⁸ Este fato demonstra o quanto era considerada a Doutrina Monroe pelos europeus, leia-se Alemanha e Inglaterra.

Toda economia brasileira do final do século XIX se apoiava na exportação de café e borracha sendo os Estados Unidos o principal mercado de venda, determinando um desequilíbrio enorme da balança comercial entre os dois, os primeiros, importadores, o segundo, exportador. No início da República, a elite cafeicultora não somente se beneficiava com a política emissionista do governo, como também com suas práticas deflacionárias: o Brasil mantinha uma política protecionista, que garantia um lucro imenso, em face do monopólio da produção de café e o controle artificial de preços, e

²¹⁶ O caso do Acre foi deveras considerado como uma tática expansionista dos americanos por estas bandas. Primeiro, o "Bolivian Syndicate" era financiado pelo primo de ROOSEVELT e segundo, ocorre a visita inesperada do navio de guerra norte-americano "Wilmington" ao Amazonas. As suspeitas são grandes.

²¹⁷ RIO BRANCO pede a HAY, secretário de Estado, que enviasse dois navios de guerra àquele país para impedir ataques aos navios mercantes e que nomeasse um ministro em Assunção, para lá residir permanentemente. (COSTA, Joaquim Nabuco, p 200)

²¹⁸ Os alemães davam garantias aos Estados Unidos de que o bloqueio dos portos Venezuelanos não tinham em vista ambições territoriais, mas objetivavam apenas o cumprimento de obrigações internacionais.

um baixo preço para as mercadorias americanas aqui dentro.²¹⁹ Era importante manter altos os preços, pois interessava tanto aos latifundiários como ao Estado. Neste contexto protecionista patrocinado pelo Estado brasileiro é que JOAQUIM NABUCO se posiciona contrário a qualquer maquinação econômica que visasse a valorização artificial de mercadorias. Ademais, esta atitude desencadearia uma reação dos Estados Unidos que poderia ser interpretada pelo Brasil como uma retaliação política. Em sua opinião qualquer reação dos Estados Unidos nestas circunstâncias não poderia ser assim caracterizada: "amigos amigos, negócios à parte".²²⁰

A Alemanha, mais que a Inglaterra, representava maior perigo para a Doutrina MONROE, haja visto os fortes núcleos de imigrantes que se instalavam no continente Sul Americano, principalmente no Brasil. Eram os pangermanistas os maiores defensores de anexações ao território alemão desses núcleos, tendo em vista razões comerciais; (eram muito desenvolvidos) e razões políticas (manutenção da unidade do povo alemão). Porém, este era um pensamento extremado e os Estados Unidos o sabiam, tanto que ROOSEVELT considerava a Alemanha uma das principais parceiras no desenvolvimento mundial.²²¹

²¹⁹ A exceção era a farinha americana que em 1900 é objeto de um acordo que lhe dá preferência de 40%. Em 1905 o congresso brasileiro não o prorroga, sendo em dezembro fruto de negociação que lhe garante a preferência de 20%.

²²⁰ (NABUCO, Cartas II, p 231)

²²¹ "A Alemanha, a Inglaterra e os Estados Unidos são as três grandes nações do futuro. A cooperação desses três povos não deve ter limites" (COSTA, Joaquim Nabuco, p 229)

Neste contexto, um ato policial alemão no Brasil, em face de um imigrante que não havia cumprido o serviço militar naquele país²²² fez com que imediatamente JOAQUIM NABUCO fosse informado para tornar ciente o governo norte-americano do fato, tentando-se, assim, fazer com que a Alemanha neutralizasse o seu ato arbitrário ou, de outra forma, legitimar uma reação forte do Brasil. Além de informar aquele governo, JOAQUIM NABUCO publica no "Chicago Tribune" uma nota mostrando o quão gratuita e desastrosa para a imigração alemã no Brasil, até então fundada na recíproca amizade e confiança, foi a ofensa que os marinheiros fizeram. Isto demonstra que para JOAQUIM NABUCO a opinião pública norte-americana era importante para a consolidação da Doutrina Monroe e das boas relações no continente americano. Esta não podia ser diferente defendendo o direito do Brasil em detrimento da Alemanha,²²³ bem como a opinião do governo dos Estados Unidos.²²⁴

²²² A canhoneira alemã "Panther" atracou em Itajaí no mês de novembro do ano de 1905 e seu comandante obriga a um dono de hotel a entregar-lhe o jovem alemão, levando-o preso para bordo. Esse fato adensou a crença dos propósitos de expansão do Imperador GUILHERME II.

²²³ Havia outra parte claramente oposta ao Brasil, tendo-se em vista as intrigas causadas pela Argentina.

²²⁴ O secretário de Estado norte-americano naquela data era ELIHE ROOT. Foi colaborador próximo da política panamericana de JOAQUIM NABUCO. Este fez com que atos como o "Plat Amendement" de 2 de março de 1901, fosse esquecido quando se buscasse tomar a totalidade dos feitos daquele secretário. Mesmo sendo o verdadeiro autor daquela restrição grave à soberania da jovem república de Cuba, limitando sua capacidade financeira, exigindo a instalação de bases dos Estados Unidos que poderia intervir livremente para lá manter a ordem, Mr. ROOT é lembrado não tanto como o formulador da política americana para a América Central ou a política do canal do Panamá, mas como o grande americanista, que fez o máximo para aproximar comercialmente e politicamente os Estados Unidos com a América Latina, o que empreendeu uma política de complementaridade que poderia ser assim expresso: "nós produzimos o que eles precisam e eles produzem o que nós precisamos". De maneira geral suas contribuições para a civilização foram: a substituição da guerra pela discussão e arbitramento; a tolerância religiosa; o sufrágio popular; as raças devem estar em pé de igualdade em busca da liberdade; e o bem-estar material para toda a população. No caso em foco, Mr. ROOT conferencia com o embaixador da Alemanha garantindo a JOAQUIM NABUCO que o incidente será resolvido satisfatoriamente.

Houve, é claro, distorções, tais como aquela que afirmava o pedido de ajuda bélica do Brasil aos Estados Unidos. Porém, no entender de JOAQUIM NABUCO houve apenas uma simples troca de informações, a informação mais exata sobre o incidente. Ademais, era perfeitamente aceitável no contexto da Doutrina MONROE, sem contar que era procedimento comum nas relações internacionais, requerer-se apoio moral e até bélico aos Estados amigos. JOAQUIM NABUCO via na indignação que decorreu deste pedido algo que prenunciava uma tática contra a política pró-americanista, o que era preocupante.²²⁵

Um dos momentos mais importantes na história do americanismo patrocinado por JOAQUIM NABUCO foi a conferência panamericana realizada no Brasil. Para sediar esse III Congresso (1906), havia o Brasil como forte candidato. A Argentina e a Venezuela desejavam também obter essa distinção. Em face da proposta do representante da Costa Rica, JUAN BAUTISTA CALVO, que defendia o direito do Brasil de sediá-la, depois dos Estados Unidos e do México, e do apoio do Chile, através de WALKER MARTINEZ, amigo de JOAQUIM NABUCO, o Brasil é escolhido,²²⁷ não sem a não aceitação do ministro da Argentina e a recusa da Venezuela de lá comparecer.²²⁸

²²⁵ (NABUCO, Cartas II, p 236)

²²⁶ (NABUCO, Cartas II, p 232)

²²⁷ A 6 de dezembro de 1905 reuniu-se o "Bureau da Repúblicas americanas", sendo designado o Rio de Janeiro para sede da III Conferência panamericana e onde ROOT manifesta seu desejo de ir ao Brasil. Vale dizer que não houve nenhuma pressão da parte do Brasil para que assim ele se pronunciasse. O Brasil foi estranho à indicação.

²²⁸ Em 29 de novembro de 1905 a Argentina enfim acata a decisão, depois de muito reclamar da influência norte-americano na escolha. "A América do Sul é para os americanos do sul" dizia

JOAQUIM NABUCO queria estar presente à Conferência, e de preferência sem ser delegado: um "mediador plástico"²²⁹ entre aquele representante e o governo brasileiro. Mesmo contando com acidentes de percurso,²³⁰ um passo importante havia sido dado, graças à percepção desses dois homens que notaram o espaço propício para a união panamericana, graças ao interesse comercial e político²³¹ dos Estados Unidos.

A comissão de elaboração do programa da Conferência tinha como vice-presidente JOAQUIM NABUCO, que influenciou decididamente sobre a solução dada aos problemas que este se deparou. Ademais, o programa em si já tinha sido elaborado pelo "Bureau", cabia apenas discuti-lo e então aderir ou não a ele. Dele dependia o difícil equilíbrio internacional entre Brasil, Estados Unidos e países hispânicos. JOAQUIM NABUCO concordava com RIO BRANCO que era necessário criar bases de decisão proporcionais ao grau de poder de cada Estado que, conseqüentemente, criariam uma conjuntura de blocos, de um lado as grandes potências (Estados

a imprensa argentina. Da mesma forma os Venezuelanos, em face do não convite ao almoço oferecido pelo Chile ao Mr. ROOT, onde saiu o nome do Brasil para sediar a Conferência. JOAQUIM NABUCO, neste episódio procurou mostrar que o Brasil nada fez para provocar aquela atitude. O não convite decorreu apenas do "desejo de serem agradáveis ao Brasil". (NABUCO, Cartas II, p 246)

²²⁹ Mr. ROOT desejava muito a presença do amigo e se isto não ocorresse, "até parecia muito estranho". (NABUCO, Cartas II, p 243)

²³⁰ A Rússia e a Holanda propuseram que a data da Conferência de Haia fosse para julho, coincidente com a da Panamericana. Fora os comentários desconfiados da OPINIÃO PÚBLICA dos Estados Unidos e do latino-americanos, que viam nesse ato uma manobra para evitar a realização da Conferência no Rio, o problema foi resolvido satisfatoriamente. Esta, se fosse adiada, perderia todo o prestígio, o que foi enfim preservado com a não aceitação daquela proposta.

²³¹ Interesse esse de desfazer a má impressão deixada pelos discursos de ROOSEVELT em torno do controle da América Central, especialmente, do controle financeiro sobre São Domingos.

Unidos, Brasil, México, Chile e Argentina) de outro, o restante das nações americanas.²³² Parecia no momento que somente desta forma seria possível preservar os interesses do Brasil e a unidade americana, as duas coisas naturalmente interligadas.

Um dos problemas que sem dúvida iria se pôr no Congresso era a questão do arbitramento. Em todos os momentos²³³ em que este foi objeto de discussão e tendo sido proclamado como o estatuto internacional de resolução dos problemas e contendas entre os Estados, o Brasil não comprometeu-se em nenhum deles, ao ponto de não ratificar as convenções elaboradas.²³⁴ Isto não significava que estava em desacordo com este princípio,²³⁵ mas procurava reservar-se um espaço maleável nas decisões das condições de realização do arbítrio, como por exemplo, na designação do juiz, cuja consequência prática era não admitir um tribunal arbitral, com lista permanente de juizes nomeados pelos governos participantes. "É evidente que um árbitro que convenha hoje pode não convir poucos anos depois". O jeito então é "prender-nos o menos possível por compromissos", haja visto as questões

²³² (NABUCO, Cartas II, p 267)

²³³ Tanto na primeira conferência panamericana nos Estados Unidos (1889) como na segunda, no México (1901).

²³⁴ Essas convenções em geral se fundavam nos princípios que obrigavam o uso da arbitragem, o que exigia um Tribunal arbitral (de preferência americano), nas controvérsias não resolvidas por meios diplomáticos e que não afetassem a independência nem a honra nacional, tais como os privilégios diplomáticos, limites, direito de navegação, validade, interpretação e execução de tratados. Enfim, o ordenamento internacional americano passa pela extinção do direito de conquista. (COSTA, Joaquim Nabuco, p 268)

²³⁵ O princípio de arbitramento constava na Constituição de 1891 em seu art. 34, parágrafo 11, bem como valeu-se praticamente desta prática em vários momentos de sua política internacional, seja como árbitro, seja como parte contenciosa.

territoriais e fluviais pendentes, principalmente com o Peru e a Colômbia.²³⁶

JOAQUIM NABUCO concordava apenas parcialmente com este raciocínio. Não admitia a submissão a um tribunal europeu, mas entendia ser coerente constituir-se um tribunal arbitral para as questões que envolvessem os Estados americanos que fosse constituído apenas por eles. O pressuposto disto está em que as questões americanas muito bem poderiam ser resolvidas pelos mesmos. Enfim, a submissão a um tribunal constituído também por europeus contrariaria a Doutrina MONROE. Porém, JOAQUIM NABUCO sabia da dificuldade em aprovar essas idéias, pois a maioria dos latino-americanos era mais européia do que continentalista, sem contar o receio de que neste tribunal estaria atuando os Estados Unidos. A política brasileira era a de não se submeter a essa regra. Em face da proposta argentina e peruana,²³⁷ encaminhada pelo México, de adoção do arbitramento obrigatório, o Brasil inicialmente não se posicionou nem contra nem a favor, para não criar desde cedo um ambiente de animosidade. Mas posteriormente, junto com o Chile, Costa Rica e Cuba, decidiu não votar o projeto, propondo duas resoluções que em linhas gerais afirmava o princípio de arbitramento bem como recomen-

²³⁶ (Despacho de RIO BRANCO a JOAQUIM NABUCO citado em COSTA. Joaquim Nabuco, p 271)

²³⁷ O Peru tinha pretensões em relação aos territórios de Acna e de Arica, que foram postos por dez anos sob a administração do Chile, que por sua vez defendia o direito do Estado que tivesse com a posse do território. Por sua vez, a posição argentina foi considerada discrepante, da mesma forma a do México, que se moveu por pressão ou receio, mesmo que tenha se manifestado contra o projeto no relatório de seu embaixador CASASUS.

dava a extensão do período de vigência do tratado de arbitragem já celebrado no Congresso de 1901.

Quando da apresentação da Doutrina de Drago²³⁸ como um dos pontos a ser discutido na Conferência do Rio de Janeiro, JOAQUIM NABUCO se posicionou contra, mesmo que menos fortemente do que na questão do arbitramento, haja visto que o encaminhamento de sua discussão oficial "dará à Conferência a reputação de uma reunião de falidos em perspectiva invocando contra os credores a Doutrina MONROE".²³⁹ Observava ele ainda que os maiores defensores desta doutrina eram exatamente os que se opunham a uma verdadeira política panamericana, ou seja, que envolvesse o continente como um todo, sem discriminações. Em face dessas premissas, JOAQUIM NABUCO achou não dever figurar no programa a Doutrina Drago, o que, entretanto, não impedia de ser discutida na conferência. Dessa forma, ficava preservado o crédito da Conferência panamericana, que deveria estar acima de questões de solvabilidade e idoneidade dos devedores americanos.²⁴⁰

²³⁸ Drago era ministro do exterior da Argentina e que foi implementada quando dos bloqueios dos portos venezuelanos e do bombardeio de La Guayra, Puerto Cabello e Maracaibo pela marinha alemã. A Argentina propôs e o embaixador do México incluiu no projeto de programa da III Conferência a adoção da Doutrina de Drago, que não admitia intervenções européias em território americano devido ao não pagamento de dívidas para com elas.

²³⁹ (NABUCO, Cartas II, p 251)

²⁴⁰ Ficava decidido, com a ajuda do secretário americano, que de início engrossava a idéia argentina, e que agora estava ao lado do Brasil, após a explicação e pedido de JOAQUIM NABUCO, a recomendação "à segunda Conferência de paz em Haia que considere até aonde é admissível o emprego da força para a cobrança das dívidas públicas". Aquela Conferência vem a se realizar em 1907, tendo RUI BARBOSA como representante brasileiro, onde defende com brilho e competência exemplar a igualdade soberana de todas as nações. (COSTA, Joaquim Nabuco, p 286)

A liberdade de navegação dos rios foi outra questão difícil de ser resolvida em torno de um ponto de vista comum de todos os Estados americanos. A livre navegação internacional e a soberania dos Estados ribeirinhos constituíam o princípio geral, mas que na prática assumia interpretações divergentes, em face dos interesses conjunturais em que as decisões eram tomadas.²⁴¹ Ora o Brasil, por intermédio de JOAQUIM NABUCO e RIO BRANCO defendia esse princípio de forma temperada; ou seja, que permitisse ao ribeirinho inferior adotar convencionalmente a franquia do rio. Determinava-se, assim, o princípio da existência do direito de navegação a partir somente daquele ato jurídico. Desta forma, ficava garantida a soberania daquele Estado, e, no caso do Brasil, a sua soberania de decidir para melhor defender seus territórios ribeirinhos e pouco povoados. Isso quer dizer que ao defender a idéia do necessário contrato para tornar livre a navegação fluvial, JOAQUIM NABUCO tinha antes de tudo a clareza de que neste caso as razões de segurança²⁴² estavam acima da fraternidade continental, sem contudo eliminá-la, pois poderia ser exercitada vantajosamente nos concertos que poderiam realizar os Estados interessa-

²⁴¹ Neste sentido, na época da elaboração do programa, os Estados Unidos e a Colômbia, (Seus interesses iam de encontro aos da Venezuela.) esta e o Peru, que tinham interesse na navegação livre até o mar do rio Amazonas, defendiam aquele princípio irrestritamente, ou seja, o Estado por onde os rios chegavam ao mar, isto é, os ribeirinhos inferiores, não podiam deixar de acatar aquele princípio, seja qual fosse o momento.

²⁴² Quanto ao Amazonas, quando da sentença de Roma, também a Inglaterra tinha interesse na questão da navegabilidade dos afluentes, "o que era estender muito a área de influência inglesa na Guiana e isso é contrário de alguma forma ao monroísmo." (NABUCO, Cartas II, p 240)

dos.²⁴³ Segundo JOAQUIM NABUCO, com a não inclusão desse assunto no programa, parecia que as arestas que podiam criar uma situação difícil para o Brasil em relação aos seus interesses e em relação à visita do secretário e para um consenso em torno do mínimo de questões que desencadeariam oposições, foram arredadas.²⁴⁴

Dessa forma, tendo-se delineado quais os assuntos e como deveriam ser discutidos no III Congresso Panamericano, ficou preservada a regra, que JOAQUIM NABUCO tomava por fundamental, de não se permitir que a comissão encaminhasse qualquer assunto que repugnasse a uma ou mais nações americanas. Outra era a de se ter sempre em vista a implementação da Doutrina Monroe como o instrumento de integração entre nações e que evitasse fosse ela atingida frontalmente. Enfim, era preciso tornar-se coletivo aquilo que fosse unanimamente aceito.

Conseqüentemente, JOAQUIM NABUCO entendia que à base do programa aprovado e com o exemplo da cooperação harmoniosa entre as delegações brasileira e americanas, a Conferência seria um sucesso, mesmo levando em conta a posição sempre arredia da Argentina.²⁴⁵ Contudo, mantinha uma

²⁴³ Dessa forma, mais uma vez tendo JOAQUIM NABUCO antevisto as divisões que iriam ocorrer em face deste assunto, fez ele com que Mr. ROOT mudasse a posição dos Estados Unidos que era a favor da inclusão daquele tema no programa, o que efetiva e diplomaticamente não ocorreu.

²⁴⁴ Para isso, JOAQUIM NABUCO contou com a amizade e boa vontade de Mr. ROOT e o bom senso de alguns representantes hispano-americanos, como acima referido, tratava-se de WALKER MARTINEZ do Chile e J B CALVO da Costa Rica.

²⁴⁵ A Argentina sempre procurava se por adiante do Brasil perante os Estados Unidos e ao mesmo tempo expressava uma contrariedade paradoxal quanto aos Estados Unidos. Por isso sempre foi abertamente contra a Doutrina MONROE, avessa à Conferência do Rio de Janeiro. Sua imprensa, procurava

posição realista, pois sabia que não ocorreria nada de estrondoso e de que "todo progresso para o reino completo da justiça e da paz entre as nações realiza-se por um esforço longo e paciente, por muitas etapas sucessivas".²⁴⁶ E realmente, as suas prescrições quanto à aproximação com os Estados Unidos e a união panamericana tiveram uma função conjuntural de defesa deste continente, o que poderia ter sido muito diferente se a situação econômica internacional não estivesse tão perigosa a ponto da guerra, em poucos anos, ser a única solução encontrada para resolvê-la provisoriamente. Dessa forma, verificou-se a instalação não de uma união cooperativa que amenizasse a relação entre dominantes e dominados, interna e externamente, mas de uma complexa teia de controle internacional que não permitia exatamente aquilo que JOAQUIM NABUCO almejava para todos os países latino-americanos: o seu desenvolvimento auto-sustentado. A posição de JOAQUIM NABUCO, tendo em vista o seu tempo e a sua trajetória política, não poderia ter sido outra.

disseminar a idéia de que a maioria dos Estados hispânicos não iria comparecer, como por exemplo, a Colômbia, o Peru, o Uruguai, a Bolívia e é claro, ela mesma.

²⁴⁶ (citação em COSTA, Joaquim Nabuco, p 301)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A verdade é que, entre as molas do meu mecanismo, nenhuma teve a elasticidade e a força da que eu chamaria a mola estética. O meu juízo estético foi, em todas as épocas, ainda o é hoje, imperfeito, instintivo, oscilante, como uma agulha que girasse por todo o mostrador: para seguir algumas das suas indicações, faltou-me a resolução, a força de caráter, a coragem e o espírito de sacrifício precisos; mas, em compensação, posso dizer que, através da vida, aspirei ao Absoluto, (...) ²⁴⁷

O liame que perpassa este trabalho e que, portanto, justifica a tentativa de desenhar uma unidade entre as suas segunda e terceira partes, é o meu entendimento sobre a passagem do abolicionismo para o americanismo realizada por JOAQUIM NABUCO: o americanismo é um processo de ruptura na medida em que olha de forma distinta a construção social, porém representa a continuidade do processo anterior de luta por um ideal emancipatório. Isto quer dizer que as duas fases por que passa JOAQUIM NABUCO não se interligam umbilicalmente, mas a última pressupõe a primeira. É por isso que o então político desiludido dá lugar ao diplomata esperançoso. Sua tarefa em solo nacional foi cumprida ao nível dos objetivos imediatos, mas infrutífera quanto à grande missão de construção nacional. Este novo espaço que se abria representava uma nova oportunidade, que o escritor de "Minha formação" jamais perderia. Mesmo que toda a sua concepção de

²⁴⁷. (NABUCO. Minha formação, p 70)

mundo, moral e politicamente lhe indicasse como ideal a cultura e espírito europeus, JOAQUIM NABUCO não hesitou em guardar fidelidade ao Brasil no momento histórico em que este deveria estar ao lado de seus vizinhos americanos e não da Europa. Ademais, ela sempre foi o seu referencial. Seu interesse pela unidade americana iniciando-se no fim do século passado foi marginal até então. A sua opção pelos Estados Unidos era uma adesão condicional, onde o processo de aproximação internacional devia ocorrer sem rupturas traumáticas com a Europa.

É envolto neste entendimento que JOAQUIM NABUCO escreve com entusiasmo sobre sua adesão incondicional ao panamericanismo, de união americana sob hegemonia norte-americana. Note-se que sua opção pelas virtudes americanas se dá no âmago de uma mudança hegemônica no mundo que embaralhava as relações internacionais, cujo entendimento teórico era de difícil articulação por JOAQUIM NABUCO. Entendo que, o avanço do imperialismo para o estágio de capitalismo monopolista, faz com que o autor, em suas intenções e objetivos generosos tais como soberania nacional, paz, amizade entre as nações, não tivesse como absorver os acontecimentos no âmbito de uma teoria fechada e sistêmica. Todavia, em sua aparente subserviência, ele põe às claras o seu conservador interesse em aproximar o Brasil daquele Estado que parecia ser o que mais próximo estava resolvendo o problema do bem-estar material, e conseqüentemente, do político. No seu

intento de encontrar um fim grandioso e útil para sua vida e para a Nação brasileira, JOAQUIM NABUCO reconcilia-se, portanto, com a República, mas não com seu anterior liberalismo.

Reconhecia ele a necessidade de aproximação do Brasil com os Estados Unidos e com os países latino-americanos, condição necessária para edificar um continente rico e livre. O Brasil, como todos as demais Nações americanas, tentava se firmar como Estado. É por isso que ele assume o posto de embaixador nos Estados Unidos: por patriotismo e utilidade pública.

Nessa nova era, os Estados Unidos e o Brasil tinham lugar de responsabilidade. Em seu discurso de apresentação das credenciais, o escritor de "O direito do Brasil" fala claramente da importância das decisões de homens políticos que estejam no comando de uma grande Nação como os Estados Unidos, cujos caminhos passam a ser seguidos pelas demais civilizações; estabelecendo uma posição que lhe dá grande poder de influência moral, política e econômica. O Brasil, por outro lado, era grande entre os latinos e tinha a mesma tarefa bem como o mesmo destino: a produção da paz e da prosperidade americana.

Além dos preconceitos e medos que eram enormes na América, havia o sistema econômico internacional, que determinava muito mais fortemente os encaminhamentos políticos do

que a vontade de união e solidariedade. JOAQUIM NABUCO sabia que a tarefa apenas se iniciava, e que levaria muitos anos, de parte a parte. Dessa forma, se tudo transcorresse de acordo com aquele pensamento, o futuro deste continente, hoje seria outro, ou seja, seria um verdadeiro bloco de Estados desenvolvidos, iguais e soberanos.

O monarquismo de NABUCO partia da idéia de que a grande questão para a democracia brasileira era a escravidão, que de sistema agrícola e territorial tornou-se um regime social e estendeu o seu domínio por toda a parte. A consequência era a instituição da lei do mais forte, do trabalho visto como algo ruim e degradante. Do outro lado estava o patrimonialismo que valorizava a subserviência e o querer levar vantagem em tudo, não importando a coisa pública. O desaparecimento da dignidade do trabalho era causa e consequência dessa situação real da sociedade, da não existência de classes fortes, capazes de suportar e empreender o desenvolvimento social, baseado na conquista de espaços. Esse legado de NABUCO era dirigida ao futuro e chega aos nossos dias quase esquecida e pior, não realizada.

Porém, o momento atual da conjuntura nacional e internacional é marcado por uma reflexão permanente sobre a melhor forma de sociedade, ou seja, sobre quais seriam os valores mais relevantes que deveriam reger toda ação do homem no mundo, seja ela política, social e até econômica. Grandes transformações irreversíveis têm se dado neste final

de século, marcando profundamente o comportamento das assim chamadas elites, responsáveis pelo encaminhamento direto de toda a sociedade. No Brasil, entretanto, o ideal desejado por NABUCO ainda não se realizou, visto que a sociedade brasileira continua escrava de seu medo de exigir a mudança social e esta passa necessariamente por um processo de permanente reinvenção dos espaços democráticos. Como foi exposto, tinha ele um projeto de sociedade muito avançado para um Brasil de cultura escravocrata e onde o Estado era a única força organizada. Entendo, todavia, que tal projeto foi abortado, haja visto a forma como a abolição, tardia e inconsequente, se realizou. Também, as dificuldades de uma aproximação verdadeira com toda América eram incomensuráveis. A exemplo do que naquela época ocorria, entendo que o processo de maturação nacional e latino-americana ainda continua principiante.

Mesmo assim, NABUCO acreditou no americanismo até o final de sua vida. A seu favor posso dizer que a sua obra, seja no primeiro ou no segundo período, deve ser necessariamente contextualizada. Sendo assim, o seu americanismo tinha tudo de revolucionário para a época, no sentido de que mostrava um caminho verdadeiramente promissor e inovador para o Brasil e a América como um todo, pobres e dependentes da Europa. Contudo, se havia um limite radical no americanismo defendido intransigentemente pelo autor, ele se situava na sua incapacidade de suplantar os germens de interesse hege-

mônico que minavam as bases legítimas da Doutrina MONROE. Seria ingenuidade afirmar que "QUINCAS, o belo",²⁴⁸ estava errado em defender a aproximação com os Estados Unidos, em face do posterior imperialismo que se consolidou, pois tal predição estava acima das suas forças políticas e humanas. Da mesma forma, o limite de seu abolicionismo foi vinculá-lo à manutenção da Monarquia, o que minava muito da radicalidade democrática necessária para o encaminhamento de sua reforma.

Mas, sua herança foi maior que os seus erros. Do abolicionismo fica a sua lição quanto a valorização do homem que trabalha, do trabalho livre, do homem livre. Do americanismo, a solidariedade e tolerância internacionais. Não estava ele preocupado com os argumentos e reações conjunturais dos Estados. Queria ele antever uma política que realmente vislumbrasse o futuro como a meta de um porvir melhor: "A política exterior que se pode qualificar de permanente é aquela em que uma Nação procura construir, ao lado de outra, um destino comum."²⁴⁹ é este o sentido político do americanismo que NABUCO defendia, qual seja, a sua capacidade de unir nações em torno do ideal humanista de emancipação e que representava a continuidade de sua obra abolicionista.

Fica claro que a obra do eminente diplomata brasileiro ainda permanece viva e necessária para informar os

²⁴⁸ .Apelido que refletia o porte físico do aristocrata NABUCO.

²⁴⁹ .(NABUCO. Pensamentos soltos, p 467)

encaminhamentos que devem ser dados no Brasil e na América Latina, rumo a uma sociedade verdadeiramente democrática. Hodiernamente o que se vê são nações economicamente es-traçalhadas e politicamente fragilizadas, permeadas por uma situação social eternamente desigual e um comportamento marcado pelo clientelismo e intolerância. É imprescindível reavaliar e revalorizar os grandes momentos da história nacional, buscando-se reencontrar o elo perdido da revolução social, falada, defendida e difundida pela vida e obra do abolicionista e americanista JOAQUIM AURÉLIO NABUCO.

Há nessa obra um projeto político capaz de fundar historicamente a sociedade. Com base nele é possível hoje se repensar o papel da sociedade civil na edificação da cultura, tida como forma de organizar o pensamento e a ação de um povo, marcada até então pelo predomínio do econômico, em detrimento do social. Determinou-se mais como uma evolução econômica do que um processo de construção da democracia. Esta, todavia, exige o livre julgar e discutir, onde o indivíduo e a coletividade no seu cotidiano possam resolver seus conflitos de modo autônomo e fundado numa visão de mundo eticamente responsável, sem querer eliminar as diferenças, mas conviver com elas. A própria democracia é a constituição desta visão, que pressupõe a possibilidade de participação de todos os setores no espaço cultural; uma revolução cultural que permitiria uma igualdade social, base para um embate político estável e seguro, quando dos proces-

tos argumentativos, sem que se recaia novamente na necessidade de uma vanguarda intelectualizada que substitua a ação política das forças populares, novamente tuteladas. Estas teriam a tarefa fundamental de exigir uma nova aliança, política por excelência e interessada em manter todos os setores da sociedade civil soberanos e participantes e não em castrar as diferenças.

Somente com a garantia de que o povo é o legítimo proprietário do poder, ou seja, este não estaria ocupado por ninguém, é possível se quebrar a lógica perversa que marcou o liberalismo brasileiro, aquele que em última análise sobrepujou as idéias liberais de NABUCO e que de certa forma o marcou em seu conservadorismo monarquista. O JOAQUIM NABUCO abolicionista, porém, intuiu que a Monarquia já não poderia ocupar imponentemente o espaço do poder. Primeiro acreditou nela incondicionalmente, pois "o povo não existia", depois, acreditou que a transformação só poderia vir de fora dela. Mas como? Esta resposta foi podada pelas circunstâncias que envolveram a proclamação da República. Depois foi esquecida, ou melhor, superada. Mas, a máquina estatal e aqueles que ela representava destruiu o gérmen mesmo da democracia e impôs ao país, uma história feita pela minoridade política, paternalista e patrimonialista. No Brasil, o Estado era tudo. A herança monárquica passou para a República que nascia cambaleante e frágil. Esta passava a acreditar que era possível fazer as reformas sem revolucionar as relações de

trabalho, sem devolver ao homem negro e ao imigrante a dignidade de quem transforma o mundo e com ele se transforma. Era preciso acreditar que o homem brasileiro tinha o direito legítimo de ser cidadão.

Porém, o problema era complexo e a elite organizada e poderosa conseguia reproduzir-se, acumular poder e reformá-lo na medida de sua vontade. O controle sobre os movimentos da sociedade através da cooptação (em sua maioria) ou do uso irrestrito da força era de sua maior competência. Tudo em nome da democracia. Ao contrário, era preciso pôr a democracia como valor universal²⁵⁰ e destruir essa "fênix" dominadora, que ressurgia com maior força a cada movimento emancipatório da sociedade. O caminho era valorizar o trabalho e a diversidade das opiniões e culturas: o primeiro numa instância especialmente nacional (sem negar a função do Direito Internacional de primordialmente desenvolver essa discussão), e a segunda no âmbito particular das relações internacionais. Eis aqui os dois pontos de contato entre as duas fases expostas neste trabalho. O que enfim exerceria a função de amalgamá-las seria a educação, esta tão falada, mas pouco posta em prática desde as reformas que NABUCO gostaria ver realizadas. A educação política popular fundadora de uma igualdade social que pudesse confirmar a realidade jurídico-formal da igualdade perante a lei. O

²⁵⁰ Para aprofundar este tema ver: COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984 e LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites do totalitarismo. Tradução por Isabel Maria Loureiro. São Paulo : Brasiliense, 1983.

Direito como uma estrutura jurídica universal, aliás, poderia servir muito bem a esse empreendimento emancipatório. Entendo que, há muito é privilégio de uma minoria e há muito é um espetáculo utópico para uma maioria desassistida. O Direito, enfim, serviu apenas para deseducar, na medida em que faz desacreditar de uma estrutura superior e universal, pois não conseguiu dar uma resposta a altura à tarefa tão importante de educação moral do operário, do cidadão, do homem brasileiro. O trabalho não é visto como a medida por excelência da igualdade e liberdade humana, como não era na época da escravidão. Porém, a esperança parece ser uma virtude brasileira e um dia, quem sabe nós brasileiros seguiremos os ditos de JOAQUIM NABUCO que já dizia que era "preciso primeiro, educar-se para tolerar a diversidade na espécie humana."²⁵¹

JOAQUIM NABUCO, antes de cidadão brasileiro, foi um cidadão do mundo. Era mais um espectador do seu século que do seu país. Por isso, o universo era uma representação estética. Crenças, ideais políticos, moral, Direito, a própria vida, tudo lhe era condicionado pelo espírito artístico. A política era uma arte, conduzida pela moral e pelo Direito. Portanto, a sedução da criação artística tinha que ter um mínimo de engajamento, uma responsabilidade com a humanidade, com a emancipação da humanidade. Foi essa representação estética que o obrigou a permanecer monarquista,

²⁵¹. (NABUCO, Pensamentos soltos, p 470)

sem contudo ser contra o Brasil; que o abrigou da influência positivista ou evolucionista que marcava todas as reformas da época; que o fez buscar um novo ideal que valesse a pena ser perseguido e que mantivesse coerente a sua obra. Os vários momentos práticos de JOAQUIM NABUCO foram marcados pela sensibilidade, pelo apelo estético-político; eis o liame fundamental. Esse modo de pensar o mundo fez com que permanesse acima das contendas, dos problemas, dos partidos, do Estado. Esse vigor estético pode até ser (mal) compreendido como idealismo ingênuo (como o foi), mas antes de ingênuo, NABUCO teve muito claro as possibilidades de realização das suas falas e atos, apelando sempre para um mínimo de razoabilidade que o mantinha liberal, mas/e conservador. Tirando os seus erros de conclusão e de ação que não chegam a pôr em xeque a sua obra teórica, JOAQUIM NABUCO foi um idealista consciente, um político idealista consciente. Enfim, fez uma política estética que o manteve sempre à procura de um ideal. Este ideal passou pelo monarquismo e pelo abolicionismo, pelo americanismo e pela República.

BIBLIOGRAFIA

"Não há dúvida de que o trabalho livre é mais econômico, mais inteligente, mais útil à terra, benéfico ao distrito onde ela está encravada, mais próprio para gerar indústrias, civilizar o país e elevar o nível de todo o povo."^{ese}

JOAQUIM NABUCO

- ANDRADE, Olímpio de Sousa. *Nabuco e o panamericanismo*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1950, 157 p. (Brasiliiana: 270)
- *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2ª ed. São Paulo : Nacional, 1978, 122 p. (Brasiliiana:)
- ARANHA, Graça. *Machado de Assis e Joaquim Nabuco. Comentários e notas à correspondência entre estes dois escritores*. São Paulo : Monteiro Lobato, 1923, 269 p.
- ARANHA, José da Graça. *sociedade de cultura artística, conferências 1914-1915*. São Paulo : Levi, 1916, p. 201-232: A mocidade heróica de Joaquim Nabuco.
- ARAÚJO, Maria Carolina Nabuco de. *A vida de Joaquim Nabuco*. 4ª ed. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1958, 478 p.
- *Conferências sobre Nabuco*. Recife : S/E, 1936, 63 p.
- ARAÚJO, Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de. *A escravidão*. Recife : Massangana, 1988, 126 p.
- *Balmaceda*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: II)
- *Campanha abolicionista no Recife (1884)*. Recife : Massangana, 1988, 205 p. (Série Abolição: 8)
- *Campanhas de imprensa (1884-1887)*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: XII)
- *Cartas a amigos*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: XIII e XIV)
- *Circular aos eleitores do segundo distrito da corte*. Rio de Janeiro : 1884.

^{ese} (NABUCO, O abolicionismo, p 187)

- *Conferências e discursos abolicionistas*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949. (Obras Completas: VII)
- *Discursos e conferências nos Estados Unidos*. Tradução por Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro : Benjamim Aguilã.
- *Discursos parlamentares*. Introdução por Gilberto Freyre, Brasília : Câmara dos Deputados, Centro de documentação e informação, 1983, 525 p.
- *Discursos parlamentares*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: XI)
- *Escritos e discursos literários*. Rio de Janeiro : Garnier, S/D, 303 p.
- *Escritos literários*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: IX)
- *Frontières du Brésil et de la Guiana Anglaise*. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, s/d, 14 volumes.
- *La guerra del Paraguay. Organizado por Gonzalo Reparaz*. Buenos Aires : Belgrano, 1977, 409 p. (Colección La Argentina Histórica)
- *Minha formação*. Introdução por Gilberto Freyre. Brasília : Universidade de Brasília, 1963, 260 p.
- *Nacionalização do solo: apreciação da propaganda para abolição do monopólio territorial na Inglaterra*. Rio de Janeiro : Lamoureux, 1884, 12 p.
- *Nabuco e a República*. Organizado e introduzido por Leonardo Dantas Silva. Recife : Massangana, 1990. (Série República:) P. 1 a 33: O povo e o trono.
- *Nabuco e a República*. Organizado e introduzido por Leonardo Dantas Silva. Recife : Massangana, 1990. (Série República:) P. 35 a 52: O dever dos monarquistas.
- *O abolicionismo*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949. (Obras Completas: VII)
- *O direito do Brasil*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: VIII)
- *Pensamentos soltos. Camões e Assuntos Americanos*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: X)

- *Pensée détachées et souvenirs*. Paris: Hachette, 1906.
- *Porque continuo a ser monarquista. Carta ao diário do commercio*. Londres : Abraham Kingdon, 1890, 23 p.
- *sociedade brasileira contra a escravidão*. Rio de Janeiro : G. Lauzinger, 1880.
- *Trechos escolhidos*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Agir, 1967. 70 p. (Nossos Clássicos: 28)
- *Um estadista do Império*. São Paulo : Instituto Progresso Editorial, 1949, (Obras Completas: III, IV e V)
- *Um estadista no Império*. Rio de Janeiro : H. Garnier, 1897.
- BARRETO, Dantas. *Discursos Acadêmicos*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1935. V.2, p.197-208.
- BEIGUELMAN, Paula (Org.). Joaquim Nabuco: *Política*. São Paulo : Ática, 1982. 192 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 23).
- BELO, José Maria. *Joaquim Nabuco. Rui Barbosa. Duas conferências*. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, 1949, 42 p.
- *Inteligência do Brasil: ensaios sobre Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha e Rui Barbosa*. 2ª ed. São Paulo : Nacional, 1935, 254 p. (Brasiliana: 41)
- BRAGA, Osvaldo Melo. *Bibliografia de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro : Departamento de Imprensa Nacional, 1952, 265 p. (Coleção BI - Bibliografia: VIII)
- COELHO, Henrique. *Joaquim Nabuco: Esboço biográfico*. São Paulo : Monteiro Lobato, 1922, 214 p.
- FREYRE, Gilberto. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1948, 47 p.
- GOMES, Luiz Souza. *Joaquim Nabuco e o panamericanismo*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1950, 136 p.
- HILTON, Ronald. *Joaquim Nabuco e a civilização anglo-americana*. Rio de Janeiro : Instituto Brasil-Estados Unidos, 1949, 43 p.
- LEÃO, Múcio. *Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro : Agir, 1950, 89 p.

- LIRA, Jorge Buarque. *Joaquim Nabuco, o homem e a ação*. Rio de Janeiro : Aurora, 1950, 206 p.
- MENDES, Oscar. *Nabuco, Mauriac e Baudelaire*. Rio de Janeiro : Ministério da Educação, 1955. p.3-43: Joaquim Nabuco.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo : Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 227p. 1984.
- *Joaquim Nabuco*. São Paulo : Brasiliense, 1987. 85 p. (Encanto Radical: 81)
- POMPEU, A. *Rui e Nabuco*. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1930, 154 p.
- REGO, Alceu Marinho. *Nabuco*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1951, 144 p.
- SDARES, Ubaldo. (Org) *Os louros do Brasil a Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro : Pongetti, 1949, 238 p.
- SOUZA, J. P. Coelho de. *Joaquim Nabuco*. Porto Alegre : Globo, 1949, 75 p.
- VIANA FILHO, Luiz. *Rui e Nabuco*. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1949, p: 17-42.
- *A vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1952, 356 p.
- *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro : Sul América, 1959, p. 264-275: Joaquim Nabuco.
- VIEIRA, Celso. *Joaquim Nabuco, libertador da raça negra*. São Paulo : IPÊ, 1949, 309 p. (Coleção Pantheon Brasileiro)

PERIÓDICOS

- ABRANCHES, Dunshee de. O Brasil perante a doutrina monroe. *Revista Americana*. fevereiro, 1910, N.5, P.181 a 193.
- ARARIPE JR. A doutrina monroe. *Revista Americana*. janeiro, 1910, N.4, p.60 a 80.
- FERNANDES. Aníbal. O pernambucano Joaquim Nabuco. *Revista da Academia Paraibana de Letras*. III/5, p. 121-150, 1949.
- FREITAS, Newton de. Joaquim Nabuco, homem do litoral. *Cultura*. Rio de Janeiro, 1/3, maio-agosto, p. 127-140, 1949.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. Esboço biográfico do embaixador Joaquim Nabuco de Araújo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. LXXXIV/2, p. 9-177, 1911.

GAMA, Domicio da. Joaquim Nabuco. *Revista Americana*. V.II, Tomo 3, N. 6, março, p. 321-332, 1910.

IGLESIAS, Francisco. Joaquim Nabuco. *Kriterion: Revista de filosofia da Universidade de Minas Gerais*. Belo Horizonte, II/9-10, Julho-dezembro, p. 427-445, 1949.

LAVALLE, Juan Bautista de. Joaquim Nabuco, orador y publicista. *Revista Americana*. V.II, Tomo.3, N.6, março, p. 460-466, 1910.

MEDEIROS, Maurício de. Joaquim Nabuco. Estudo psicobiográfico. *Revista da Academia Fluminense de Letras*. II, maio, 1950, p: 173-184.

MELO, Afonso Bandeira de. Joaquim Nabuco. *Mensário do Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, t. V, V:2, 1939, p: 357-366.

MENEZES, Geraldo Bezerra de. A visão de Nabuco. *Jornal do Brasil*, primeiro caderno : opinião, 7.6.91, p 11.

VERÍSSIMO, José. A obra literária de Joaquim Nabuco. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, abril, 1910.

OUTROS

- ABRANCHES, Dunshee de. *Rio Branco e a política exterior do Brasil (1902-1912)*. V. 2, p. 224, 1945.
- ALBUQUERQUE, Manoel Maurício de. *Pequena história da formação social brasileira*. Rio de Janeiro : Graal, 1981, 728 p.
- ALVAREZ, Alejandro. *The Monroe Doctrine; its importance in the international life of states of the world*. New York : Oxford University Press, 1928, 573 p.
- ALVES, M^{te} Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro : Vozes 1984.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução por S.P.Rouanet, São Paulo : Brasil, 1985 (Obras escolhidas: V 1)
- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1964)*. 5^a ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1964, 426 p.
- BOTELHO, A. Roberto de Arruda. *Le Brésil et ses relations extérieures*. Paris : Mazarines, 1935, 260 p.
- BRUNNER, José Joaquim et al. *Alternativas populares en América Latina*. San José : Flacso, 1982.
- BURNS, Bradford E. *A history of Brazil*. New York : Columbia University Press, 1970, 449 p.
- BURNS, Edward McNall. *História da civilização ocidental*. Tradução por Lourival Gomes Machado e outros. 20^a ed. Globo : Porto Alegre, 1977. V:2, 1052 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. 3^a ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975. 240 p.
- CARONE, Edgar. *A primeira República (1889-1930); texto e contexto*. 2^a ed. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1973, 391 p.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1959, 409 p.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília : UNB, 1981, 202 p. (Coleção Temas Brasileiros: V. 4)

- *Os bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1987.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira: 1822-1985*. São Paulo : Ática, 1986, 95 p.
- CHERESKY, Isidoro. *Crise e transformação dos regimes autoritários*. São Paulo : Unicamp, 1986.
- CHIAVENATTO, José Julio. *Genocídio americano : a guerra do Paraguai*. 23ª ed. São Paulo : Brasiliense, 208 p.
- COLLIER, David (Org). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- COMBLIM, Fe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro : Civil Brasileira, 1977, 246 p.
- CONSTANT, Benjamim. *Princípios políticos constitucionais*. Organizado por Aurélio Wander Chaves Bastos. Tradução por Maria do céu Carvalho. Rio de Janeiro : Liber Juris, 1989, 191 p.
- COSTA, Cruz. *O positivismo na República; notas sobre a história do positivismo no Brasil*. (Brasiliana: 291)
- COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política externa do Brasil*. Rio de Janeiro : Record, 1968, 324 p.
- COUTINHO, Carlos Nelson (Org). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985
- *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Salamandra, 1984.
- COVRE, Maria de Lourdes. (Org) *A cidadania que não temos*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- CRIPPA, Adolpho. (Org) *As idéias políticas no Brasil*. São Paulo : Convívio, V. 2.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. 2ª ed. São Paulo : Nacional, 1966.
- DUPUY, René Jean. *Le nouveau panaméricanisme; évolution du système inter-américain vers le fédéralisme*. Paris : A. Pedone, 1956, 256 p.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político*. 4ª ed. Porto Alegre : Globo, 1977. 2 V.

- FAUSTO, Boris. *Pequenos ensaios de história da República: 1889-1945*. São Paulo : CEBRAF, 1972, 110 p. (Caderno 10)
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 22ª ed. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1987, 248 p.
- GIL, Frederico Guillermo. *Latin American-United States relations*. New York : Harcourt Brace Javanovich Inc., 1971, 339 p.
- HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. 3ª ed. São Paulo : Difel, 1985. t.3: O Brasil republicano, v.2: *sociedade e instituições (1889-1930)*
- 4ª ed. São Paulo : Difel, 1985. t.3: O Brasil republicano, v.1: *Estrutura de poder e economia (1889-1930)*.
- HOBSEBWM, Eric J. *A era do capital (1848-1875)*. Tradução por Luciano Costa Neto. 3ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, 343 p. (Coleção Pensamento crítico: 12)
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 17ª ed. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 21ª ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1989, 158 p.
- IANNI, Octavio. *A formação do estado populista na América Latina*. 2ª ed. São Paulo : Ática, 1989. 164 p. (série fundamentos: 37)
- JAGUARIBE, H. et al. *Brasil, reforma ou caos*. Rio de Janeiro : Paz e Terra,
- JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- KAPLAN, Marcos t. *Formação do estado nacional na América Latina*. Tradução por Lygia M. B. Neves et al. Rio de Janeiro : Eldorado, 329p. 1974.
- LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. Petrópolis : Vozes, 1980.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites do totalitarismo*. Tradução por Isabel Maria Loureiro. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira República brasileira*. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1988, 173 p.

- LOBO, Hélio. *O panamericanismo e o Brasil*. Rio de Janeiro : Cia editora Nacional, 1939, 150 p. (Brasiliana: 169)
- MAIRA, Luiz et al. *América Latina: novas estratégias de dominação*. São Paulo : Vozes, 1980.
- MANCHESTER, Alan A. *British preeminence in Brazil; its rise and decline, a study in European expansion*. Chapel Hill : University of North Caroline press, 1933, 371 p.
- MARTINS, Ana Luiza. *República, um outro olhar*. São Paulo : História-Contexto, 1989.
- MEDEIROS, Jarbas. *A ideologia autoritária no Brasil*. Rio de Janeiro : FGV, 1978.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revolução*.
- MILLER, René-Fulop. *Leão XIII e o nosso tempo*. Tradução por Marina Guaspari. Porto Alegre : Globo, 1936, 179 p.
- MORAIS, Evaristo de. *Da Monarquia para a República (1870-1889)*. 2ª ed. Brasília : UNB, 1985. 131 P. V. 57 (Coleção Temas Brasileiros).
- MORSE, Richard M. *O espelho de Próspero : cultura e idéias nas américas*. Tradução por Paulo Neves, São Paulo : Cia das Letras, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme (Org). *1822: dimensões*. São Paulo : Perspectiva, 1972, 483 p.
- NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro : MRE, 1947.
- NEDER, Gislene. *Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil*. Rio de Janeiro : ACHIAMÉ/SOCCI,
- OLIVEIRA, Pedro A. R. de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romano no Brasil*. Rio de Janeiro : Vozes, 1985.
- PRADO JR, Caio. *Evolução política do Brasil: colônia e Império*. 18ª ed. São Paulo : Brasiliense, 103 p.
- PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. 5ª ed. São Paulo : IBRASA, 1980.
- QUEILLE, Pierr. *L'Amérique Latine, la Doctrine Monroe, et le panaméricanisme*. Paris : Pyot, 1969, 287 p.
- RIBEIRO, Darcy. *Aos francos e barrancos: como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro : Guanabara, 1985.

- RIO BRANCO, Barão do. (José Maria da Silva Paranhos) *Brasil e os USA*. Rio de Janeiro : s.e, 1930, 65 p
- *Mémoire sur la question de la frontière: Brésil et guiana anglaise*. Rio de Janeiro : Ministério das Relações Exteriores, s/d.
- RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, 232 p. (Coleção Retratos do Brasil: 46)
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil; um desafio histórico-cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1982, 271 p. (Coleção Logos)
- ROUQUIÉ, Alain et al. *Como renascem as democracias*. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- ROUQUIE, Alain. *Amérique Latine; introduction à l'extrême occident*. Paris : Seuil, 1989, 438 p.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Brasil, sociedade, democracia*. : José Olímpio, 1985.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: A suprema corte da Bahia e seus juizes. 1609-1751*. São Paulo : Perspectiva, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro : Campus, 1982.
- SCOTT, James Brown. *The international conferences of American States, 1889-1928*. New York : Oxford University Press, 1931, 551 p.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 1983.
- SOUZA, José Antônio Soares de. *Um diplomata do Império: Barão da Ponte Ribeiro*. (Brasiliana: 273)
- SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Estado e partidos políticos no Brasil - 1930 a 1964*. 2ª ed. São Paulo : Alfa-ômega, 1983, 178 p.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público*. V. I e II, Brasília : Fundação A. de Gusmão.
- URICOECHEA. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro : Difel, s/d, 332 p.

VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo : Melhoramentos, s.d. 211 p.

WEFFORT, Francisco. *Por que democracia?* 4ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1986.

..... *O populismo na política brasileira*, 3ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980. 181 p.

PERIÓDICOS

ASSIS BARBOSA, Francisco de. Flutuações do panamericanismo. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. V. 263, Abr-jun, p. 94-128, 1964.

BRUNNER, José Joaquim. La concepción autoritária del mundo. *Revista Mexicana de sociologia*. N.3, jul/set, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique. La sociedad y el estado. *Revista de economia política*. Nº 5, enero, junio, 1984.

CONNEL-SMITH, Gordon. Latin America in the foreign relations of the United States. *Journal of Latin American Studies*.

DELICH, Francisco. Teoria política en situaciones de dictaduras. *Crítica y utopia*. N.8, 1982.

GANZERT, Frederic William. The Baron do Rio Branco, Joaquim Nabuco, and the growth of Brazilian-American friendship. *The Hispanic American Historical Review*. V. 22, N. 3, P. 432-51, 1942.

GOMES, José Maria. A resposta da sociedade: a luta pelos direitos humanos no cone sul. *Dados, revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro : N: 3, 1985.

LACOMBE, Américo Jacobina. O Panamericanismo. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. V.251, Abr-jun, P. 193-210, 1961.

MARTINS, Luciano. De la non-démocratie en Amérique Latine. *Esprit: Amériques Latines à la une*, Paris, v.10, n.82, p.97-104, oct, 1983.

..... Expansão e crise do estado; reflexões sobre o caso brasileiro. *Revista de economia política. Pensamento Ibero Americano*. 5ª ed.

MORAES CORREA, Oswaldo. Rio Branco e a política exterior do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. V. 187, Abr-jun, P. 163-71, 1945.

- OLIVEIRA, Antônio Camilo de. O panamericanismo. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. V. 259, abr-jun, p. 114-33, 1963.
- PAIVA LEITE, Cléanto de. Constantes et variables de la politique étrangère du Brésil. *Politique Etrangère*. n. 1, p. 33-55, 1969.
- PAZ, Octávio. L'Amérique Latine et la démocratie. *Esprit: Amériques Latines à la une*, Paris, v.10, n.82, p.12-32, oct, 1983.
- REIS, Elisa Maria Pereira. Elites agrárias, state building e autoritarismo. *Dados, revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro : IUPERJ, n.3, 1982.
- RIO BRANCO, Miguel do. Panamericanismo; alguns marcos de sua evolução. *The Hispanic American Historical Review*. V. 292, jul-set, p.190-200, 1971.
- ROCHA, Leonel Severo. *Loi et liberté: la pensée politique de Rui Barbosa*. Tese de doutorado, Paris : EHESS, 13 01 89.
- RODRIGUES, José Honório. The foundations of Brazil's foreign policy. *International Affairs*. V. 34, n. 4, p. 324-338.
- ROVER, Aires José. A preponderância da sociedade política no período populista brasileiro. *Seqüência: estudos jurídicos e políticos*. Florianópolis : UFSC, N.20, junho, 1990. p. 94-109.
- SALDANHA, Nelson. Rui Barbosa e o bacharelismo liberal. As idéias políticas no Brasil. São Paulo : *Convívio*, V. 1, 1979. p. 163-192.
- SOUZA LEÃO F, Joaquim de. Dia panamericano; a tácita aliança constante de uma política continental. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. V. 279, abr-jun, p.149-60, 1968.
- TEIXEIRA SOARES, A. O Barão do Rio Branco e a diplomacia brasileira. *Revista do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro*. V. 187, abr-jun, p. 175-85, 1945.

ANEXO: Cronologia

"Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo como ele de fato foi. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de um perigo."²⁵³

- 1849 - Em 19 de agosto nascia JOAQUIM AURÉLIO BARRETO NABUCO DE ARAÚJO (Quincas, o Belo), no Recife, filho do conselheiro JOSÉ THOMAZ NABUCO DE ARAÚJO e ANA BENIGNA DE SÁ BARRETO. Infância no engenho de Massangana, na Zona do Cabo, interior de Pernambuco, até o ano de 1857.
- 1857 - JOAQUIM NABUCO Muda-se para o Rio de Janeiro em companhia dos pais.
- 1859 - Internato de JOAQUIM NABUCO em Friburgo no Colégio do Barão de Tautphoeus, e depois no Colégio Pedro II.
- 1864 - JOAQUIM NABUCO oferece óde ao conselheiro Nabuco: *O GIGANTE DA POLÍTICA*.
- 1866 - Matricula-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Funda um pequeno jornal para atacar o Ministério Zaccarias.
- 1867 - Preside o "Ateneu Paulistano", antiga associação de estudantes, e faz representar *Os destinos*, drama em São Paulo e na Corte.
- 1969 - Sob a influência da "Constituição inglesa" de BAGHOT, suas tendências se orientam para o parlamentarismo e o monarquismo. Escreve "O povo e o trono".
- 1870 - JOAQUIM NABUCO forma-se pela Faculdade de Direito de Recife para onde se transferiu em 1869.
- 1872 - De seu interesse por CAMÕES quando do III centenário dos *lusíadas*, publica seu primeiro livro, *CAMÕES E OS LUSÍADAS*, depois, "*Le droit au meurtre*", carta a ERNEST RENAN contra o direito de matar.

²⁵³ (BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução por S.P.Rouanet, São Paulo : Brasil, 1985, p 224 (Obras escolhidas: V I).

- 1873 - Ida Europa, onde permanece até 1874. Conhece pessoalmente ERNEST RENAN, GEORGE SAND e THIERS. é recebido em Roma por PIO IX. é o ano de sua fixação monárquica e rejeição de seu radicalismo republicano. Combate à igreja ultramontana com os escritos "A invasão ultramontana" e "O partido ultramontano".
- 1874 - Conferências sobre arte na Escola da Glória. Escreve "Amour et Dieu".
- 1875 - A partir de setembro passa a colaborar aos domingos em O Globo, jornal de tendências democráticas cujo redator principal era QUINTINO BOCAIÚVA. Polêmica com JOSÉ DE ALENCAR que se inicia com a estréia no Teatro São Luiz no Rio, a peça O Jesuíta do autor referido, que foi um retumbante fracasso. Funda uma folha independente, "A época", que só durou quatro números. Escreve "Escola veneziana".
- 1876 - Em maio está nos Estados Unidos a título de sua Nomeação de adido de Legação em Washington.
- 1877 - Em setembro, na função de adido de Legação, é transferido para Londres. A influência inglesa seria decisiva para conter o republicanismo larval do jovem JOAQUIM NABUCO que se deixa cativar pelo espírito aristocrático, pela moderação e tradicionalismo anglo-saxão.
- 1878 - Em março ocorre a morte de seu pai. Em agosto ocorre a Sessão Acadêmica no Teatro Santa Isabel, em Recife em que mesmo fazendo uma campanha meramente formal, demarca em discurso seu norte de atuação política: "A grande questão escravidão". Em setembro JOAQUIM NABUCO é eleito deputado em último lugar pela Província de Pernambuco (reeleição em 1885, 1887 e 1889), eleição essa assegurada pelo seu pai antes de morrer e pelo BARÃO DE VILA BELA, chefe político de Pernambuco. A partir daí, inicia a campanha abolicionista. Em dezembro é a posse de JOAQUIM NABUCO.
- 1879 - JOAQUIM NABUCO funda no Rio de Janeiro a sociedade Brasileira contra a Escravidão.
- 1880 - Viagem a Lisboa, Madri, Paris e Londres, em prol da causa abolicionista. Publicação da "Gazeta de Notícias" do projeto de emancipação de JOAQUIM NABUCO. Escreve "Manifesto da sociedade contra a escravidão" e "Camões".
- 1881 - Nova viagem de JOAQUIM NABUCO à Londres devido à sua derrota nas eleições e de seu receio em ser cooptado pela máquina estatal, caso viesse a tornar-se

- um funcionário público. Lá passa a ser Correspondente do *Jornal do Comércio* até o ano de 1884. Enviará regularmente para o jornal nove correspondências.
- 1882 - Em janeiro se encontra instalado em Grosvenor Gardens, em pleno centro aristocrático de Londres, onde sediava a Legação brasileira que o hospedaria. Passa a escrever "O abolicionismo".
- 1884 - Regresso ao Brasil. Eleito deputado pelo Recife. Escreve "Confederação abolicionista" e "Henry George".
- 1885 - Prossegue a campanha abolicionista e publica "Campanha abolicionista no Recife".
- 1883 - Em janeiro publica "*O abolicionismo*", em Londres. Em 23 de abril sai artigo elogioso à ida de JOAQUIM NABUCO à Europa escrito por JOSÉ DO PATROCÍNIO que comandou a corrente abolicionista revolucionária e mobilizadora juntamente com LUIZ GAMA, a qual NABUCO jamais se aliou) na Gazeta da Tarde. Neste mesmo ano JOAQUIM NABUCO representa a *Anti-Slavery Society* no Congresso para a Reforma do Direito das Gentes, realizado em Milão.
- 1886 - Publica os opúsculos de propaganda liberal "O erro do imperador" e "O eclipse do abolicionismo". Conclama a recomeçar a campanha, sem contudo renegar a causa monarquista). Os dois fazem parte do livro CAMPANHA DA IMPRENSA.
- 1887 - Em abril vai novamente à Europa, viagem esta que não se justificou face a importância de sua presença para o movimento naquele exato momento. É recebido pelo PAPA LEÃO XIII. Na Europa inicia correspondência de *O Paiz*, em Londres e Paris. Encerra este ofício no mês de julho. Em agosto dá-se sua volta ao Brasil para disputar novas eleições no primeiro Distrito, marcadas para confirmar, conforme determinação legal, o mandato parlamentar de MACHADO PORTELA, velho rival conservador nomeado ministro. Em 15 de setembro vence com 137 votos.
- 1888 - Viagem a Roma, onde obtém do Papa Leão XIII sua intervenção a favor dos escravos. Separa-se do Partido liberal.
- 1889 - Reeleição de JOAQUIM NABUCO. Em abril casa-se com EVELINA TORRES SOARES RIBEIRO. Entre Julho e agosto, viagem de núpcias ao Prata. A partir dessa data JOAQUIM NABUCO refugia-se na vida privada, entre os deveres do lar e as tarefas da pesquisa de si mesmo ou sendo um prosélito da religião. Mantém-se panfletá-

- rio e apologético do monarquismo, com ligações frias com o Partido Monarquista.
- 1890 - Publica o panfleto *Por* que continuo a ser Monarquista, afirmando a ingratidão dos republicanos que queriam derrubar a Monarquia com o apoio da propriedade, injustamente ressentida. Permanece em Londres.
- 1891 - Colabora com RODOLFO DANTAS na fundação do diário monarquista *Jornal do Brasil*, Para o qual escreve diversos artigos. Escreve o panfleto *AGRADECIMENTOS AOS PERNAMBUCANOS*.
- 1892 - Volta da fé religiosa. Escreverá "Foi Voulué".
- 1893 - Escreve "A minha carreira política".
- 1895 - Publica *Balmaceda, A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893* e o panfleto *O dever dos monarquistas*.
- 1896 - Na esfera política, JOAQUIM NABUCO participa da organização de um Partido de resistência monarquista. Publica "D. Pedro II".
- 1897 - Associa-se à fundação da Academia Brasileira de Letras, no posto de secretário perpétuo. Pronuncia o discurso inaugural. Publica o primeiro volume de *Um estadista do Império*, escrito ao longo dos anos 90.
- 1898 - JOAQUIM NABUCO passa a atualizar um de seus princípios norteadores de sua trajetória: "nunca se tem o direito de prejudicar a pátria para prejudicar o governo". Publica o segundo volume do "Um estadista do Império".
- 1889 - Publica o terceiro volume do "Um estadista do Império".
- 1899 - Aceita o convite do Presidente CAMPOS SALES para defender os direitos do Brasil no arbitramento relativo à questão de limites entre o Brasil e a Guiana Britânica. Trabalha em Londres, na França e na Suíça.
- 1900 - JOAQUIM NABUCO publica *MINHA FORMAÇÃO*. é nomeado ministro-chefe da Legação brasileira em Londres. Em maio escreve a CALDAS VIANNA: quero viver até o fim monarquista, mas quero morrer reconciliado com os novos destinos do meu país.
- 1901 - Publica *ESCRITOS e DISCURSOS LITERÁRIOS*.

- 1903 - Apresenta a VICTOR EMANUEL III as duas memórias do Brasil: "Le droit du Brésil", "premier mémoire"; "annexes du premier mémoire du Brésil" (cinco volumes); Second mémoires (La prétention anglaise, Notes sur la partie historique du premier mémoire anglais, La preuve cartographique); Annexes du second mémoire du Brésil (três volumes).
- 1904 - Apresenta a terceira memória do Brasil: Troisième mémoire (La construction des mémoires anglais; Histoire de la zone contestée selon de contre-mémoire anglais; Reproduction des documents anglais; Exposé final). Apesar desse grande trabalho, o Rei italiano manifesta parcialidade a favor da Grã-Bretanha.
- 1905 - A partir deste ano, JOAQUIM NABUCO passa a viver permanentemente doente e atacado pela surdez. É nomeado embaixador a 19 de maio em Washington, segunda representação diplomática latino-americana nos Estados Unidos a nível de embaixada..
- 1906 - Viagens pelos Estados Unidos e ao Rio, a fim de participar da III Conferência Panamericana. Publica *Pensées détachées et souvenirs*, em Paris. Empreende, com uma série de conferências um trabalho de divulgação do panamericanismo e de aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.
- 1907 - JOAQUIM NABUCO contribui para a preparação da Conferência de Haia, cujos resultados não nos satisfazem. Viagem à Europa tratando de sua saúde já definitivamente abalada. Continua o ciclo de conferências.
- 1908 - De Washington, combate a projetada aliança ABC, Argentina, Brasil, Chile, e prossegue a sua obra de propaganda do panamericanismo e agora, da cultura luso-brasileira. Acentuam-se as divergências entre JOAQUIM NABUCO e RIO BRANCO.
- 1910 - A 17 de janeiro ocorre a morte súbita de JOAQUIM NABUCO em Washington. Seu corpo é transportado para o Brasil solenemente no cruzador *North Carolina*, norte-americano, escoltado pelo *dreadnought Minas Gerais*, brasileiro.

ÍNDICE REMISSIVO

- A Proclamação da República 45
 Abolição 5, 24, 100
 Acumulação primitiva de poder 17
 AFONSO PENA 149
 Agricultura de exportação 27
 Americanismo 6, 86, 94
 Americanismo latino 105
 Apresentação da Doutrina de Drago 118
 Aproximação das nações latino-americanas 102
 Aproximação do Brasil 99, 124
 Aproximação entre nações latino-americanas 99
 Aproximação internacional 8, 82, 87, 90, 91, 97, 101, 105
 Arbitramento 100, 116
 Assembléia Nacional Constituinte 19
 Assim chamadas elites 126
 BARÃO DE MAUÁ 13
 BENJAMIM CONSTANT 20
 BENJAMIM CONSTANT BOTELHO DE MAGALHÃES 36
 BERNARDO PEREIRA DE VASCONCELLOS 37
 BLAINE 107
 Burocracia judiciária 29
 CAMPOS SALES 42, 44, 149
 Capacidade política de domínio 7
 Capitalismo 59
 Capitalismo internacional 14
 Cidadão 17
 Classe social 67
 Constituição da República 47
 Contradições da r. Coroa 32
 Contribuições norte-americanas 94
 Controle sobre a sociedade 29
 Coroa 18, 21, 23, 28, 29, 31, 34, 45, 61, 64
 COTEGIPE 23
 Crítica 73, 96
 Cultura escravista 58
 D. PEDRO I 19
 DANTAS 34, 65
 De capitalismo monopolista 123
 Democracia 5
 Democracia norte-americana 92
 Desenvolvimento econômico 15
 Direito 37, 52, 57
 Direito de intervir 103
 Direito de navegação 119
 Direito Operário 51
 Direito Positivo 12
 Direitos 96
 Direitos individuais 41, 43
 Direitos políticos 19, 32, 46
 Doutrina Monroe 8, 82, 86, 90, 103, 107, 110, 112
 Dualismo 104

Economia brasileira 111
Educação 71
Elite agrária 15, 26, 63
Elite política 6, 15, 35, 62
Elites 7, 15, 23, 35, 47
Emprego público 67
Empreguismo 18
Equilíbrio internacional 115
Equipolência internacional 94, 96
Estado 13, 66
Estado aristocrático constitucional 31
Estado brasileiro 37
Estado de Direito 69
Estado liberal 12, 40
Estados latino-americanos 105
Estagnação 35
Estética 131
Estética-política 73
Evolucionismo 16
Exército 46
Formação das elites 17
FRANCISCO GLICÉRIO 42
Fronteiras 100
Governo da lei 69
Homogeneização 16
Idealismo 100
Igreja 72, 80
Imigração alemã 50, 112
Imigração chinesa 63
Imigração estrangeira 26, 62
Imigração interna de escravos 24
Imperialismo 50, 86, 103
Imperialismo mercantilista 25
Imperialismo norte-americano 24, 107
Incapacidade de representação 30
Industrialização 25, 59
Insurreições 22
Lei Eusébio de Queirós 33
Liberalismo 39, 65
Liberalismo alienado 42
Liberdade 79
Liberdade de consciência 80
Liberdade religiosa 80
LIMPO DE ABREU 38
Monarquismo 73
Movimento da Praia 22
NABUCO DE ARAÚJO 38
Navegação 119
NILO PEÇANHA 149
O Estado 12
Opinião pública internacional 89
Opinião pública nacional 89
Opiniões públicas nacionais 95
DURO PRETO 44

Padre DIOGO ANTÔNIO FEIJÓ 22
Papel do Brasil 102
Parlamentarismo 74
Participação política 40
Partido Conservador 37
Partido Liberal 37
Partido Liberal-radical 38
Partido progressista 38
Partido Republicano 41
Partido Republicano de São Paulo 42
Patrimonialismo 12
PINHEIRO MACHADO 149
Poder político 55
Poder político patrimonialista 28
Política externa 96
Política externa brasileira 102
Política externa dos Estados Unidos 85
População 6, 11, 26
Positivismo 16, 36, 46, 51
Preocupação extra-estatal 18
Preocupação intra-estatal 18
Proclamação da República 44
Produção 103
Produção agro-exportadora 27
Produção de café 111
Produção industrial 27
PRUDENTE DE MORAIS 42, 44, 149
Questão da escravidão 33
Questão militar 33
Questão racial 50
Questão religiosa 32
QUINTINO BOCAIUVA 41
RANGEL PESTANA 38
Razões de segurança 119
Realismo político 77
Reforma 34, 61, 68
Reforma agrária 59
Reforma Eleitoral 32, 68
Reforma global 44, 71
Reforma social 39, 65
Reformas 38
Reformas sociais 23
Relações econômicas 107
Representação 47
Representação política 28
República 46
RODRIGUES ALVES 52, 114, 149
ROOSEVELT 90
ROOT 114
SARAIVA 23, 32
SILVIO ROMERO 50
SINIMBU 63
Socialização 15
Sociedade 6, 17

Sociedade brasileira 79
Sociedade norte-americana 91, 96
Sociedades latino americanas 17
Sociedades latino-americanas 95, 104
Solidariedade grupal 56
Tarifa ALVES BRANCO 12
Táticas de controle 70
Trabalho 7, 57
Tráfico 62
Tráfico de escravos 33
Tráfico interprovincial 14, 62
Universal 8
Universalidade 91
Universalismo 97
Urbanidade 24, 48
Virtude da tolerância 5, 105
ZACARIAS 38